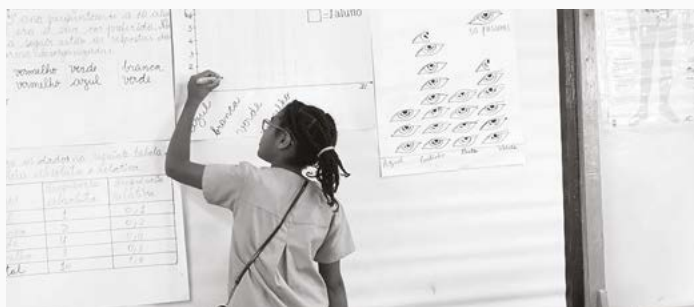
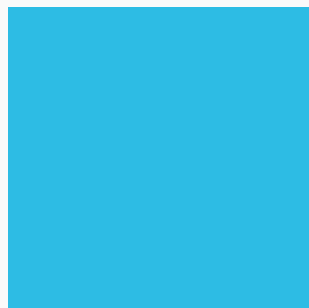


ANUÁRIO

ESTATÍSTICO 2018





ANUÁRIO

ESTATÍSTICO 2018

ANO DE 2020



Instituição	Instituto Nacional de Estatística
Presidente	Osvaldo Rui Monteiro dos Reis Borges
Vice-Presidente	Celso Hermínio Soares Ribeiro
Diretora Administrativa	Maria Goreth de Carvalho
Edição	Instituto Nacional de Estatística Rua da Caixa Económica, nº 18, Cx. Postal 116, Praia Tel.: +238 261 38 27 Fax: +238 261 16 56 Email: inecv@ine.gov.cv
Design e Composição	Instituto Nacional de Estatística
Coordenação Técnica	José Carlos Borges
Equipa Técnica	Carlos Craveiro Miranda Cátia Costa Ivaldino Gonçalves Éldon Lopes Leocádio Joseph Brites Malene Almeida
Revisão	Daniel Santos
Data Publicação	Outubro 2020
Apoio ao utilizador	Divisão de Difusão difusao.ine@ine.gov.cv

ENTIDADES PARCEIRAS

Ministério da Administração Interna (MAI)

Ministério da Educação (ME)

Ministério da Saúde e da Segurança Social (MSSS)

Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)

Banco de Cabo Verde (BCV)

Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP)

Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)

Instituto de Estradas (IE)

Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Direção Nacional do Ambiente (DNA)

Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

Direção-Geral do Trabalho (DGT)

Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR)

Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Agência de Aviação Civil (AAC)

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Dado confidencial
-	Dado não disponível
E	Estimativa
P	Dado Provisório
n/a	Não se aplica
n.e	Não especificado

UNIDADES DE MEDIDA

ECV	Escudo de Cabo Verde
GWh	Gigawatt hora
ha	Hectare
Hab./km ²	Habitante por quilómetro quadrado
Km	Quilómetro
Km ²	Quilómetro quadrado
Kw	Quilowatt
KWh	Quilowatt hora
L	Litros
m	Metro
tep	Tonelada equivalente de petróleo
TM	Toneladas Métricas
Ton.	Toneladas

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas

SIGLAS E ABREVIATURAS

AAC	Agência de Aviação Civil
AD	Aeródromo
AIAC	Aeroporto Internacional Amílcar Cabral
AIAP	Aeroporto Internacional Aristides Pereira
AICE	Aeroporto Internacional Cesária Évora
AIPNM	Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
ASA	Aeroportos e Segurança Aérea
ASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
BCV	Banco de Cabo Verde
CAE CV-Rev.1	Classificação das Atividades Económicas - Rev.1
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CSMJ	Conselho Superior de Magistratura Judicial
D.A.	Delegação Aduaneira
DGVSR	Direção-Geral de Viação e Segurança Rodoviária
DNA	Direção Nacional do Ambiente
DNICE	Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia
DR	Distrito de Recenseamento
ENAPOR	Empresa Nacional de Administração dos Portos
ENI	Empresas em Nome Individual
FAO	Food and Agriculture Organization
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
MAI	Ministério da Administração Interna
ME	Ministério da Educação
MIOTH	Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação
MSSS	Ministério da Saúde e da Segurança Social
PIB	Produto Interno Bruto
RNDB	Rendimento Nacional Disponível Bruto
SARL	Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SPQ	Sociedade por Quota
VAB	Valor Acrescentado Bruto



OSVALDO M. BORGES, Ph.D
Presidente do INE

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta o Anuário Estatístico de Cabo Verde (AECV) de 2018, correspondente à 4ª edição (pós-independência), constituindo, assim, a sua principal publicação de referência, cujo escopo fundamental é o de disponibilizar a informação estatística sobre vários aspetos da realidade cabo-verdiana, à escala nacional e municipal, a todos quantos se interessem pela matéria em apreço.

O INE, enquanto órgão executivo central de produção e difusão das estatísticas oficiais do Sistema Estatístico Nacional (SEN), Lei n.º 48/IX/2019, de 19 de fevereiro, é a instituição responsável pelo AECV. Não obstante, o AECV-2018 resulta de um trabalho metódico, conjunto e articulado que envolve o INE, os demais órgãos produtores de estatísticas oficiais e outras instituições públicas.

Esta publicação, que basicamente resume a produção estatística nacional, contém dados e indicadores estatísticos globais e também específicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relativos a 2018, uma série estatística dos últimos 5 anos e, em alguns casos, uma desagregação por sexo, grupo etário e ilha/município. Neste sentido, o AECV-2018 fornece, de forma quantitativa, uma visão geral das tendências de desenvolvimento alinhadas com as agendas para o Desenvolvimento Sustentável, permitindo, desta forma, apoiar com maior regularidade os processos de seguimento e avaliação dos objetivos e indicadores definidos nos compromissos nacional (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, 2017-2021 e Estratégia Nacional de Desenvolvimento Estatístico, 2017-2021), regional (Agenda 2063) e mundial (Agenda 2030).

A referida publicação inclui as melhorias prometidas nos anuários anteriores, sobretudo nos conteúdos e na configuração, de molde a responder cada vez mais e melhor às necessidades dos utilizadores. No âmbito do projeto de Literacia Estatística, o AECV 2018 é apresentado às instituições de ensino e investigação, públicas e privadas. Assim, com esta presente publicação, o INE prossegue a sua missão de produzir e difundir, de forma eficiente, a informação estatística oficial de qualidade sobre a realidade cabo-verdiana e, consequentemente, a esforços não se poupará no sentido de ajudar os governos, os parceiros de desenvolvimento e a sociedade civil a tomarem as melhores decisões possíveis.

O AECV 2018 é divulgado com um ligeiro atraso em relação à data prevista, devido sobretudo à pandemia da COVID-19. Como o âmbito temporal desta publicação é 2014-2018, a mesma não inclui informação estatística relativa à crise provocada pela pandemia que se alastrou o mundo e, particularmente Cabo Verde, afetando os mais diversos setores da economia.

O INE agradece a todas as instituições nacionais e internacionais pelas suas importantes contribuições no AECV-2018. Deixa aqui uma palavra de apreço, reconhecimento e valorização a todos os profissionais que, de forma direta e indireta, contribuíram para a materialização desta publicação. Finalmente, expressa a sua total abertura e disponibilidade para acolher críticas, sugestões e contribuições dos utilizadores do AECV-2018.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a nova edição do Anuário Estatístico de Cabo Verde (AECV) de 2018, trazendo informação estatística de referência produzida pelos diferentes órgãos que integram o Sistema Estatístico Nacional (SEN), assim como outras instituições que, embora não fazendo parte do SEN, produzem informações estatísticas que, validadas pelo INE, devido à sua relevância, foram compiladas e disponibilizadas neste documento.

O AECV-2018, ora apresentado, fornece uma visão geral das tendências de desenvolvimento alinhadas com a nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Assim sendo, com o intuito de apoiar os processos de seguimento e avaliação dos indicadores que constam nesse compromisso, esta edição encontra-se organizada em dezassete temas, tendo em conta os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para cada tema, apresenta-se uma breve descrição dos dados, de modo a auxiliar o utilizador na leitura, permitindo uma melhor compreensão das informações apresentadas. Os temas subdividem-se em duas partes: na primeira, são mostrados os indicadores dos ODS produzidos no país e, na segunda, apresentam-se outros indicadores e/ou informações relevantes e que dizem respeito aos assuntos abordados no respetivo tema.

As tabelas apresentam dados estruturados em série temporal, com ênfase nas informações mais recentes, privilegiando a desagregação por sexo, grupo etário, ilha, concelho e meio de residência.

A presente publicação está redigida em consonância com as normas do novo Acordo Ortográfico.

ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO

O INE pretende que os próximos Anuários Estatísticos estejam alinhados com os objetivos e indicadores definidos nos compromissos nacional, regional e mundial. Assim sendo, com o intuito de apoiar os processos de seguimento e avaliação dos indicadores que constam nesses compromissos, este anuário encontra-se organizado em 17 temas, a saber:



ÂMBITO TEMPORAL

O âmbito temporal desta publicação situa-se entre 2014 e 2018, como sendo o período de apresentação dos dados e indicadores disponíveis até 30 de setembro de 2018. Alguns temas apresentam dados de anos anteriores a 2013. Embora o período de referência não seja uniforme para alguns temas, devido sobretudo à disponibilidade dos dados, envidaram-se esforços no sentido de disponibilizar a informação estatística a mais recente possível para cada tema.

FORMAS DE ACESSO

Além da versão impressa, o AECV-2018 pode também ser consultado/importado através da versão digital (PDF e XLS), disseminado no portal oficial do INE – de livre acesso (<http://www.ine.cv>), em qualquer ponto do globo e a qualquer hora, tendo assim o utilizador acesso facilitado, desde que tenha uma conexão da internet.

Na biblioteca do INE, é possível consultar, de forma presencial e gratuita, a versão impressa do Anuário, assim como diversos outros documentos publicados tanto por ele, como por outros organismos nacionais e internacionais.

MISSÃO

A missão do Instituto Nacional de Estatística (INE) é a de produzir e difundir, de forma eficiente, informação estatística oficial de qualidade (fiável, atual e pontual), necessária ao conhecimento objetivo de uma sociedade em mudança que ajude os cabo-verdianos a conhecer melhor o seu país, a sua população, os seus recursos, a sua economia, a sua sociedade e a sua cultura.

VISÃO

O INE procura ser reconhecido como uma instituição estatística de referência:


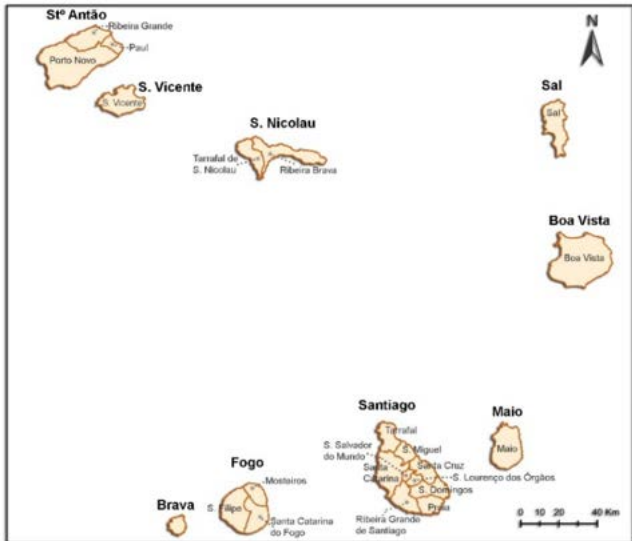
- Como produtor e fornecedor de informação estatística oficial de qualidade;
- Como organização tecnicamente independente e credível;
- Pelo contributo para a promoção da literacia estatística;
- Pelo empenhamento e eficácia na cooperação internacional.

VALORES

O INE pauta a sua ação pelos seguintes valores:

- Profissionalismo: A ação dos funcionários é orientada por princípios exigentes de caráter profissional e ético que regulam a atividade estatística oficial nacional;
- Compromisso na Qualidade dos produtos e serviços estatísticos oficiais, sabido que a atividade de cada um dos técnicos concorre para a produção de serviços de qualidade, definida pelos critérios de pertinência, precisão, atualidade, pontualidade, acessibilidade, clareza, comparabilidade, coerência e abrangência;
- Orientação para os Utilizadores: corresponde à noção de que os atuais e potenciais utilizadores da informação estatística oficial são a razão da existência do INE, o que implica a atribuição de um valor muito elevado às necessidades dos utilizadores e à utilidade de um trabalho conjunto no sentido de corresponder às suas expectativas;
- Abertura à Sociedade: disposição para prestar uma atenção constante às transformações da sociedade no sentido de adequar e, sobretudo, antecipar os produtos e serviços estatísticos oficiais às novas necessidades dos utilizadores;
- Eficiência: gestão baseada no princípio da análise custo/benefício, implementando processos técnicos e metodológicos suscetíveis de otimizar efetivamente a utilização de todos os recursos disponíveis;
- Respeito pelos Fornecedores da Informação Primária: elevada consideração pelos inquiridos que fornecem os dados individuais para a produção das estatísticas oficiais, encontrando soluções técnicas que permitem responder às necessidades crescentes de informação estatística oficial de qualidade e minimizando a carga estatística sobre os inquiridos;
- Motivação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos: O INE orienta os processos e as decisões de gestão com base na atribuição duma elevada consideração pela motivação e valorização profissional dos seus técnicos;
- Inovação: O INE valoriza e incentiva a atividade de reflexão cognitiva que desafie convenções, no sentido de melhorar continuamente os métodos, os processos, os produtos e os serviços estatísticos oficiais, de forma eficiente e eficaz.

O TERRITÓRIO DE CABO VERDE.....	13
ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA	26
ODS 2 – ERRADICAR A FOME	40
ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE.....	48
ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.....	66
ODS 5 – IGUALDADE DO GÉNERO.....	84
ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	88
ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS	92
ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO	100
ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS.....	124
ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES	138
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS.....	142
ODS 12 – PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS.....	148
ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA	158
ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA.....	164
ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE.....	172
ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES.....	176
ODS 17 – PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS	184

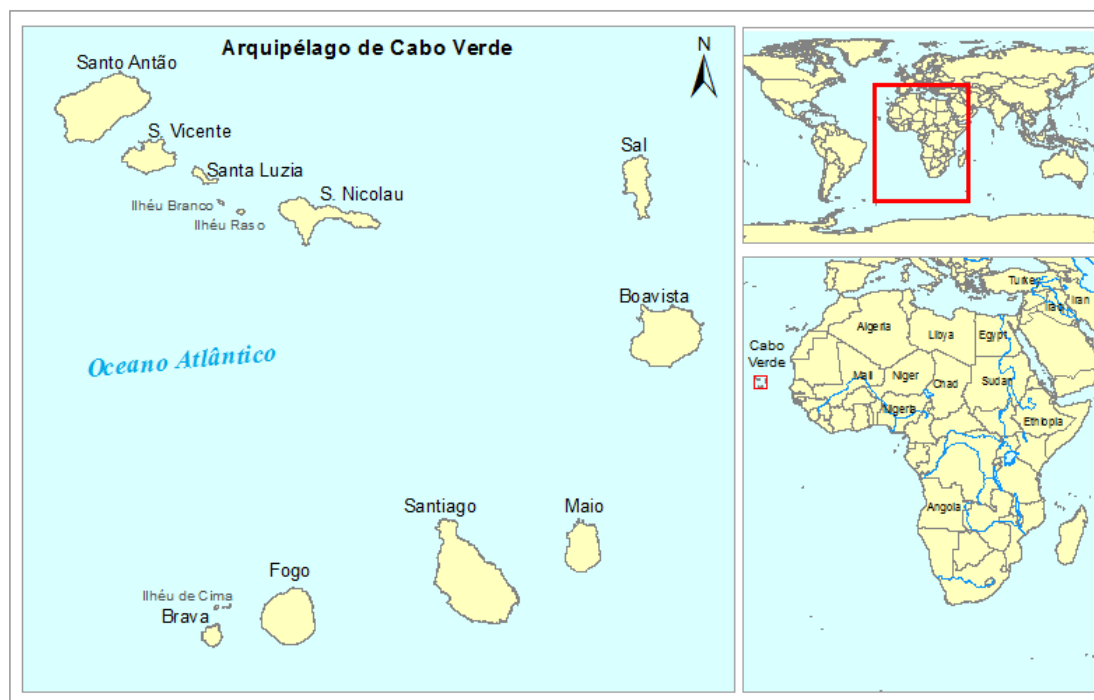
Nome Oficial	República de Cabo Verde				
Superfície (Terrestre)	4 033 km²				
Bandeira					
Composição das ilhas	10 Ilhas e 5 principais ilhéus				
Data Descoberta	1460				
Data Independência	5 de julho de 1975				
Divisão Administrativa	22 Concelhos distribuídos pelas seguintes ilhas:				
Santo Antão	Ribeira Grande Paul Porto Novo				
S. Vicente	S. Vicente				
S. Nicolau	Ribeira Brava Tarrafal de S. Nicolau				
Sal	Sal				
Boa Vista	Boa Vista				
Maio	Maio				
Santiago	Tarrafal Santa Catarina Santa Cruz Praia S. Domingos S. Miguel S. Salvador do Mundo S. Lourenço dos Órgãos Ribeira Grande de Santiago				
Fogo	Mosteiros S. Filipe Santa Catarina do Fogo				
Brava	Brava				
Cidade Capital	Praia				
População (2018)	544 081				
Esperança de Vida à Nascimento (2018)	Homens 72,6 (Anos) Mulheres 80,4 (Anos)				
Língua Oficial	Português				
Língua Nacional	Crioulo (Cabo-verdiano)				
Moeda	Escudos Cabo-Verdianos (ECV)				
PIB a Preços de mercado (2017)	173 097	(Milhões de ECV)			
PIB per capita (2017)	321 945	(ECV)			



O TERRITÓRIO DE CABO VERDE

Este tópico expõe os principais dados/indicadores sobre os aspetos físicos do território, sobre a divisão administrativa, sobre as infraestruturas de transportes, assim como traz a lume informações sobre a ocupação humana (ocupação e densidade populacional).

Figura 1 – Enquadramento/Localização de Cabo Verde



Cabo Verde é um pequeno país arquipelágico, formado por dez ilhas - Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava - e cinco¹ principais ilhéus (Branco, Raso, Luís Carneiro, Grande e de Cima), totalizando uma superfície aproximada de 4.033 km². Está situado entre os paralelos 14° 23' e 17° 12' de latitude Norte e os meridianos 22° 40' e 25° 22' a Oeste de Greenwich.

¹ Mencionaram-se aqui 5 ilhéus, mas existem outros que, devido a suas menores dimensões, não foram referidos.



Ilhas atlânticas, de origem vulcânica, Cabo Verde dista cerca de 500 km do promontório do Senegal, de onde lhe adveio o nome. Em termos geomorfológicos, compõe-se, essencialmente, de dois grupos de ilhas: um formado por ilhas montanhosas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Santiago, Fogo e Brava), onde predominam as paisagens montanhosas e relevos bastante acidentados, com altitudes que alcançam até 2.829 metros, e um outro grupo constituído por ilhas planas (Sal, Boa Vista e Maio), caracterizadas pela quase inexistência de relevos montanhosos, onde marcam presença as extensas praias de areia branca, banhadas pelo azul-turquesa do atlântico.

Sendo o ponto mais ocidental do continente africano (17°02'40.9"N 25°21'39.5"W – ilha de Santo Antão), as ilhas do arquipélago de Cabo Verde apresentam-se dispostas em forma de ferradura e, devido à sua localização geográfica (íntegra o grupo de países do Sahel), têm um clima árido e semiárido, quente e seco, com temperatura média anual a rondar os 25° C, com fraca pluviosidade. Nelas podem ser identificadas duas estações, que definem o clima das ilhas: o tempo das brisas (estação seca, de dezembro a junho) e o tempo “das águas” (estação das chuvas, que, normalmente, decorre entre agosto e outubro, sendo o mês de julho o de transição).

Descoberto entre 1460 e 1462, por navegadores ao serviço da coroa portuguesa, o arquipélago esteve sob a soberania de Portugal, por um período de 513 anos, (1462-1975), tendo servido de palco de uma grande miscigenação e cruzamento de influências, dando origem a uma cultura, um modo de estar e ser cabo-verdianos.

A 5 de julho de 1975, o país tornou-se independente e, desde então, tem feito um percurso virado para o desenvolvimento, tendo efetuado diversas conquistas em diferentes frentes, o que lhe permitiu estar hoje colocado entre os Países de Rendimento Médio.

ASPETOS FÍSICOS DO TERRITÓRIO

O arquipélago de Cabo Verde, fruto da sua origem vulcânica e da sua natureza insular, é composto por dez ilhas, sendo nove habitadas. A ilha de Santiago, sendo a maior, com 991 Km², representa cerca de 24,6% do território nacional, seguindo-se a de Santo Antão com 19,3% do território. A menor é a da Santa Luzia, com cerca de 35 Km² (0,9%).

O ponto mais alto do arquipélago encontra-se na ilha do Fogo, onde o pico do vulcão atinge a altitude de 2.829 metros.

A Ponta de Chão de Mangrande, na ilha de Santo Antão, é o ponto mais ocidental do continente africano (17°02'40.9"N 25°21'39.5"W).



Tabela 1 – Localização e altitude máxima das principais elevações (montanhas) de Cabo Verde

Ilhas	Designação (Monte)	Situação Geográfica		Orientação Predominante	Altitude (m)
		Latitude	Longitude		
Santo Antão	Tope da Coroa	17° 02' 05" N	25° 18' 00" W	Noroeste-Sueste	1 979
S. Vicente	Monte Verde	14° 52' 01" N	24° 65' 31" W	Norte-Sul	774
S. Nicolau	Monte Gordo			Noroeste-Sueste	1 304
Sal	Monte Grande			Nordeste-Sudoeste	406
Boa Vista	Santo António			378
Maio	Monte Penoso			Leste-Oeste	436
Santiago	Pico de Antónia	15° 02' 52" N	23° 38' 42" W	Nordeste-Sudoeste	1 392
Fogo	Pico do Fogo	14° 56' 52" N	24° 21' 11" W		2 829
Brava	Fontainhas	14° 50' 54" N	24° 42' 54" W	Leste-Oeste	976

Fonte: Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946

Tabela 2 – Comprimento e largura máximos e superfície, por ilha/ilhéu

Ilha/Ilhéu	Comprimento máximo (m)	Largura máxima (m)	Superfície Km ²
Santo Antão	42 750	23 970	779
S. Vicente	24 250	16 250	227
Santa Luzia	12 370	5 320	35
Ilhéu Branco	3 975	1 270	3
Ilhéu Raso	3 600	2 770	7
S. Nicolau	44 500	22 000	343
Sal	29 700	11 800	216
Boa Vista	28 900	30 800	620
Maio	24 100	16 300	269
Santiago	54 900	28 800	991
Fogo	26 300	23 900	476
Brava	10 500	9 310	64
Ilhéu Grande	2 350	1 850	2
Ilhéu Luís de Carneiro	1 950	500	0
Ilhéu de Cima	2 400	750	1

Fonte: Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PAÍS

Herdada do período colonial, a divisão administrativa do país tem conhecido algumas alterações ao longo dos anos, em especial após a independência. De referir que, em 1975 (ano da independência), em termos da divisão administrativa, o país encontrava-se estruturado em 14 concelhos, tendo sido criados os dos Mosteiros em 1991, de São Domingos em 1993 e de São Miguel em 1996. Em 2005, foram criados 6 novos municípios, designadamente: Ribeira Brava e Tarrafal de São Nicolau (fruto da divisão do concelho de São Nicolau); São Salvador do Mundo; São Lourenço dos Órgãos; Ribeira Grande de Santiago e Santa Catarina do Fogo, perfazendo, assim, os atuais 22 concelhos que compõem o país.



Tabela 3 – Divisão administrativa de Cabo Verde (1975-2005)

	1975	1991	1993	1996	2005
	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande
	Paul	Paul	Paul	Paul	Paul
	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo
	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente
	S. Nicolau	S. Nicolau	S. Nicolau	S. Nicolau	Ribeira Brava
	Sal	Sal	Sal	Sal	Tarrafal S. Nicolau
	Boa Vista	Boa Vista	Boa Vista	Boa Vista	Sal
	Maio	Maio	Maio	Maio	Boa Vista
	Tarrafal	Tarrafal	Tarrafal	Tarrafal	Maio
	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Tarrafal
	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Catarina
	Praia	Praia	Praia	Praia	Santa Cruz
	Fogo	Mosteiros	S. Domingos	S. Domingos	Praia
	Brava	S. Filipe	Mosteiros	S. Miguel	S. Domingos
		Brava	S. Filipe	Mosteiros	S. Miguel
	----	----	Brava	S. Filipe	S. Salvador do Mundo
	----	----	----	Brava	S. Lourenço dos Órgãos
	----	----	----	----	Ribeira Grande de Santiago
	----	----	----	----	Mosteiros
	----	----	----	----	S. Filipe
	----	----	----	----	Santa Catarina do Fogo
	----	----	----	----	Brava
N.º Concelhos	14	15	16	17	22

Nota: Os nomes dos concelhos, destacados a negrito, indicam a sua criação na data indicada.

DIVISÃO ESTATÍSTICA (DISTRITOS DE RECENSEAMENTO)

No contexto do Sistema Estatístico Nacional (SEN) e perseguindo fins meramente estatísticos, o Instituto Nacional de Estatística (INE) recorre à codificação das unidades administrativas do território, estabelecendo, a partir desta hierarquia, unidades territoriais de menores dimensões, edificando a divisão estatística ou os Distritos de Recenseamento (DR), cuja estrutura apresenta uma codificação de 6 dígitos, representando 4 níveis hierárquicos, a saber: no 1º as ilhas, no 2º os Concelhos, no 3º as Freguesias e, por fim, os DR.

Atualmente, para fins estatísticos, o país encontra-se dividido em 948 DR, encontrando-se a ilha de Santiago com cerca de 51,9%, seguida de S. Vicente com 15,5%, Santo Antão com 9,2%. A Brava é a que tem menor proporção de DR (1,4%).



Tabela 4 – Número de Distritos de Recenseamento (DR), por ilha e concelho (2010)

Ilha	Concelho	N.º DR's
Santo Antão	Ribeira Grande	38
	Paul	12
	Porto Novo	38
S. Vicente	S. Vicente	147
S. Nicolau	Ribeira Brava	21
	Tarrafal de S. Nicolau	17
Sal	Sal	52
Boa Vista	Boavista	22
Maio	Maio	18
	Tarrafal	47
Santiago	Santa Catarina	84
	Santa Cruz	44
	Praia	217
	S. Domingos	23
	S. Miguel	32
	S. Salvador do Mundo	15
	S. Lourenço dos Órgãos	13
	Ribeira Grande Santiago	17
	Mosteiros	18
Fogo	S. Filipe	49
	Santa Catarina do Fogo	11
Brava	Brava	13

Fonte: Base de dados geoespacial do INE

INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES

Em termos de rede rodoviária (entendam-se as estradas classificadas como Estrada Nacional-EN), em 2017, o país registava cerca de 1.148 Km de extensão, 37,9% dos quais na ilha de Santiago, 18,8% na de Santo Antão, apresentando a Brava a menor proporção (2,5%). Note-se que a distribuição da rede rodoviária mostra uma certa proporcionalidade em função do tamanho da superfície de cada Ilha.

Em relação às infraestruturas aeroportuárias, o país conta, atualmente, com quatro (4) aeroportos internacionais, situados nas ilhas de Santiago, Boa Vista, Sal e São Vicente. As demais ilhas, excetuando Santo Antão, Brava e Santa Luzia, têm um aeródromo para voos domésticos.

Quanto a infraestruturas portuárias, à exceção de Santa Luzia, que não é habitada, todas as outras ilhas possuem-nas.



Rede Rodoviária Nacional

Tabela 5 – Extensão (em Km) e classificação da rede rodoviária nacional, por ilha (2017)

Ilha	Extensão (km)	Classe/Categoria (em Km)			
		1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	Rurais
Total					
Santo Antão	216,290	83,594	0,000	117,415	15,281
S. Vicente	60,326	8,578	25,847	20,382	5,519
S. Nicolau	102,197	25,956	4,996	71,245	0,000
Sal	29,434	21,833	0,000	7,601	0,000
Boa Vista	71,482	7,044	0,000	64,438	0,000
Maio	48,429	0,000	0,000	48,429	0,000
Santiago	435,085	167,406	0,000	222,299	45,380
Fogo	155,646	82,265	1,250	72,131	0,000
Brava	29,014	0,000	0,000	22,645	6,369

Fonte: Instituto das Estradas (IE)

Tabela 6 – Extensão (em Km) da rede rodoviária nacional, por ilha (2013-2017)

Ilha	2013	2014	2015	2016	2017
Total	1 029,210	1 029,210	1 130,200	1 130,200	1 147,903
Santo Antão	213,980	213,980	216,290	216,290	216,290
S. Vicente	54,810	54,810	60,330	60,330	60,326
S. Nicolau	94,100	94,100	102,200	102,200	102,197
Sal	21,830	21,830	29,430	29,430	29,434
Boa Vista	51,920	51,920	71,480	71,480	71,482
Maio	48,430	48,430	48,430	48,430	48,429
Santiago	389,710	389,710	417,390	417,390	435,085
Fogo	144,290	144,290	155,650	155,650	155,646
Brava	10,150	10,150	29,010	29,010	29,014

Fonte: Instituto das Estradas (IE)



Infraestruturas Aeroportuárias Nacionais

Tabela 7 – Identificação, classificação, localização e tamanho da pista (comprimento e largura) dos Aeroportos e Aeródromos de Cabo Verde

Ilha	Designação	Classificação	Localização		Pista (em metros)	
			Latitude	Longitude	Comprimento	Largura
S. Vicente	Aeroporto Internacional Cesária Évora	Internacional	16° 50' 01" N	25° 03' 17" W	2 000	45
S. Nicolau	Aeródromo de Preguiça (S. Nicolau)	Doméstico	16° 35' 17" N	24° 17' 03" W	1 400	30
Sal	Aeroporto Internacional Amílcar Cabral	Internacional	16° 44' 15" N	22° 57' 00" W	3 000	45
Boa Vista	Aeroporto Internacional Aristides Pereira	Internacional	16° 08' 14" N	22° 53' 19" W	2 100	45
Maio	Aeródromo do Maio	Doméstico	15° 09' 21" N	23° 12' 49" W	1 200	30
Santiago	Aeroporto Internacional Nelson Mandela	Internacional	14° 56' 28" N	23° 29' 05" W	2 100	45
Fogo	Aeródromo de S. Filipe	Doméstico	14° 53' 06" N	24° 28' 48" W	1 350	30

Fonte: Agência de Aviação Civil (AAC)

Infraestrutura Portuária Nacional

Tabela 8 – Identificação e localização dos portos de Cabo Verde

Ilha	Concelho	Designação	Localização	
			Latitude	Longitude
Santo Antão	Porto Novo	Porto Novo	17° 01' 1.65" N	25° 03' 31.94" W
S. Vicente	S. Vicente	Porto Grande	16° 53' 27.05" N	24° 59' 46.09" W
S. Nicolau	Tarrafal de S. Nicolau	Porto do Tarrafal	16° 33' 59.35" N	24° 21' 35.77" W
Sal	Sal	Porto da Palmeira	16° 45' 17.33" N	22° 58' 58.73" W
Boa Vista	Boa Vista	Porto de Sal Rei	16° 10' 40.88" N	22° 55' 26.40" W
Maio	Maio	Porto Inglês	15° 08' 30.93" N	23° 13' 9.23" W
Santiago	Praia	Porto da Praia	14° 54' 38.41" N	23° 29' 55.85" W
Fogo	S. Filipe	Porto Vale Cavaleiros	14° 55' 13.40" N	24° 30' 15.20" W
Brava	Brava	Porto da Furna	14° 53' 16.49" N	24° 40' 41.07" W

Fonte: ENAPOR

DENSIDADE POPULACIONAL

Considerando o número da população residente (projeções demográficas 2010 – 2030), no que se refere à densidade populacional, regista-se um aumento paulatino. Neste último ano, registou-se o valor de 134,91 habitantes/km², ao nível do país.

Ao nível das ilhas, em 2018, destaca-se a disparidade de valores por ilha, tendo a de São Vicente registado a maior densidade populacional de Cabo Verde (367,70 hab./Km²), seguida de Santiago (308,55 hab./km²) e do Sal (177,06 hab./km²). No contexto nacional, estas ilhas



apresentam-se como as mais atrativas e as que têm registado maiores ganhos em termos de população residente. Por outro lado, muitos desafios se lhes apresentam, em especial no que respeita ao ordenamento e gestão do território, devido à forte pressão exercida pelas populações sobre os recursos disponíveis.

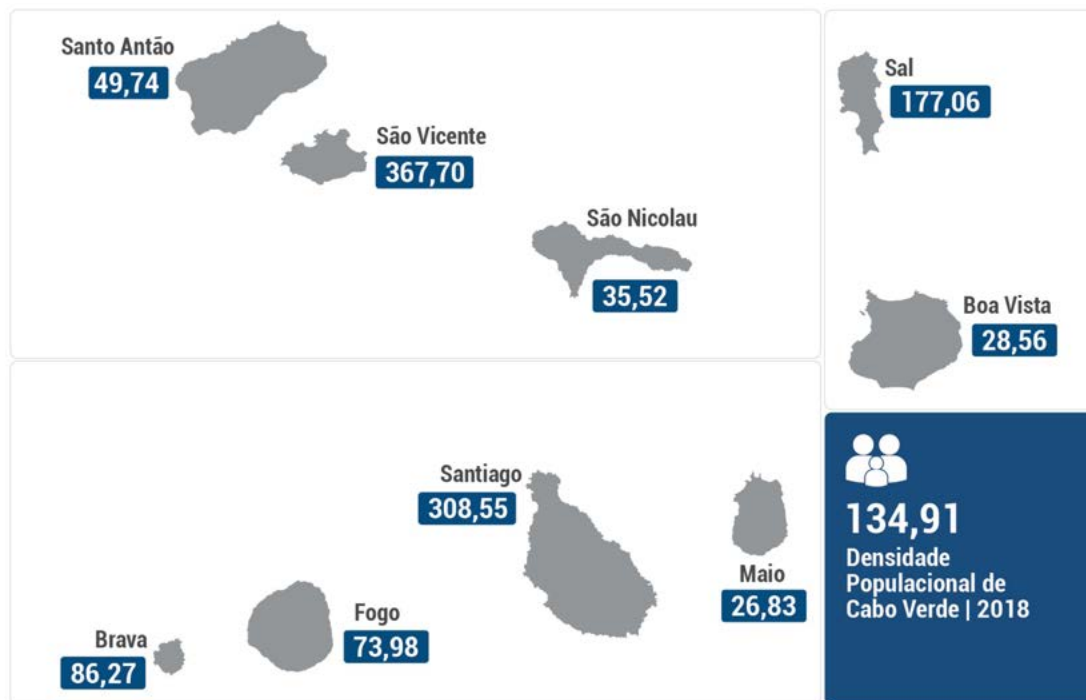
A ilha da Boa Vista, a menos densamente povoada, tem registado, nos últimos anos, um rápido crescimento populacional, consequentemente, um significativo aumento da densidade populacional, passando de 21,57 hab./Km², em 2014, para 28,56 hab./Km², em 2018.

Contrariamente, as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava apresentaram uma redução da população residente e, consequentemente, da densidade populacional, fruto, essencialmente, do processo migratório (interno e externo) que nelas se regista.

Tabela 9 – Densidade Populacional (Habitantes/Km²), por ilha (2014-2018)

	Superfície (Km ²)	Densidade Populacional				
		2014	2015	2016	2017	2018
Cabo Verde	4 033	128,56	130,13	131,72	133,32	134,91
Santo Antão	779	52,88	52,05	51,25	50,48	49,74
S. Vicente	227	353,04	356,89	360,63	364,23	367,70
S. Nicolau	343	36,48	36,22	35,98	35,74	35,52
Sal	216	149,11	156,24	163,28	170,23	177,06
Boa Vista	620	21,57	23,31	25,05	26,81	28,56
Maio	269	25,82	25,95	26,15	26,43	26,83
Santiago	991	292,9	296,81	300,73	304,64	308,55
Fogo	476	75,77	75,29	74,83	74,40	73,98
Brava	64	90	89,03	88,09	87,17	86,27

Fonte: Superfície das ilhas – Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946
População – INE, Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010 – 2030

Figura 2 – Densidade Populacional (habitantes/Km²) por ilha (2018)

Fonte: Superfície das ilhas – Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946
População – INE, Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010 – 2030

AS CIDADES E VILAS EM CABO VERDE

Até ao primeiro semestre de 2010, o país contava com 6 cidades (Praia, Mindelo, Assomada, S. Filipe, Porto Novo e Cidade de Santiago de Cabo Verde). Com a entrada em vigor da Lei nº 77/VII/2010 (B.O. nº 32, de 23 de agosto de 2010), passou então a contar com 24 cidades, em que cada concelho abriga uma, com exceção de Ribeira Grande de Santo Antão e do Sal, com duas cada um, ou seja, 9 cidades em Santiago, 4 em Santo Antão, 3 na ilha do Fogo, 2 na ilha do Sal, 2 em São Nicolau e 1 em cada uma das restantes ilhas.

Recentemente, com a aprovação do Decreto-lei nº 45/2015, 19 localidades, em todas as ilhas, à exceção de São Vicente, passaram a ostentar a categoria de Vila.



Tabela 10 – Identificação e designação das Cidades de Cabo Verde (2017)

Ilha	Concelho	Designação
Santo Antão	Ribeira Grande	Cidade de Ponta do Sol
		Cidade de Povoação
	Paul	Cidade das Pombas
	Porto Novo	Cidade de Porto Novo
S. Vicente	S. Vicente	Cidade de Mindelo
S. Nicolau	Ribeira Brava	Cidade da Ribeira Brava
	Tarrafal de S. Nicolau	Cidade de Tarrafal de S. Nicolau
Sal	Sal	Cidade dos Espargos
		Cidade de Santa Maria
Boa Vista	Boa Vista	Cidade de Sal Rei
Maio	Maio	Cidade do Porto Inglês
	Tarrafal	Cidade de Tarrafal
	Santa Catarina	Cidade de Assomada
	Santa Cruz	Cidade de Pedra Badejo
	Praia	Cidade da Praia
	S. Domingos	Cidade da Várzea da Igreja
	S. Miguel	Cidade da Calheta de S. Miguel
	S. Salvador do Mundo	Cidade de Achada Igreja
	S. Lourenço dos Órgãos	Cidade de João Teves
Santiago	Ribeira Grande de Santiago	Cidade de Santiago de Cabo Verde
	Mosteiros	Cidade da Igreja
	S. Filipe	Cidade de S. Filipe
	Santa Catarina do Fogo	Cidade de Cova Figueira
Brava	Brava	Cidade de Nova Sintra

Fonte: B.O n.º 32 – I Série (Lei nº 77/VII/2010)



Tabela 11 – Identificação e localização das Vilas de Cabo Verde (2017)

Ilha	Concelho	Designação
Santo Antão	Ribeira Grande	Vila de Chã de Igreja
		Vila de Coculi
	Porto Novo	Vila de Ribeira das Patas
S. Nicolau	Ribeira Brava	Vila de Fajã de Baixo
		Vila de Juncalinho
	Tarrafal de S. Nicolau	Vila de Praia Branca
Sal	Sal	Vila da Palmeira
Boa Vista	Boa Vista	Vila de Rabil
Maio	Maio	Vila da Calheta
		Vila de Barreiro
	Tarrafal	Vila de Ribeira das Pratas
Santiago	Santa Catarina	Vila de Achada Tenda
		Vila de Chã de Tanque
		Vila de Achada Falcão
	S. Miguel	Vila de Ribeira da Barca
		Vila de Achada do Monte
Fogo	S. Filipe	Vila de Ponta Verde
		Vila de Patim
Brava	Brava	Vila de Nossa Senhora do Monte

Fonte: B.O n.º 55 - I Série (Decreto– lei n.º 45/2015)



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2018

O ODS 1 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1) trata da pobreza, cuja erradicação é entendida como ponto central para toda a estratégia de desenvolvimento sustentável. Para tanto é necessário focar nas populações mais vulneráveis e no aumento do acesso a recursos e serviços básicos.



ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA

Neste tema, para além dos indicadores ODS 1 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 1), são também incorporados os resultados das projeções demográficas e informações sobre a proteção social.

O ODS 1 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 1) trata da pobreza, cuja erradicação é entendida como ponto central para toda a estratégia de desenvolvimento sustentável. Para tanto, é necessário focar nas populações mais vulneráveis e no aumento do acesso a recursos básicos

Indicador 1.1.1 Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90 por dia), por sexo, grupo etário, condição perante o trabalho e meio de residência.

Estima-se que cerca de 23,7% da população em Cabo Verde vive em pobreza extrema, com menos de US\$1,90 por dia. A população rural e as crianças são as mais afetadas pela pobreza extrema.

No meio rural, 40,1% da população vive em pobreza extrema contra 14,7% no meio urbano. No que se refere às crianças menores de 15 anos, 30,4% vive em pobreza extrema, contra cerca de 18,6% e 18,8% respetivamente, nas idades ativas de 25-64 anos e na terceira idade, 65 anos ou mais.

Figura 3 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90 por dia), por meio de residência e sexo (2015)



Nota: Limiar Internacional da Pobreza (1,90 dólares = 192,98 CVE a Taxa de Câmbio de 101,57 de 2015)

Fonte: INE, IDRF 2015



Figura 4 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90/dia), por grupo etário e condições perante trabalho (2015).



Nota: Limiar Internacional da Pobreza (1,90 dólares = 192,98 CVE a Taxa de Câmbio de 101,57 de 2015)

Fonte: INE, IDRF 2015

Indicador 1.2.1. Proporção da população que se encontra abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo e idade.

Em 2015, Cabo Verde registou uma incidência de pobreza absoluta global na ordem dos 35%, significando que 179 909 pessoas são consideradas pobres, ou seja, vivem com um consumo médio anual por pessoa abaixo do limiar da pobreza, fixado em 95.461\$00 CVE no meio urbano e 81.710\$00 CVE no meio rural.

Tabela 12 – Proporção da população pobre, por sexo, grupo etário e população empregada (2015)

Proporção de população pobre (%)	
Cabo Verde	35,2
Sexo	
Masculino	34,5
Feminino	35,9
Grupo Etário	
0-4 anos	44,4
5-14 anos	43,1
15-24 anos	38,4
25-34 anos	27,7
35-64 anos	29,0
65 anos ou mais	27,2
População Empregada	27,2
Masculino	27,1
Feminino	27,4

Nota: Proporção de população pobre= Incidência da pobreza

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

Indicador 1.3.1. Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com incapacidade, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis.

Em 2018, de acordo com as informações disponíveis, estima-se que cerca de 48% da população cabo-verdiana esteja abrangida por um regime de proteção social, sendo que 4,1% pelo regime não contributivo, através da pensão social do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS), e 44% pelo sistema contributivo do Instituto Nacional de Previdência Social.



Tabela 13 – Proporção (em %) da população abrangida pela pensão social do Centro Nacional de Pensões Sociais, (CNPS) por sexo (2018).

	Proporção (%) da população abrangida		
	Proteção social (INPS+CNPS)	Regime Contributivo (INPS)	Regime Não Contributivo (CNPS)
Total	48,0	43,9	4,1
Feminino	49,6	43,8	5,8
Masculino	46,6	44,1	2,5

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social e Centro Nacional de Pensão Social

Tabela 14 – Beneficiários do regime não contributivo do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS) por tipos de pensão (2017 - 2018)

Tipo de Pensão	2017		2018	
	Efetivo	%	Efetivo	%
Total	21 445	100,0	22 464	100,0
Básica (criança 0-17)	(a)		423	
Básica	17 178	80,1	18 198	81,0
Invalidez	4 088	19,1	3 651	16,3
Sobrevivência	179	0,8	192	0,9

Nota: (a) dados não disponíveis

Fonte: Centro Nacional de Pensões Sociais

OUTROS INDICADORES

População

Segundo os dados do INE sobre as projeções demográficas da população de 2010 a 2030, a população de Cabo Verde, no período 2014-2018, cresceu a um ritmo de 1,19%. Em 2018, contabilizaram-se 544.081 pessoas residentes, portanto, com um acréscimo de 6.420 habitantes em relação a 2017.

Figura 5 – Evolução da população de Cabo Verde (2014-2018)

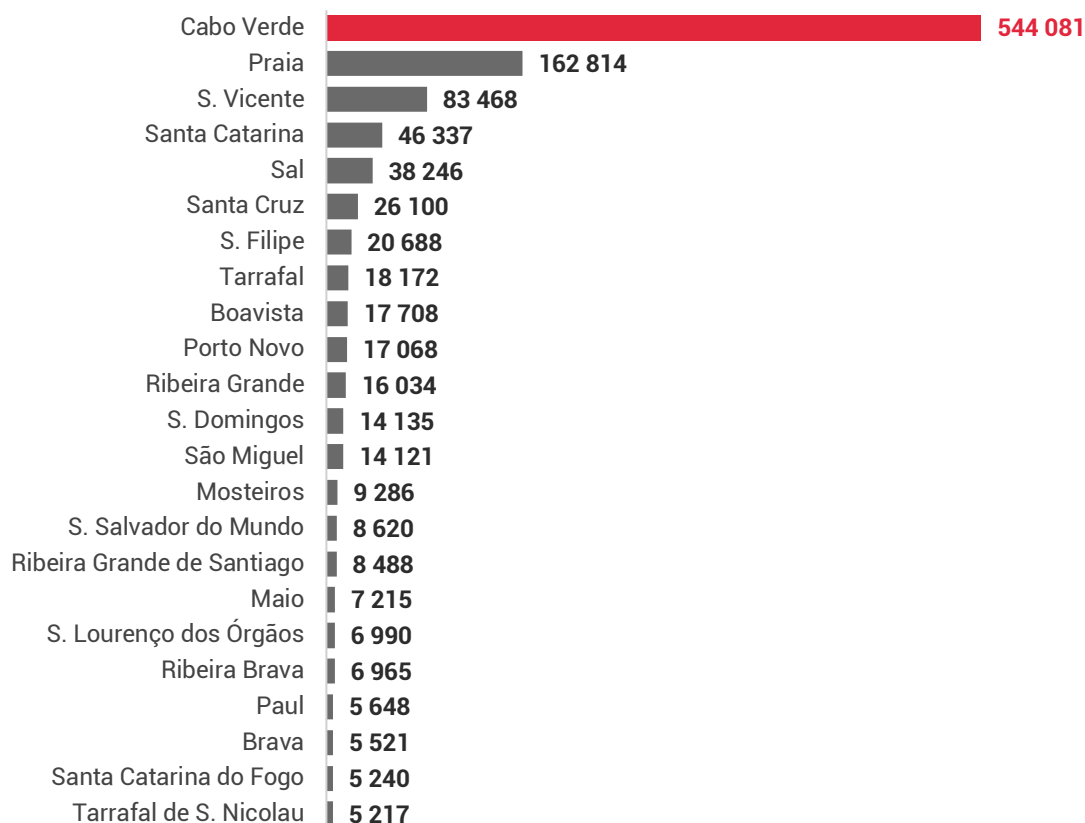


Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030

A análise por concelho indica que Praia e São Vicente apresentam uma maior concentração da população, representando, em 2018, respetivamente, 29,9% e 15,3% do total da população do país. Os concelhos com menor concentração de população são Tarrafal de São Nicolau e Santa Catarina do Fogo, com igual percentagem (1,0%).



Gráfico 1 – População residente em Cabo Verde, por concelho (2018)



Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030

A taxa de crescimento natural (TCN) sofreu uma diminuição, passando de 1,4%, em 2014, para 1,2%, em 2018. No que concerne à taxa de crescimento médio anual (TCMA), esta manteve o mesmo valor (1,2%) registado em 2017.

Em 2018, a esperança média de vida para os homens foi de 72,6 anos, enquanto para as mulheres se situou na casa dos 80,4 anos, apontando para uma diferença média de 7,8 anos de vida.

Tabela 15 - Taxa anual de Crescimento Natural (TCN), Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) e Esperança de Vida à nascença, Cabo Verde (2014-2018)

	Taxa anual de Crescimento Natural (TCN) (%)	Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) - (%)	Esperança de vida ao nascer (ano)	
			e 0 (Masculino)	e 0 (Feminino)
2014	1,43	1,23	71,1	79,7
2015	1,38	1,23	71,5	79,9
2016	1,33	1,22	71,8	80,0
2017	1,28	1,21	72,2	80,2
2018	1,22	1,19	72,6	80,4

Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 - 2030

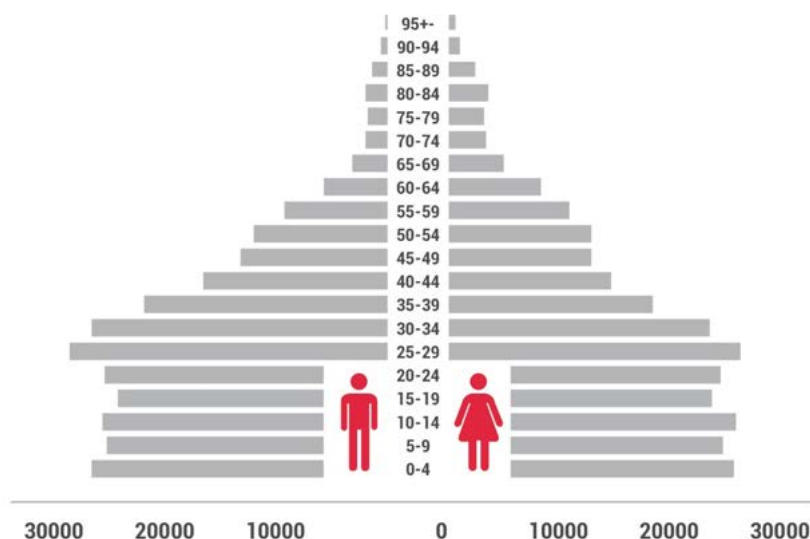


Estrutura etária da população

Na estrutura etária da população, verifica-se que, em 2018, o número de pessoas dos 0 aos 14 anos de idade foi de 153.836 (28,3% do total da população residente). O grupo dos 15 aos 24 anos conta com 98.117 (18,0% do total) e dos 25 aos 64 anos foi estimado em 262.080 (48,2%). Em relação aos idosos (pessoas com 65 anos ou mais), o valor estimado para 2018 situa-se à volta de 30.048 indivíduos (5,5% do total).

No que tange à estrutura da população, por sexo, observa-se que o peso da população masculina foi de 50,3%, superior ao da feminina (49,7%).

Gráfico 2 – Pirâmide etária da população, Cabo Verde. 2018

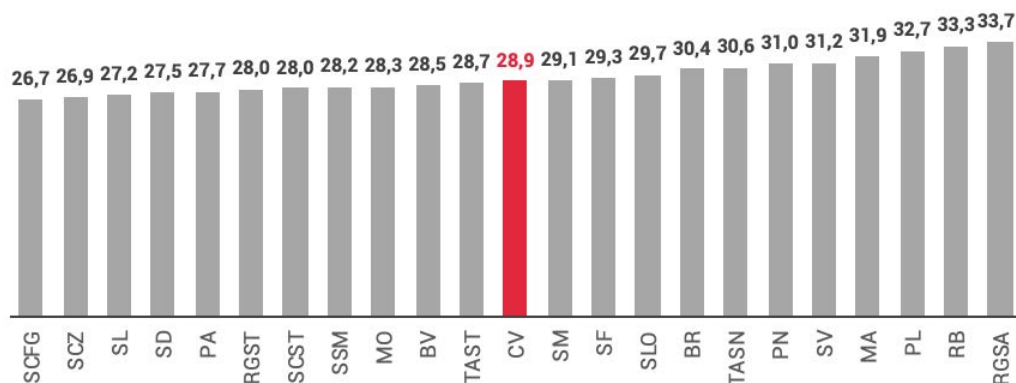


Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 – 2030

A idade média da população de Cabo Verde, em 2018, foi de 28,9 anos. Ao nível dos concelhos constatou-se que o de Santa Catarina do Fogo aparece com menor idade média (26,7 anos), enquanto Ribeira Grande de Santo Antão apresenta a maior idade média (33,7 anos).

No que se refere à relação de masculinidade, em 2018, foi 101,4 homens para cada 100 mulheres.

Gráfico 3 – Idade média da população, por concelho (2018)



Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 – 2030



Figura 6 – Relação de masculinidade, Cabo Verde (2014-2018)

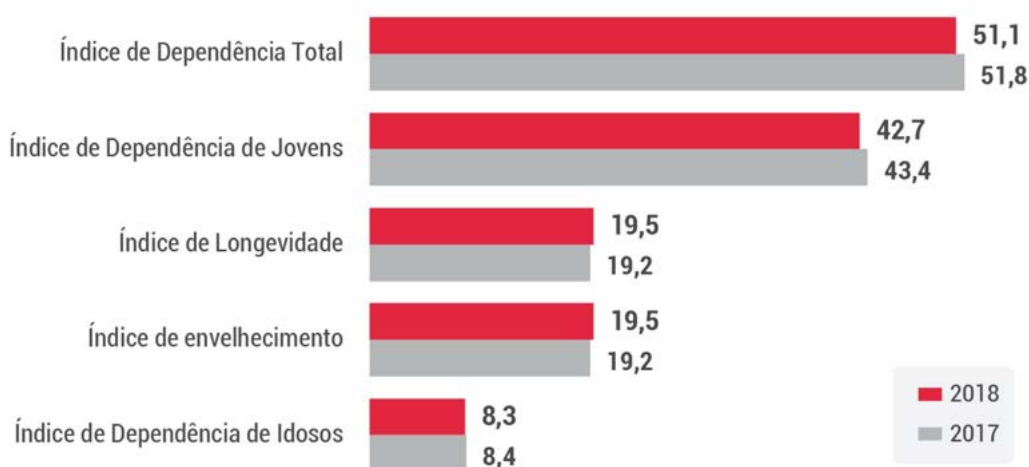


Fonte: INE- Projeções demográficas, 2010 – 2030

O Índice de Dependência Total tem estado a decrescer de forma contínua, de 2014 a 2018, devido, principalmente, ao número significativo de homens e mulheres em idade ativa, em comparação com a população de crianças e idosos. Em 2017, este indicador era de 51,8% e passou para 51,1%, em 2018.

Para os Índices de Dependência Jovem e de Dependência de Idosos, o comportamento observado tem sido semelhante ao do Índice de Dependência Total, isto é, ambos têm vindo a decrescer no período em análise, verificando-se um ligeiro aumento no Índice de Dependência de Idosos, em 2017, e uma diminuição em 2018.

Gráfico 4 – Índice de Dependência, de envelhecimento e de Longevidade (2014-2018)



Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030



Migrações

Em 2018, a proporção da população de nacionalidade estrangeira era cerca de 1,3% da população residente, tendo diminuído 0,5 p. p. em relação ao ano 2017.

Tabela 16 – Proporção da população residente em Cabo Verde, segundo a "nacionalidade" por sexo e meio de residência (2014-2018)

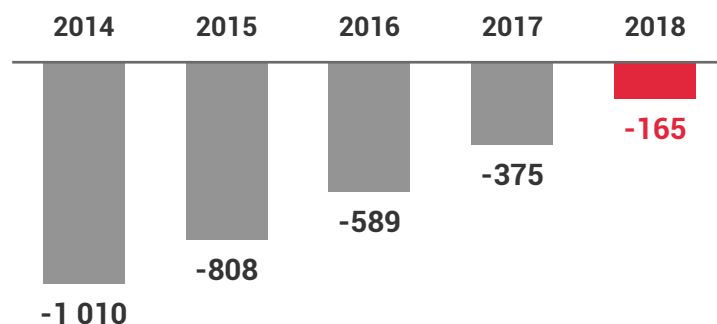
	Cabo-verdiana	Dupla Nacionalidade*	Estrangeira	ND
2017	96,0	2,2	1,8	0,0
2018				
Cabo Verde	93,3	2,1	1,3	3,3
Sexo				
Masculino	92,1	2,2	1,8	3,8
Feminino	94,4	2,0	0,8	2,7
Meio de residência				
Urbano	91,3	2,8	1,9	3,9
Rural	97,3	0,7	0,2	1,8

*Pessoas com nacionalidade Cabo-verdiana e uma outra nacionalidade estrangeira
ND – Não Declarado

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

O saldo migratório em Cabo Verde continua a ser negativo, isto é, há mais pessoas a sair (emigrantes) do que a entrar (imigrantes) no país. No entanto, em termos de tendência, constata-se que este saldo negativo tem vindo a reduzir-se significativamente no período em análise (83,7%), passando de -1.010, em 2014, para -165, em 2018.

Gráfico 5 – Saldo Migratório (2014 – 2018)



Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 – 2030



Proteção social

O número de pessoas inscritas no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) passou de 194.445, em 2014, para 238.965, em 2018, traduzindo-se num acréscimo de 44.520 pessoas inscritas (correspondente a 22,9%). Comparativamente ao ano de 2017, registou-se, em 2018, um aumento de 6,1%. Constatou-se ainda que o maior peso se centrou nos “familiares de segurados e pensionistas com direito aberto”, com 48,6%, e nos segurados ativos, com 41,0%.

Tabela 17 – Inscritos no INPS, por categoria (2013 – 2018)

Tipo de Inscritos	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	188 807	194 445	200 632	210 253	225 222	238 965
Segurados ativos	72 686	74 571	76 785	83 441	92 444	98 059
Trabalhadores por Conta de Outrem – TCO	46 539	47 451	49 221	51 852	56 121	56 959
Contribuinte Doméstico	908	1 062	1 197	1 281	1 628	2 016
Regime Especial das Micro e Pequenas Empresas (REMPE)	n.a	n.a	330	3 745	6 921	10 685
Regime da Função Pública	23 387	24 427	24 428	25 147	25 827	26 089
Trabalhadores por Conta Própria	1 852	1 631	1 609	1 416	1 947	2 310
Pensionistas ativos do INPS*	6 091	6 767	6 474	6 779	7 184	7 559
Velhice**	2 773	3 374	3 542	3 722	4 314	4 586
Invalidez	1 286	1 308	936	963	721	775
Sobrevivência	2 032	2 085	1 996	2 094	2 149	2 198
Pensionistas da Reforma Antecipada	55	31	10	4	0	0
Pensionistas da Função Pública	4 476	4 597	4 703	5 362	6 109	6 898
Familiares de segurados e pensionistas com inscrição aberta	94 891	97 956	101 835	104 386	109 376	116 143
Ascendentes	4 050	4 285	4 572	4 882	5 255	5 717
Descendentes	85 904	88 500	91 922	93 997	98 422	104 454
Cônjuges	4 937	5 171	5 341	5 507	5 699	5 972
Regime das Convenções***	10 608	10 523	10 825	10 281	10 109	10 306
Pensionistas e Trabalhadores Migrantes	6 800	6 861	7 152	7 088	7 047	7 089
Familiares com direito aberto	3 808	3 662	3 673	3 193	3 062	3 217

*Dados dos pensionistas de 2017 corrigidos em abril de 2019.

*Inclui os pensionistas provisórios e complementares

***Dados do Regime das Convenções dos anos de 2013 a 2017 corrigidos e atualizados conforme registos da base de dados a 11 de março de 2019.

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social



Tabela 18 – Inscrições abertas no INPS*, por ilha (2013 - 2018)

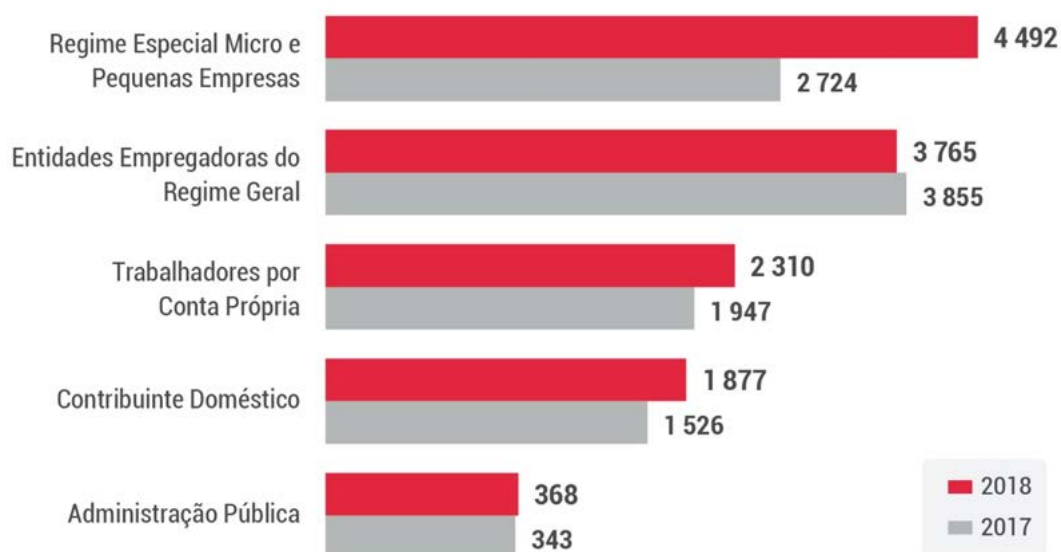
	2013	2014	2015	2016	2017**	2018
Total	188 807	194 445	200 632	210 253	225 222	238 965
Santo Antão	10 975	10 922	11 434	11 945	12 794	13 773
S. Vicente	36 787	37 701	39 183	41 428	43 706	46 230
S. Nicolau	5 142	5 342	5 417	5 411	5 852	5 954
Sal	18 995	20 273	21 333	23 883	27 701	29 782
Boa Vista	6 581	6 781	7 499	7 780	8 593	9 364
Maio	2 455	2 435	2 459	2 457	2 631	2 872
Santiago	98 157	100 901	102 517	106 637	112 449	118 758
Fogo	8 583	8 880	9 459	9 515	9 954	10 428
Brava	1 066	1 132	1 317	1 149	1 413	1 620
Estrangeiro	66	78	14	48	129	184

**Dados dos pensionistas de 2017 corrigidos em abril de 2019.

*Dados dos regimes das Convenções corrigidos em abril de 2019.

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

Gráfico 6 – Contribuintes ativos inscritos no INPS, por categoria (2014 - 2018)



Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social



Tabela 19 – Proveitos e Custos do INPS (em milhar ECV) com as principais prestações familiares de segurança social (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018 ^P
Receitas Totais	9 934 129	10 423 365	12 307 420	13 020 339	13 608 041
Receitas de Contribuições	7 466 697	7 874 313	9 403 802	10 108 316	11 042 618
Outras Receitas	2 467 432	2 549 052	2 903 618	2 912 023	2 565 423
Sendo Rendimentos Financeiros	1 889 433	2 153 360	2 254 175	2 198 542	2 231 242
Custos Totais	4 990 193	5 080 362	5 752 663	6 127 423	5 443 668
Custos com Prestações	3 451 391	3 619 508	4 015 598	4 494 821	4 808 966
Doença e Maternidade (DM)	1 530 755	1 787 182	2 092 662	2 345 631	2 493 699
Subsídio Doença	115 224	142 399	163 814	177 943	201 166
Subsídio de Maternidade	83 164	84 166	88 249	108 282	124 957
Assistência Médica e Hospitalar	373 731	381 901	593 725	617 261	647 571
Assistência Medicamentosa	490 292	556 204	541 076	649 854	669 116
Apar. Prótese e Ortopedia	112 668	142 261	172 315	193 212	197 345
Transporte e Estadia	349 684	455 599	526 693	599 079	653 544
Despesas Convencionais	5 992	24 652	6 790	0	0
Prestações Diferidas	1 531 761	1 547 627	1 588 515	1 807 193	1 923 032
Velhice	828 609	917 640	989 083	1 255 677	1 379 974
Invalidez	502 307	403 419	386 725	312 803	294 333
Sobrevivência	196 872	222 924	209 329	235 368	245 380
Pensões complementares	3 973	3 644	3 378	3 345	3 345
Abono de Família e Prestações Complementares	388 875	284 699	334 421	341 997	392 235
Abono de Família	363 720	243 054	290 274	283 435	328 617
Subsídio de Aleitação	14 019	22 978	27 010	36 133	44 621
Subsídio a Deficientes	4 983	9 881	8 385	12 825	9 695
Subsídio de Funeral	6 153	8 786	8 752	9 604	9 302
Custos Administrativos	545 436	564 994	630 930	636 042	634 702
Outros Custos	993 366	895 860	1 106 135	996 560	
Resultado operacional	3 077 966	3 549 075	4 166 469	4 431 327	5 274 139
Resultado financeiro	1 422 904	1 556 133	1 863 278	2 026 140	2 070 626
Resultado corrente	4 500 870	5 105 208	6 029 747	6 457 467	7 344 765
Resultado do Exercício	4 943 936	5 343 003	6 554 757	6 892 916	7 583 356

P: Dados provisórios

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

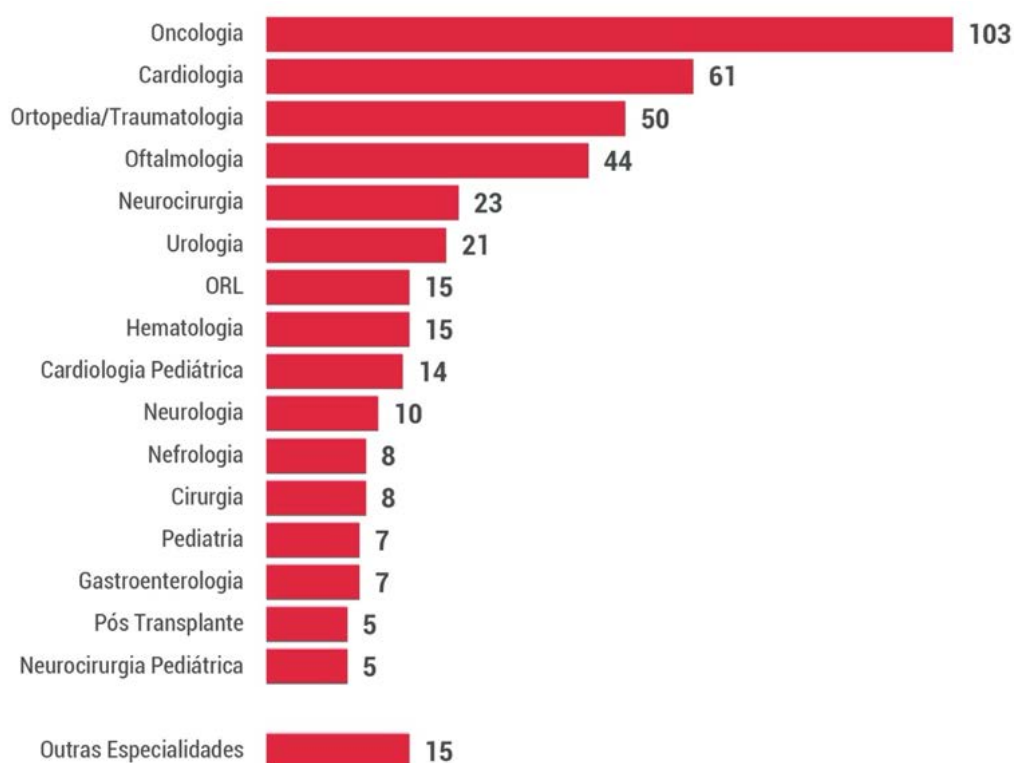


Tabela 20 – Beneficiários e acompanhantes das evacuações internas por ilha de origem (2017-2018)

Ilha de Origem	2017			2018		
	Evacuados	Acompanhantes	Total	Evacuados	Acompanhantes	Total
Cabo Verde	3 536	1 358	4 894	3 223	1 173	4 396
Santo Antão	746	264	1010	556	178	734
S. Vicente	67	29	96	44	18	62
S. Nicolau	434	179	613	408	134	542
Sal	577	253	830	495	239	734
Boa Vista	463	162	625	377	128	505
Maio	359	129	488	252	122	374
Santiago	7	1	8	4	0	4
Fogo	580	249	829	671	266	937
Brava	303	92	395	416	88	504

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

Gráfico 7 – Doentes evacuados para o exterior, segundo especialidade médica (2018)



Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

Tabela 21 – Valor médio (em ECV) das pensões por tipo e sexo dos beneficiários (2014 - 2018)

Pensionistas por tipo e sexo	2014	2015	2016	2017	2018
Pensão de Velhice	23 708	24 472	25 988	28 224	28 736
Feminino	20 023	21 110	22 292	24 036	24 328
Masculino	25 999	26 726	28 615	31 199	32 061
Pensão de Invalidez	39 287	39 913	40 731	41 026	39 330
Feminino	33 178	32 763	32 673	31 838	31 249
Masculino	40 636	41 515	42 552	43 157	40 899
Pensão de Sobrevivência	9 310	9 589	9 543	9 634	10 040
Feminino	9 980	10 076	10 139	10 286	10 816
Masculino	7 411	8 019	7 730	7 689	7 643
Total Geral	21 606	22 228	23 120	24 591	24 381
Feminino	15 868	16 475	17 152	18 287	18 594
Masculino	26 543	27 510	28 726	30 428	30 102

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2018

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS 2) tem como foco o combate à fome, por meio de alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. Visa garantir o acesso a uma alimentação de qualidade com o apoio da agricultura sustentável, especialmente em regiões mais pobres.



ODS 2 – ERRADICAR A FOME

Este tema compreende indicadores ligados à sustentabilidade do sector da agricultura e à erradicação da fome, através de alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano por forma a garantir o acesso aos alimentos a todas as pessoas, em particular, àquelas que estejam em situações vulneráveis, incluindo crianças, garantindo, ao mesmo passo, sistemas sustentáveis de produção de alimentos, associados também à plantação agrícola com o escopo de manter o ecossistema.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS2) tem como foco o combate à fome, por meio de alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. Visa garantir o acesso a uma alimentação de qualidade com o apoio da agricultura sustentável, especialmente em regiões mais pobres.

Indicador 2.1.1. Prevalência da subnutrição

Como *proxy* para este indicador, a análise do estado nutricional da população cabo-verdiana permite avaliar o nível da prevalência da subnutrição, assim como o da prevalência do excesso de peso e obesidade, consequência de estilos de vida sedentários e de alimentação desadequada.

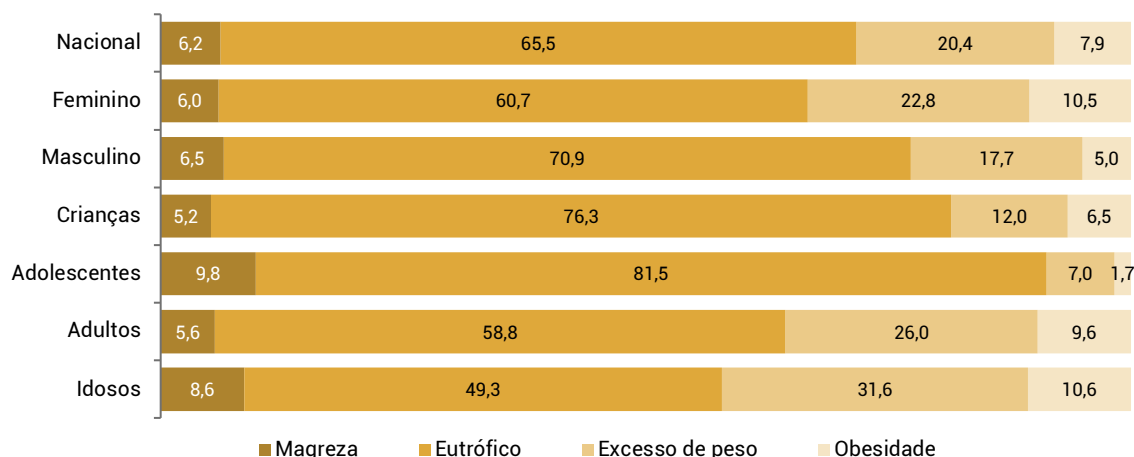
Em 2015, os resultados do IDRF estimaram que cerca 6% da população apresentava estado de magreza, enquanto 20% se achava em excesso de peso e 7,9% tinha obesidade.

2 ERRADICAR A FOME

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



Gráfico 8 – Estado Nutricional² da população Cabo-verdiana em % (2015)



Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

Indicador 2.2.1: Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade.

Em 2015, registou-se uma prevalência de desnutrição crónica de 11,8% nas crianças menores de 5 anos (59 meses), sendo 4,3% relativa à desnutrição crónica moderada e 7,5% à desnutrição crónica severa. O atraso de crescimento é mais acentuado nos primeiros 23 meses (15,7%). Entre as crianças do sexo masculino e as do sexo feminino a diferença é, em termos comparativos, notória: 13,6% contra 9,8%, respetivamente.

Tabela 22 – Prevalência de atraso no crescimento nas crianças com menos de 5 anos (%)

Crianças menores 5 anos (59 meses)	
Desnutrição crónica	11,8
Desnutrição crónica moderada	4,3
Desnutrição crónica severa	7,5
Grupo de idade	
< 24	15,7
≥ 24	9,7
Sexo	
♀ Feminino	9,8
♂ Masculino	13,6
Meio residência	
Urbano	11,3
Rural	11,2

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

² Nota: (1) A classificação do IMC (Índice de Massa Corporal), segundo a OMS (utilizou-se o z-score de IMC nos indivíduos com idades compreendidas [0 aos 19] anos e classificação do IMC para adultos para os indivíduos com idades superiores a 19 anos); Faixa etária: Crianças (≤11 anos de idade); Adolescentes (12 aos 17 anos de idade); Adultos (18 aos 64 anos de idade); Idosos (≥65 anos de idade);

OUTROS INDICADORES

Produção Agrícola (em sentido estrito)

Os dados das estimativas da produção em toneladas de Culturas Hortícolas e de Raízes e Tubérculos mostram que, entre 2014 e 2018, se registou uma taxa de variação média anual negativa de -10,7% e -5,9%, respetivamente.

De destacar que o tomate é o produto com maior representatividade no total da produção das culturas hortícolas, com um peso de 44,0%, em 2018, e 29,7, em 2014. As estimativas de produção para os Produtos Hortícolas e de Raízes e Tubérculos (R&T), dos últimos 5 anos, indicam que a produção média anual foi de 44.340 toneladas de hortícolas e 20.795 de Raízes e Tubérculos. Verifica-se ainda que, em 2018, houve uma diminuição de 17% dos produtos das culturas hortícolas, face ao ano anterior, e um aumento de 39.3% nas produções de Raízes e Tubérculos.

Tabela 23 – Estimativas da produção (em toneladas) de culturas hortícolas e de raízes e tubérculos (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Culturas Hortícolas	52 544	4 957	48 512	40 234	33 452
Tomate	15 611	14 597	15 133	16 817	14 703
Pimentão	3 842	3 121	4 775	4 630	1 740
Repolho	9 962	8 816	8 698	5 144	5 383
Cenoura	6 078	4 596	3 953	2 920	1 685
Melancia	1 537	1 550	1 557	1 180	928
Alface	1.856	1 411	1 325	841	791
Couve	3 551	3 080	3 015	1 180	1 362
Cebola	4 842	4 696	5 066	3 466	2 567
Diversos	5 265	5 090	4 990	4 056	4 293
Raízes e Tubérculos (R&T)	26 094	19 833	22 963	14 662	20 424
Batata-doce	8 770	5 959	6 262	5 024	3 908
Mandioca	7 640	5 322	5 667	5 597	3 949
Abóbora (Sequeiro)	1 520	800	549	-	-
Batata-comum	8 164	7 752	10 485	4.041	12 567

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Quanto às frutas, as estimativas da produção anual de 2018 apontam para 10.903 toneladas, composta, essencialmente, por banana, (aproximadamente 69% do total produzido), e de papaia (18,1%). De salientar que as estimativas da produção frutícola no país assinalam que, no período de 2014 a 2018, a produção média anual era de 15.202 toneladas, não obstante as oscilações observadas, devido, sobretudo, à(s) variação(ões) das condições naturais do país (precipitação, vento etc.,).

Tabela 24 – Estimativas de produção (em toneladas), por tipo de culturas frutícolas (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	17 470	16 065	15 840	15 730	10 903
Banana	10 534	10 300	10 443	10 416	7 509
Manga	2 247	1 328	1 363	1 568	814
Papaia	3 473	3 232	3 284	2 991	1 969
Outras	1 216	1 205	750	755	611

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Figura 7 – Estimativa da proporção produção (em toneladas), por tipo de culturas frutícolas (2018)



Em relação às estimativas de produção das chamadas culturas de renda, a saber, cana-de-açúcar, vinha e café (as duas últimas com maior especificidade territorial e com maior expressão na ilha do Fogo), nota-se a predominância da cana-de-açúcar, com uma produção anual à volta de 22.940 toneladas (99,2% da produção total das culturas de renda). De ressaltar que para as estimativas das culturas de renda se verifica que, entre 2014 e 2018, houve uma produção média anual de 27.558 toneladas de modo global.

Tabela 25 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas de renda (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	28 812	28 604	28 753	28 494	23 125
Café	52	52	69	47	35
Vinha	385	177	309	72	150
Cana-de-Açúcar	28 375	28 375	28 375	28 375	22 940

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Figura 8 – Estimativa da proporção de produção (em toneladas) de culturas de renda (2018)



As estimativas de produção da campanha agrícola, das culturas tradicionais de sequeiro (milho e feijões) têm registado flutuações em função, essencialmente, da pluviometria anual. De 2014 a 2018, a produção total aumentou de 1.941 para 7.204 toneladas. Para o ano de 2017, registou-se uma produção de 11 toneladas de milho e feijão, contrapondo o aumento significativo de 7204 em 2018, mostrando assim uma variação instável associada essencialmente a pluviometria anual ou ausência da mesma. Em relação à cultura de mancarra, não houve registo de produção nos anos de 2017 e de 2018.

Tabela 26 – Estimativas de produção da campanha agrícola (em toneladas) de culturas de sequeiro (2014-2018)

	*2014	*2015	2016	2017	2018
Total	1 941	14 076	9 739	11	7 204
Milho	1 065	8 677	5 642	4	3 893
Feijões	650	5 199	3 987	7	3 311
Mancarra	226	200	110	0	0

*Obs.: De ressalvar que a campanha agrícola vai de maio a abril do ano seguinte.

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Figura 9 – Estimativa da proporção de produção da campanha agrícola (em toneladas) de culturas de sequeiro (2018)



Tabela 27 – Estimativa de produção da campanha agrícola e variação média de produção do milho (em toneladas) nos últimos 5 anos, por ilha (Dados da campanha agrícola) (2014-2018)

	*2014/2015	*2015/2016	*2016/2017	*2017/2018	*2018/2019	Taxa Crescimento Médio (Últimos 5 Anos)
Cabo Verde	1 065	8 677	5 642	4	3 892	38,3%
S. Antão	7	458	55	1	356	167,0%
S. Nicolau	12	187	117	0	121	78,2%
Maio	1	5	3	0	32	138,7%
Santiago	481	5 907	3 497	0	2 427	49,9%
Fogo	360	1 497	1 423	3	814	22,6%
Brava	204	623	547	0	143	-8,5%

Obs.: * A campanha agrícola vai de maio a abril do ano seguinte.

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Produção Animal

A exploração pecuária familiar é uma componente importante dos rendimentos e da subsistência das famílias agrícolas, sendo as galinhas (75,4%) e os caprinos (12,2%) as espécies mais criadas pelas famílias agrícolas.

Tabela 28 – Estimativa do efetivo pecuário, por espécie e ano (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Bovinos	22 802	22 852	22 902	29 599	29 558
Caprinos	195 195	200 661	206 279	107 630	107 532
Ovinos	11 740	11 884	12 029	12 625	12 620
Suíños	85 405	86 259	87 121	66 905	66 808
Galinhas (tradicionais)	603 351	633 519	665 195	665 195	665 295

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Figura 10 – Estimativa da proporção do efetivo pecuário, por espécies (2018)



Relativamente à estimativa da produção de carnes, esta vem conhecendo uma evolução positiva nos últimos cinco anos (2014 a 2018), ainda que muito condicionada pelas flutuações das disponibilidades forrageiras, no caso dos ruminantes, e também, no caso dos suínos, pela ocorrência dos episódios de peste suína africana. De 2014 a 2018, as estimativas apontam que a produção de carne bovina, caprina, ovina e suína teve uma taxa de variação média anual de - 5,3%.

A produção de carne de frango registou uma taxa de variação média anual de -17,2%, de 2014 a 2018, indicando, ao longo desse período, uma tendência decrescente na produção da carne de frango. Entre 2017 e 2018, houve uma diminuição em cerca de 55,2%, devido, essencialmente, a uma diminuição da produção na avicultura intensiva.

Tabela 29 – Estimativa de produção (em toneladas) de carne (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Carne bovina, caprina, ovina, suína	4 468	4 524	4 581	4 440	3 588
Carne de frango	943	980	932	988	443

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Tabela 30 – Estimativa do efetivo, taxa de abate, efetivo abatido e produção de carne (em toneladas), por principais espécies (2018)

	Efetivo	Taxa de abate	Efetivo abatido	Efetivo abatido
Bovina	29 558	0,15	4 434	709 392
Caprina	107 532	0,3	32 260	483 894
Ovina	12 620	0,3	3 786	56 790
Suína	66 808	0,7	46 766	2 338 280

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

As estimativas da produção de leite (as quantidades indicadas referem-se às disponíveis para o consumo humano após a dedução das quantidades destinadas à alimentação das crias) indicam uma taxa de variação média anual de -6,0%, de 2014 a 2018.

Figura 11 – Estimativa de produção (em Litros) de leite (2014-2018)



Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Relativamente à estimativa da produção anual de ovos, verificou-se, em 2018, uma produção de 42.257.968 unidades de ovos. De 2014 a 2018, a produção registou uma taxa de crescimento médio anual de 0,01%.

Figura 12 – Estimativa de produção (milhões de unidades) de ovos (2014-2018)



Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2018

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) tem seu foco principal na saúde da população. Para se alcançar o objetivo, é preciso a redução drástica da mortalidade materna, o fim das mortes evitáveis de bebês e crianças, combate a doenças como o HIV, a tuberculose, o paludismo, a hepatite, entre outras transmissíveis. Ainda, é preciso reduzir a um terço as mortes prematuras por doenças não transmissíveis, como hipertensão e diabetes e garantir o acesso aos sistemas de saúde e o de prevenção e proteção do bem-estar dos cidadãos.



ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE

Este tema aborda, logo, os indicadores do setor da saúde, que, em Cabo Verde, sempre mereceu uma atenção especial por parte dos decisores, tendo-se verificado uma nítida evolução positiva nos diversos indicadores, alguns dos quais apresentados neste relatório.

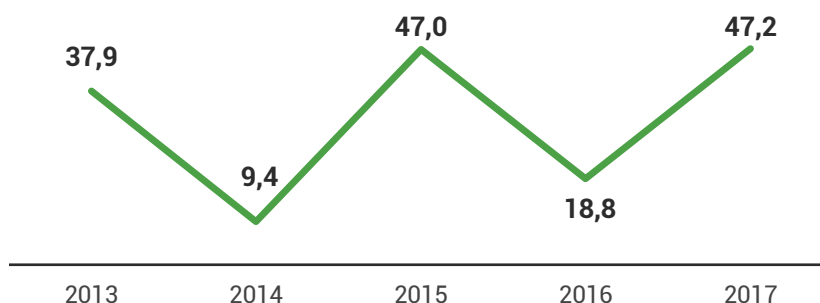
Nunca é demais recordar que o foco principal do ODS 3 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3) é a saúde da população. Para que se alcance o citado objetivo, é preciso que se reduza drasticamente a mortalidade materna, que se ponha fim às mortes evitáveis de bebês e de crianças, que se combatam doenças como o HIV, a tuberculose, o paludismo, a hepatite, entre outras enfermidades transmissíveis. Torna-se ainda necessário reduzir a um terço as mortes prematuras por doenças não transmissíveis como hipertensão e diabetes e garantir o acesso aos sistemas de saúde, de prevenção e de proteção do bem-estar dos cidadãos.

Indicador 3.1.1 Taxa de mortalidade materna por 100.000 nascidos vivos

Em 2017, a taxa de mortalidade materna foi de 47,2 por 100.000 nascidos vivos, sendo o valor mais alto já registado e ligeiramente superior ao ano anterior (18,8).

No período em análise, o número de óbitos maternos, devido a complicações durante a gravidez ou no parto, registou o valor mais baixo em 2014, com 9,4 por 100.000 nascidos vivos.

Gráfico 9 – Taxa Mortalidade Materna por 100.000 nascidos vivos (2013-2017)

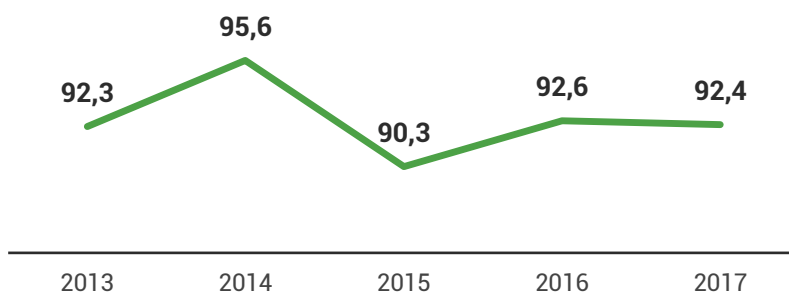


Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico

Indicador 3.1.2 Proporção de nascimentos (nados-vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado

De acordo com os dados do gráfico 10, a proporção de partos assistidos por profissionais qualificados de saúde foi de 92,4 % em 2017, com uma ligeira diminuição de 3,2% face ao ano de 2014 (95,6%). A proporção de nascimentos mais baixos foi registada em 2015 (90,3%).

Gráfico 10 – Proporção de partos assistidos por profissionais qualificados de saúde - médicos e enfermeiros (2013-2017)

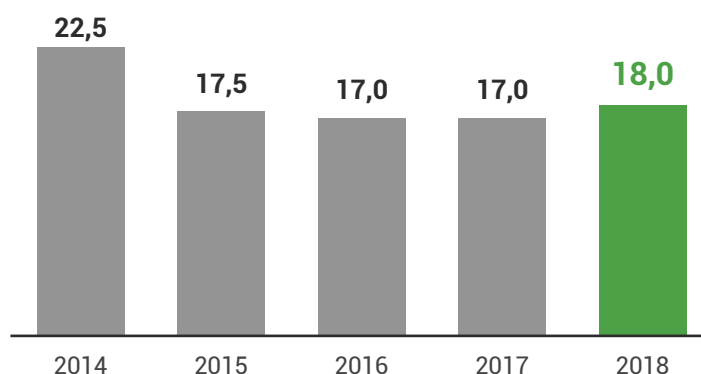


Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2017

Indicador 3.2.1 Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos

As taxas de mortalidade em crianças menores de 5 anos são indicadores importantes da saúde e bem-estar das crianças. O número de óbitos de crianças, menores de 5 anos, registou uma redução significativa, passando de 22,5 por 1.000 nascidos vivos, em 2014, para 18 por 1.000, em 2018. Verifica-se também uma taxa constante de 17 por mil nados-vivos em 2016 e 2017, respetivamente.

Gráfico 11 – Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos por 1.000 nados-vivos (2014-2018)



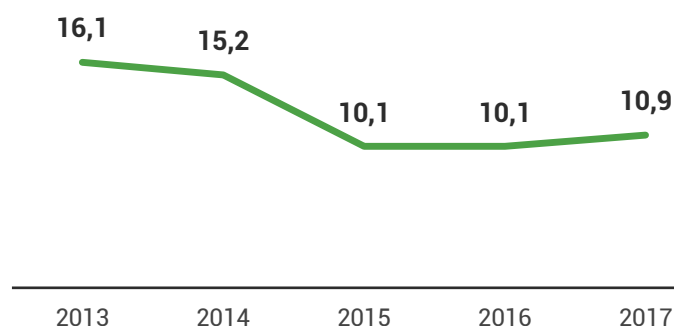
Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2017

III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva

Indicador 3.2.2 Taxa de mortalidade neonatal por 1.000 nados-vivos

A taxa de mortalidade neonatal, ou seja, o número de óbitos de crianças entre 0 e 27 dias por cada mil nascidos vivos, foi de 10,9% em 2017, registando um aumento de 0,8% em relação ao ano anterior. No entanto, quando for comparado com o ano de 2013, constata-se uma diminuição de 5,2%.

Gráfico 12 – Taxa de Mortalidade Neonatal por 1.000 nados vivos (2013-2017)

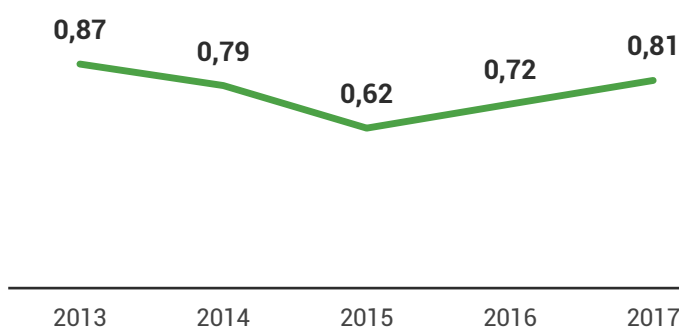


Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico

Indicador 3.3.1 Número de novos casos de infeção por VIH por 100.000 habitantes, por sexo, grupo etário e populações específicas

Em 2017, o número de novos casos de infeção por VIH foi de 0,81 por mil habitantes, um aumento de 0,1% face ao ano de 2016, que foi de 0,72%. O número mais baixo de novos casos foi registado em 2015 (0,62 por mil habitantes).

Gráfico 13 – Número de novos casos de infeção por VIH por 100.000 habitantes (2013-2017)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2017

A tabela 31 indica o número de casos do VIH notificados e a taxa de deteção por faixa etária, em 2017. Se analisarmos por sexo, constata-se que as taxas de deteção em mulheres (0,80%) são menores do que em homens (0,82%), sendo este último superior à taxa de deteção em Cabo Verde (0,81%). Os grupos etários mais afetados são de 25 aos 49 anos de idade. Isto mostra, *per se*, que estas faixas etárias são as mais afetadas e que coincidem com as sexualmente mais ativas.

Tabela 31 – Infecção VIH casos notificados e taxa de deteção por grupo etário e sexo (2017)

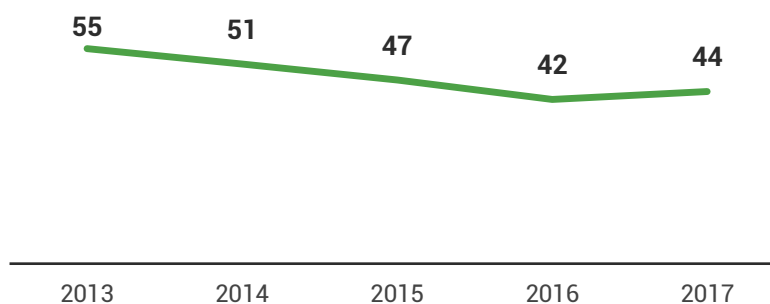
	Casos notificados	Taxa de deteção (por 1000)
CV	435	0,81
Sexo		
M	222	0,82
F	213	0,80
Grupo Etário		
>18 M – 4 A	3	0,07
5 - 9	5	0,10
10 - 14	3	0,06
15-19	11	0,23
20-24	30	0,58
25-29	49	0,90
30-34	60	1,23
35-39	65	1,69
40-44	39	1,31
45 -49	54	2,08
50-54	30	1,22
55-59	33	1,73
60-64	31	2,43
65+	22	0,74

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.3.2 Taxa de incidência da tuberculose por 100 mil habitantes

Em 2017, registaram-se 257 casos novos, o que representa uma taxa de incidência de 44 casos por 100 mil habitantes, superior ao registado em 2016 (42 por 100 mil habitantes). Verifica-se que, ao longo da série, os dados apresentam uma tendência decrescente, à exceção do ano de 2017 em que a situação foi diferente.

Gráfico 14 – Taxa de incidência da tuberculose por 100 mil habitantes (2013-2017)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico

A taxa de prevalência (em todos os casos) também sofreu uma diminuição significativa de 61 por 100 mil habitantes em 2013 para 48 por 100 mil habitantes em 2017.

Tabela 32 – Incidência, prevalência, Óbitos e Taxa de Mortalidade (por 100.000) associados à Tuberculose (2013-2017)

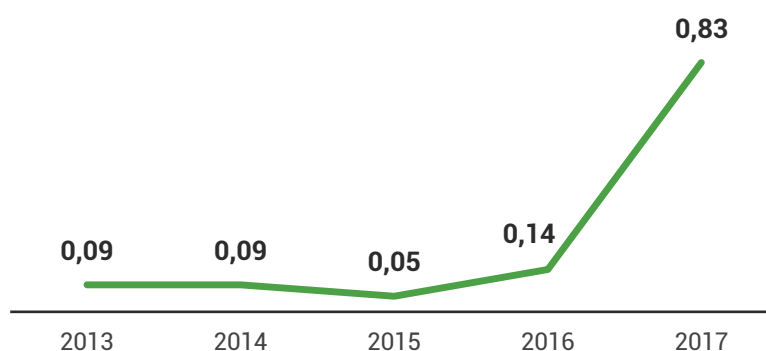
	População	Casos novos	Casos em registo	Incidência (por 100.000)	Prevalência (por 100.000)	Óbitos	Taxa de mortalidade (por 100.000)
2013	512 173	281	314	55,0	61	15	2,9
2014	518 467	265	292	51,0	56	6	1,2
2015	524 833	247	271	47,0	52	11	2,1
2016	531 239	222	258	42,0	49	7	1,3
2017	537661	234	257	44,0	48,0	8	1,5

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico

Indicador 3.3.3 Taxa de incidência da malária por 1.000 habitantes

A incidência do paludismo (malária), em 2017, aumentou consideravelmente em relação aos anos precedentes, passando de 0,09 por mil habitantes, em 2013, para 0,83, em 2017.

Gráfico 15 – Taxa de incidência da malária por 1.000 habitantes (2013-2017)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Tabela 33 – Número de casos, Incidência (por 100.000) Óbitos, Taxa de Mortalidade e Taxa de letalidade associados ao Paludismo (2013-2017)

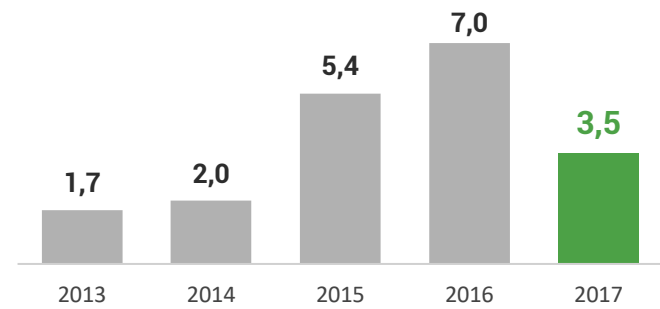
	População	Casos (n.º)	Incidência (por 100.000)	Óbitos	Taxa mortalidade (por 100.000)	Taxa de letalidade (%)
2013	512 173	46	9,0	0	0	0
2014	518 467	46	8,9	1	0,2	2,2
2015	524 833	27	5,1	0	0	0
2016	531 239	75	14,1	2	0,7	2,2
2017	537661	446	83,0	2	0,4	0,4

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.3.4 Taxa de incidência da hepatite B por 100 mil habitantes

Em 2017, a taxa de Incidência da Hepatite B foi de 3,5 por 100 mil habitantes, valor que reflete uma diminuição significativa face ao ano de 2016 (7 por 100 mil habitantes). A menor taxa foi registada em 2013, fixando-se em 1,7 por 100 mil habitantes.

Gráfico 16 – Taxa de incidência da Hepatite B por 100 mil habitantes, Cabo Verde (2013-2017)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.4.1 Taxa de mortalidade atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crónicas respiratórias.

As doenças do aparelho circulatório continuam a ser a principal causa de mortalidade, com uma taxa de 140,1 por cem mil habitantes, tendo o sexo feminino apresentado maior taxa (148,4) do que o masculino (131,8). Como segunda causa de morte encontram-se as afeções respiratórias com 66,4 por cem mil habitantes. Os tumores ou neoplasias foram a terceira causa da morte em 2017, com 60,3 por cem mil habitantes.

Tabela 34 – Distribuição de mortalidade geral por (100.000 habitantes), por CID10, segundo género, ano de 2017

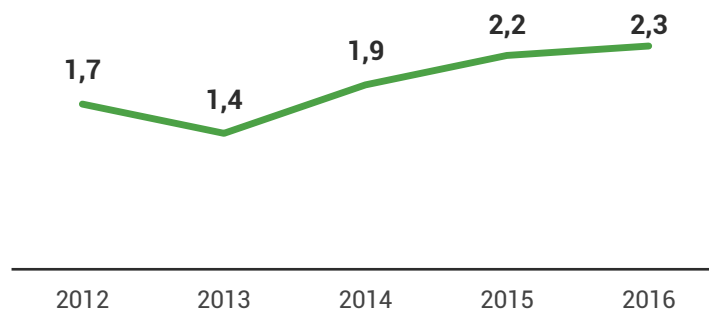
	CID	Total		Masculino		Feminino	
		Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa
Doenças do aparelho circulatório	I00-I99	753	140,1	356	131,8	397	148,4
Afeções Respiratórias	J00-J99	357	66,4	191	70,7	166	62,0
Tumores ou neoplasias	C00-D48	324	60,3	184	68,1	140	52,3
Infeciosas e parasitárias	A00-B99	244	45,4	137	50,7	107	40,0
Sintomas mal definidos	R00-R99	196	36,5	91	33,7	105	39,2
Causas externas	V01-Y98	110	20,5	95	35,2	15	5,6
Traumatismos e envenenamentos	S00-T98	101	18,8	73	27,0	28	10,5
Afeções perinatais	P00-P96	99	18,4	62	23,0	37	13,8
Doenças do aparelho digestivo	K00-K93	95	17,7	62	23,0	33	12,3
Doenças metab/endoc/nutricionais	E00-E90	68	12,6	28	10,4	40	14,9
D. do aparelho génito urinário	N00-N99	47	8,7	26	9,6	21	7,8
Doenças mentais e comportamento	F00-F99	36	6,7	34	12,6	2	0,7
Doenças do sistema nervoso	G00-G99	36	6,7	20	7,4	16	6,0
Malformações congénitas	Q00-Q99	14	2,6	8	3,0	6	2,2
D. da pele e do tecido subcutâneo	L00-L99	6	1,1	2	0,7	4	1,5
Gravidez Parto e puerpério	O00-O99	5	0,9			5	1,9
D. sangue e órgãos hematopoéticos	D50-D89	4	0,7	2	0,7	2	0,7
D. sistema oste muscular e tecido conjuntivo	M00-M99	2	0,0	0	0,0	2	0,7

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.4.2 Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio)

De 2012 a 2016, houve um aumento de 0,6 p.p. da taxa de mortalidade relacionada com o suicídio, passando de 1,7%, em 2012, para 2,3%, em 2016.

Gráfico 17 – Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) (2012-2016)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.6.1 Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários

A taxa de mortalidade por acidentes rodoviários, em 2015, foi de 1,3%. Para este indicador, apenas existem dados disponíveis de 2015.

Indicador 3.7.1 Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos de planeamento familiar modernos

Em 2018, registou-se uma ligeira diminuição da utilização da contraceção moderna nas mulheres unidas, em relação ao IDRS-2005 (de 57,1% para 54,6%). A mais importante baixa reside na esterilização feminina (14,8% em 2005 contra 8,4% em 2018). A utilização de preservativo masculino diminuiu ligeiramente (de 6,1% em 2005 para 5,4% em 2018). O uso da pílula pouco mudou entre os dois inquéritos (21,4% em 2005 e 20,9% em 2018). A percentagem de utilizadoras de injeções aumentou (11,3% em 2005 e 14,8% em 2018). A utilização do implante aparece neste inquérito com 2,7%, enquanto em 2005 era nula.

De acordo com a tabela que se segue, para os métodos tradicionais, o nível de utilização baixou entre os dois inquéritos: em 2005, era de 4,3%, e, em 2018, foi de apenas 1,1%. A percentagem de utilização do "coito interrompido" passou de 2,2%, em 2005, para 0,5%, em 2018. Igualmente, o nível de utilização da "abstinência periódica" baixou de 1,9%, em 2005, para 0,5%, em 2018.

Tabela 35 – Utilização de métodos contraceptivos nas mulheres unidas 15-49 anos 2005 e 2018

Método	2005	2018
Algum método	61.3	55.8
Método moderno	57.1	54.6
Pílula	21.4	20.9
Esterilização feminina	14.8	8.4
Injeções	11.3	14.8
Preservativo Masculino	6.1	5.4
DIU	2.2	2.1
Implante	0	2.7
Vasectomia	0	0.1
Outro moderno	1.3	0.3
Método tradicional	4.3	1.1
Abstinência periódica	1.9	0.5
Coito interrompido	2.2	0.5
Outro tradicional	0.1	0.1

Fonte: INE, III IDSR

Indicador 3.7.2 Número de nados-vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1 000 mulheres destes grupos etários.

Segundo os dados do terceiro inquérito demográfico e de saúde reprodutiva (IDSR III), realizado em 2018, a proporção das adolescentes do grupo etário de 15-19 anos que declararam ter um filho (nado-vivo), no momento do inquérito, foi de 12%.

Tabela 36 – Proporção das adolescentes (15-19 anos) que declararam ter um filho (nado-vivo), no momento do inquérito (IDSR-2005 e IDSR-2018)

Grupo Etário	2005	2018
Total de Jovens 15-19 anos	15,2	12,0
19 anos	33,9	28,9
18 anos	15,9	22,9
17 anos	9,0	13,4
16 anos	8,6	1,1
15 anos	1,9	5,6

Fonte: INE, III IDSR

Salienta-se, particularmente, a maternidade das meninas com 15 anos de idade, com 5,6% das mesmas que já tinham um filho (nado-vivo), no momento do inquérito (2018). Esta proporção quase triplicou em relação a 2005, cujo nível era de 1,9%. Por outro lado, nota-se que 4,2% entre elas (jovens 15-19 anos) estava grávida do primeiro filho, no momento do inquérito, com um aumento de 0,5 pontos percentuais em relação a 2005.

Tabela 37 – Proporção das adolescentes (15-19 anos) que declararam estar grávida do 1º filho, no momento do inquérito (IDSR-2005 e IDSR-2018)

Grupo Etário	2005	2018
Total de Jovens 15-19 anos	3,7	4,2
19 anos	5,5	4,8
18 anos	5,0	7,3
17 anos	5,2	5,4
16 anos	1,8	1,6
15 anos	1,8	1,7

Fonte: INE, III IDSR

Salienta-se, particularmente, uma maior proporção de jovens grávidas a partir dos 17 anos, sendo mais acentuada nas meninas de 18 anos de idade (7,3%).

Indicador 3.8.1 Cobertura dos cuidados de saúde primários (definida como a cobertura média dos cuidados de saúde primários aferida por rastreios relativos à saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis, e sobre o acesso e capacidade dos serviços, junto da população geral e das populações mais desfavorecidas).

A taxa de cobertura das consultas pré-natal e pós-partos, em 2017, registou um decréscimo, comparativamente ao ano de 2015, situando-se em 89,5% e 46,5%, respetivamente. O mesmo sucede com a média das consultas de pré-natal, que passou de 6,2%, em 2015, para 4,9%, em 2017, logo, com uma diminuição de 1,3 pontos percentuais.

Tabela 38 – Taxa de cobertura de consultas pré-natal e pós-parto, por enfermeiros (2015-2017)

	Consultas Pré-natal		Consultas Pós-Parto
	Taxa cobertura 1ª consultas	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consulta
2015	95,6	6,2	33,0
2016	87,1	4,7	45,9
2017	89,5	4,9	46,5

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

A taxa de cobertura de consultas de crianças menores de 1 ano continua decrescendo, passando de 101,2%, em 2015, para 93,6%, em 2017. Quanto à média de consultas, entre 2015 e 2017, esta situou-se em 10 consultas por crianças. No que toca às consultas de pré-natal, os indicadores revelam um aumento da taxa de cobertura no período em análise, passando de 81,5 a 89,9. A média de consultas pré-natal continua à volta de 4,7 consultas anuais por gravidez.

Tabela 39 – Consultas de crianças menores de 1 ano e consultas pré-natal, por enfermeiros (2015-2017)

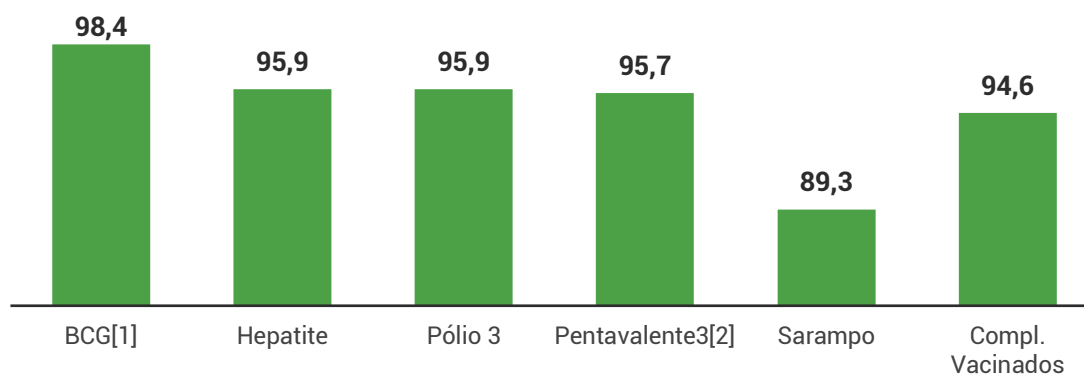
	Consultas de Crianças < 1 ano		Consultas de Pré-natal	
	Taxa cobertura da 1ª consulta	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consulta	Média Consultas
2015	101,2	10,4	81,5	4,5
2016	94,8	10,0	87,1	4,7
2017	93,6	10,4	89,9	4,9

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.b.1 Taxa de cobertura vacinal da população relativamente às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação

Em 2017, a proporção de crianças menores de um ano de idade (< 1 ano), completamente vacinadas, foi de 94,6%. Relativamente à vacina BCG, a taxa de cobertura foi de 98,4%. Considerando as outras vacinas (Pólio 3, Pentavalente 3), registaram-se taxas de cobertura acima de 90%, à exceção do sarampo, que foi de 89,3%.

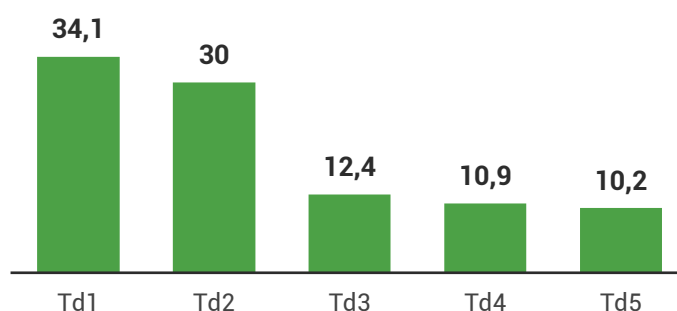
Gráfico 18 – Proporção de crianças menores de 1 ano de idade vacinadas, segundo tipos de vacina (2017)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

A vacina antitetânica é recomendada a partir do início da idade fértil, independentemente da mulher estar grávida ou não. O gráfico 10 traduz as doses de vacinas aplicadas às grávidas em 2017.

Gráfico 19 – Cobertura vacinal de grávidas que receberam vacina de tétano e difteria (2017)



Fonte: SAISCAMH/SVIRE/DNS/MSSS

OUTROS INDICADORES

Infraestruturas e Recursos Afetos aos Serviços de Saúde

A rede de estruturas de saúde é constituída por dois hospitais centrais, sendo um no concelho da Praia e outro no de São Vicente, e quatro hospitais regionais nos concelhos da Ribeira Grande de Santo Antão, Sal, Santa Catarina e São Filipe. Quanto aos centros de saúde, houve um aumento de quatro entre 2013 e 2017, na sequência da separação dos hospitais regionais das delegacias de saúde. As Unidades Sanitárias de Base encontram-se instaladas em todos os

concelhos, sendo infraestruturas imprescindíveis na implementação da política de saúde do país.

Tabela 40 – Infraestruturas de Saúde, segundo as principais estruturas sanitárias (2013-2017)

	Estruturas Sanitárias				
	Hospitais Centrais	Hospitais Regionais	Centros de Saúde	Delegacia de Saúde	Centro Saúde Reprodutiva
2013	2	4	28	17	5
2014	2	4	28	17	5
2015	2	4	32	17	5
2016	2	4	32	17	5
2017	2	4	32	17	5

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Tabela 41 – Infraestruturas de Saúde, segundo o tipo de estruturas sanitárias por concelho (2017)

	Estruturas Sanitárias						
	Hospital Central	Hospital Regional	Centro de Saúde	Centro de Saúde Reprodutiva	Posto Sanitário	Unidade Sanitária de Base	Delegacia de Saúde
Cabo Verde	2	4	32	5	34	115	17
Ribeira Grande	0	1	1	1	5	9	1
Paul	0	0	1	0	2	4	1
Porto Novo	0	0	1	0	4	12	1
S. Vicente	1	0	6	1	0	3	1
Ribeira Brava	0	0	1	0	2	8	1
Tarrafal de S. Nicolau	0	0	1	0	1	5	0
Sal	0	1	1	0	0	1	1
Boa Vista	0	0	1	0	1	5	1
Maio	0	0	1	0	2	5	1
Tarrafal	0	0	1	0	2	6	1
Santa Catarina	0	1	1	1	4	8	1
Santa Cruz	0	0	1	0	3	9	1
Praia	1	0	6	1	1	6	1
S. Domingos	0	0	1	0	1	9	1
S. Miguel	0	0	1	0	1	6	1
S. Salvador do Mundo	0	0	1	0	0	1	0
S. Lourenço dos Órgãos	0	0	1	0	0	2	0
Ribeira Grande de Santiago	0	0	1	0	1	3	0
Mosteiros	0	0	1	0	0	4	1
S. Filipe	0	1	1	1	2	5	1
Santa Catarina do Fogo	0	0	1	0	0	2	0
Brava	0	0	1	0	2	2	1

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

A razão de médicos e enfermeiros vem aumentando anualmente. Analisando os dados ao nível dos concelhos no ano de 2016, constata-se que a tendência se mantém relativamente aos dados de 2015, nos quais a razão de médicos e enfermeiros por 10 mil habitantes tem maior taxa nos concelhos em que há hospitais Centrais e Regionais. Entretanto, mantêm-se as diferenças regionais que têm a ver com o tipo de infraestruturas existentes e cuidados prestados nos concelhos com menos população.

Tabela 42 – Razão de médicos e enfermeiros por 10 mil habitantes, por concelhos e por anos, (2016)

Concelhos	Número de Médicos	Razão Médico/Hab.	Número de Enfermeiros	Razão Enferm/Hab.
Cabo Verde	408	7,68	690	12,99
Ribeira Grande	14	8,40	36	21,59
Paul	2	3,37	8	13,47
Porto Novo	5	2,89	16	9,24
S. Vicente	103	12,58	169	20,64
Ribeira Brava	2	2,81	12	16,88
Tarrafal de S. Nicolau	2	3,82	6	11,47
Sal	15	4,24	23	6,52
Boa Vista	5	3,22	12	7,72
Maio	2	2,84	7	9,95
Tarrafal	4	2,19	12	6,57
Santa Catarina	33	7,25	59	12,96
Santa Cruz	5	1,90	15	5,71
Praia	186	11,98	237	15,27
S. Domingos	2	1,42	8	5,69
S. Miguel	4	2,76	8	5,52
S. Salvador do Mundo	1	1,16	4	4,63
S. Lourenço dos Órgãos	1	1,41	5	7,06
Ribeira Grande de Santiago	1	1,19	2	7,06
Mosteiros	3	3,21	8	8,57
S. Filipe	15	7,14	32	15,23
Santa Catarina do Fogo	1	1,90	1	1,90
Brava	2	3,55	10	17,74

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

A respeito do número de camas hospitalares nas estruturas sanitárias, constatou-se uma redução nos hospitais centrais, passando de 526, em 2013, para 521, em 2017, o que representa um decréscimo de 5 camas. Em 2017, os hospitais regionais totalizavam 275 camas e os centros de saúde com internamento 280.

Tabela 43 – Número de camas hospitalares, segundo as estruturas sanitárias (2013-2017)

	Nº de Camas			
	Hospitais Centrais	Hospitais Regionais	Centros de Saúde	Total
2013	526	244	302	1 072
2014	525	238	289	1 052
2015	525	239	304	1 068
2016	522	263	276	1 061
2017	521	275	280	1076

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Natalidade e Fecundidade

Analisando os indicadores de Natalidade e Fecundidade, em 2018, bem como os do Índice Sintético de Fecundidade (ISF), da Taxa Bruta Natalidade (TBN) e da Taxa Bruta de Reprodução (TBR), verifica-se que todos tiveram uma ligeira diminuição quando comparados com os dados dos últimos quatro anos da série temporal, enquanto a Taxa Líquida de Reprodução (TLR) se manteve entre 2017 e 2018.

Tabela 44 – Índice Sintético de Fecundidade, Taxa Bruta de Natalidade, Taxa Bruta de Reprodução e Taxa Líquida de Reprodução (2014-2018)

	Índice Sintético de Fecundidade (ISF)	Taxa Bruta de Natalidade (TBN)	Taxa Bruta de Reprodução (TBR)	Taxa Líquida de Reprodução (TLR)
2014	2,34	20,48	1,14	1,11
2015	2,32	20,37	1,13	1,11
2016	2,31	20,14	1,13	1,10
2017	2,29	19,89	1,12	1,09
2018	2,28	15,59	1,11	1,09

Fonte: INE (Projeções Demográficas 2010-2030)

Fecundidade na Adolescência

Em 2017, foram atendidos nos serviços de saúde reprodutiva um total de 10.154 grávidas, das quais 1.810 em idade precoce (17,8%), tendo registado uma diminuição significativa em relação ao ano de 2016. Do total das grávidas captadas registam-se 51 na faixa etária de 10 - 14 anos, que corresponde a 0,5%, 405 na faixa etária de 15 - 16 anos, equivalente a 4,0% e 1.354 na faixa etária dos 17 - 19 anos, que corresponde a 13,3%.

Tabela 45 – Número de grávidas captadas, grávidas e proporção de grávidas por faixa etária (10 - 19 anos) segundo Concelhos (2017)

	Grávidas Captadas	Idade das Grávidas (Gravidez Precoce)					
		10 - 14 Anos		15 - 16 Anos		(17 - 19 Anos)	
		Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Cabo Verde	10 154	51	0,5	405	4,0	1 354	13,3
Ribeira Grande	210	3	1,4	10	4,8	28	13,3
Paul	74	1	1,4	4	5,4	8	10,8
Porto Novo	240	4	1,7	16	6,7	43	17,9
São Vicente	1 372	8	0,6	60	4,4	185	13,5
Ribeira Brava	112	0	0,0	5	4,5	14	12,5
Tarrafal São Nicolau	64	1	1,6	4	6,3	5	7,8
Sal	823	3	0,4	26	3,2	106	12,9
Boa Vista	416	0	0,0	9	2,2	27	6,5
Maio	128	0	0,0	3	2,3	14	10,9
Praia	3 368	17	0,5	96	2,9	402	11,9
Ribeira Grande Santiago	86	0	0,0	7	8,1	21	24,4
São Domingos	153	0	0,0	9	5,9	29	19,0
Santa Cruz	439	3	0,7	23	5,2	78	17,8
São Lourenço Órgãos	130	1	0,8	5	3,8	16	12,3
Santa Catarina Santiago	993	3	0,3	46	4,6	139	14,0
São Salvador Mundo	112	0	0,0	2	1,8	7	6,3
São Miguel	257	0	0,0	10	3,9	34	13,2
Tarrafal	321	0	0,0	12	3,7	43	13,4
São Filipe	482	6	1,2	35	7,3	89	18,5
Santa Catarina Fogo	102	0	0,0	7	6,9	14	13,7
Mosteiros	157	0	0,0	11	7,0	33	21,0
Brava	115	1	0,9	5	4,3	19	16,5

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Mortalidade

Analisando os dados da figura 1, constata-se que a taxa de mortalidade geral, em 2017, foi de 4,6‰, menos 0,3‰ que em 2013 (4,9‰), tendo este último registado a mesma taxa em comparação com a do ano de 2014.

Figura 13 – Taxa Bruta de Mortalidade (2013-2017)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

As afeções perinatais continuaram a ser as principais causas da mortalidade infantil em Cabo Verde, seguidas das anomalias congénitas e infecciosas e parasitárias, assim como em anuário de 2017. Os óbitos pelas afeções perinatais, que tinham diminuído em 2015, voltaram a subir em 2016 e 2017, respetivamente, com 57,9% e 59,3%. As anomalias congénitas, ao contrário das afeções perinatais, registaram um decréscimo de 17,5, em 2015, para 7,8%, em 2017.

Tabela 46 – Mortalidade Infantil (em %), segundo principais causas (2013-2017)

Causas de óbito (agrupadas)	2013	2014	2015	2016	2017
Total	100	100	100	100	100
Afeções perinatais	65,9	63,3	50,9	57,9	59,3
Anomalias congénitas	10,6	11,6	17,5	9,1	7,8
Infecciosas e parasitárias	9,3	6,5	8,6	8,5	9,6
Afeções respiratórias	5,8	5,1	10,4	11,6	6,6
Sintomas e sinais mal definidos	0,9	3,7	3,7	3,7	1,8
Doenças do aparelho circulatório	1,3	2,3	0,6	3	0,6
Doenças do sistema nervoso central	1,3	1,4	1,2	0	3,6
Traumatismos e envenenamentos	2,2	2,3	1,8	2,4	3,0
Doenças metabólicas endócrinas e nutricionais	0,9	0,9	1,8	2,4	4,8
Causas externas	1,2
Doenças do aparelho digestivo	1,8
Outras causas	1,8	2,8	3,6	1,4	0,0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Analisando o número de óbitos, verifica-se que, em 2017, ocorreram 2.497 óbitos, o que se traduz numa diminuição de 83 óbitos (-3,2%), quando comparado com o ano anterior. Observando os dados em relação aos sexos, no mesmo período, nota-se uma diminuição do número de óbitos, passando de 1.422 para 1.371, no sexo masculino, e de 1.158 para 1.126 no feminino.

Tabela 47 – Mortalidade Geral (Óbitos e Taxa de Mortalidade), segundo género (2013-2017)

	Total		Masculino		Feminino	
	Óbitos	Taxas	Óbitos	Taxas	Óbitos	Taxas
2013	2 531	4,9	1 443	5,7	1 088	4,2
2014	2 562	4,9	1 440	5,6	1 122	4,3
2015	2 744	5,2	1 517	5,8	1 227	4,7
2016	2 580	4,8	1 422	5,3	1 158	4,4
2017	2497	4,6	1371	5,1	1126	4,2

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Globalmente, a estrutura etária da mortalidade geral mantém a mesma configuração dos anos anteriores, refletindo a fase de transição epidemiológica em que o país se encontra, embora apresentando uma diminuição em todas as faixas etárias. Apesar de haver um decréscimo na taxa de mortalidade, a população de 65 anos é a que continua a ser a mais elevada, e também com a diferença de género, sendo 58,6 por mil para o masculino e 27,9 por mil para o feminino.

Tabela 48 – Óbitos e Taxa de Mortalidade, segundo género, por grupos etários (2017)

Grupos etários	Masculino		Feminino		Total	
	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa
0 – 4	105	3,9	75	2,9	180	3,4
5 – 9	2	0,1	5	0,2	7	0,1
10-14 anos	6	0,2	7	0,3	13	0,3
15-49 anos	290	1,9	112	0,8	402	1,3
50-64 anos	303	11,8	139	4,5	442	7,8
65 anos +	665	58,6	788	27,9	1453	49,1
Total	1371	5,1	1126	4,2	2497	4,6

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Rede de Distribuição e Venda de Medicamentos

Em termos de unidades de venda de medicamentos, em 2017, não houve mudanças em relação aos anos de 2016 e de 2015, continuando com 72 unidades, sendo 71 farmácias (32 públicas e 39 privadas) e 1 posto de venda.

Tabela 49 – Postos de venda de medicamentos e farmácias (públicas e privadas) e unidades de saúde (2013-2017)

Concelho	Postos de Venda	Farmácias			Unidades de Saúde Privadas
		Públicas	Privadas	Total	
2013	2	32	37	69	147
2014	2	32	37	69	-
2015	2	32	39	71	-
2016	1	32	39	71	-
2017	1	32	39	71	-

Fonte: Direção-Geral de Farmácia e Medicamentos/MSSS

Obs.: Exclui os Hospitais Centrais e HRSN

Segundo os dados da tabela 20, as despesas públicas com os medicamentos, em 2017, foram de 272.313.698, tendo aumentado em relação ao ano de 2016 (212.449.460). As maiores percentagens de despesas foram nos concelhos da Praia, São Vicente e São Filipe, com 21,83%, 15,94% e 8,30%, respetivamente. As mais baixas verificaram-se nos concelhos de Ribeira Grande de Santiago (1,19%) e de Santa Catarina do Fogo (0,69%).

Tabela 50 – Despesas Públicas (em milhões de Escudos e proporção) de medicamentos por concelho (2017)

	Valor (Milhões ECV)	%
Cabo Verde	272 313 698	100
Ribeira Grande	19 333 515	7,10
Paul	5 846 104	2,15
Porto Novo	16 997 528	6,24
São Vicente	43 406 412	15,94
Ribeira Brava	7 039 592	2,59
Tarrafal de São Nicolau	5 069 153	1,86
Sal	11 800 612	4,33
Boa Vista	5 777 804	2,12
Maio	4 366 818	1,60
Praia	59 435 581	21,83
Ribeira Grande de Santiago	3 251 238	1,19
São Domingos	5 925 132	2,18
Santa Cruz	10 884 121	4,00
São Lourenço dos Órgãos	5 690 545	2,09
Santa Catarina	10 416 528	3,83
São Salvador do Mundo	6 004 167	2,20
São Miguel	6 428 084	2,36
Tarrafal	7 013 506	2,58
Mosteiros	6 871 818	2,52
São Filipe	22 599 076	8,30
Santa Catarina do Fogo	1 871 596	0,69
Brava	6 284 768	2,31

Obs.: Exclui os Hospitais Centrais e HRSN

Fonte: Direção-Geral de Farmácia e Medicamentos/MSSS



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2018



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) visa a educação de qualidade para todos. É necessário garantir que todos os jovens conclua a educação básica e, neste sentido, todo o processo de educação formal deve primar pelo desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, desde a primeira infância até a formação técnica e superior. A alfabetização de jovens e adultos e sua qualificação para o mercado do trabalho são preocupações que complementam este objetivo.



ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Este tema apresenta um quadro atual do país sobre o nível de instrução, a taxa de alfabetização, o número de estabelecimentos, os profissionais do setor, a escolarização, o abandono e a reprovação, aspectos que constituem alguns dos principais indicadores que permitem aferir sobre a evolução do setor da educação.

O objetivo de desenvolvimento sustentável 4 (ODS 4) visa a educação de qualidade para todos. É necessário garantir que todos os jovens conclua a educação básica e, neste sentido, todo o processo de educação formal deve primar pelo desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, desde a primeira infância até a formação técnica e superior. A alfabetização de jovens e adultos e sua qualificação para o mercado de trabalho são preocupações que complementam este objetivo.

Indicador 4.2.2 Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo), por sexo.

A taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada oscilou ao longo do período em análise. Analisada em termos de sexo, constata-se que a taxa de participação dos meninos foi sempre superior à das meninas ao longo dos anos.

A participação mais elevada foi verificada em 2015/16, tanto para as crianças do sexo masculino como para as do sexo feminino, com 90,7% e 89,4%, respetivamente.

Tabela 51 – Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial da entrada para o 1º ciclo), por sexo.

Desagregação por Sexo		%
2014/15	Masculino	87,7
	Feminino	84,7
2015/16	Masculino	90,7
	Feminino	89,4
2016/17	Masculino	86,2
	Feminino	88,9
2017/18	Masculino	82,8
	Feminino	84,6

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 4.4.1 Proporção de jovens e adultos com competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de competência (Ambos os Sexos).

De acordo com os resultados do Inquérito Multi-Objectivo Contínuo (IMC), realizado em 2018, 78,7% da população residente diz ter copiado ou movido ficheiros ou pastas e 69,8% afirmam ter utilizado os comandos de copiar ou colar para duplicar ou mover informação, representando assim as competências em que a população tem maior competência em utilização das TIC. No outro extremo, encontram-se as competências para instalar um sistema operativo ou substituir sistemas operativos e criação de programas informáticos, utilizando linguagem de programação, respetivamente, referidos por 13,4% e 9,1% da população.

Tabela 52 – Proporção da população de 10 anos ou mais com competências em utilização das TIC por tipo de competências (2018)

	Total	Masculino	Feminino
Copiar ou mover ficheiro ou pastas	78,7	78,4	79,1
Utilizar os comandos de copiar ou colar para duplicar ou mover informação	69,8	68,3	71,3
Utilizar fórmulas de aritmética numa folha de cálculo (exemplo: excel)	40,7	42,1	39,2
Compactar ou zipar ficheiros	32,8	35,6	29,8
Instalar e ligar hardware (exemplo: impressora, modem, câmaras)	24,0	29,2	18,5
Criar programas informáticos utilizando linguagem de programação (exemplo: visual basic)	9,1	12,2	5,8
Transferir ficheiros entre computadores e outros dispositivos (exemplo: câmaras digitais)	63,5	67,9	58,8
Criar apresentações eletrónicas (incluindo textos, imagens, sons, gráficos)	32,4	32,6	32,2
Instalar um sistema operativo (exemplo: windows) ou substituir sistemas operativos	13,4	18,1	8,4
Outra atividade considerada relevante	14,0	16,9	10,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Indicador 4.5.1 Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de riqueza e outros como estado de incapacidade, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.

Em relação à paridade da escolarização nos ensinos básicos, pode constatar-se que a participação dos alunos do sexo masculino no ensino básico, nos anos em análise, foi sempre superior à dos do sexo feminino. De 2014/2015 a 2017/2018, constata-se que, para cada 100 alunos do sexo masculino escolarizados, se encontram 92 do sexo feminino escolarizados.

Tabela 53 – Paridade da Taxa Bruta de Escolarização (2013/14-2017/18)

Período	Índice de paridade na Taxa Bruta de Escolarização
2013/14	0,91
2014/15	0,92
2015/16	0,92
2016/17	0,92
2017/18	0,92

Fonte: Ministério da Educação

O índice de paridade no acesso variou entre 0,94 e 1,01 no período em análise. Se nos primeiros anos a taxa de acesso era favorável aos rapazes, já para 2017/18 a situação inverteu-se, ou seja, para cada 100 rapazes que acedem ao ensino básico tem-se 101 meninas.

Tabela 54 – Índice de paridade da taxa bruta de Admissão (2013/14-2017/18)

Período	Índice de paridade na taxa bruta de Admissão
2013/14	0,94
2014/15	0,96
2015/16	0,96
2016/17	0,95
2017/18	1,01

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 4.a.1 Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestruturas e materiais adaptados a estudantes com deficiências; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH).

Segundo os dados do Ministério da Educação, a proporção de escolas do ensino básico que possuíam eletricidade em 2018 foi de 79,3%. Regista-se que 42% das escolas possuem computadores para fins pedagógicos; no entanto, apenas 15,9% possuem internet para o mesmo fim. Quanto às escolas com instalações sanitárias, 97,8% possuem-nas e 98,8% têm acesso a água potável.

Tabela 55 – Percentagem de escolas com eletricidade, internet, computadores, água potável e instalações sanitárias (2016-2017-2018)

Indicadores	2016	2017	2018
Escolas com eletricidade	73,4	76,5	79,3
Escolas com internet para fins pedagógicos	-	9,5	15,9
Escolas com computadores para fins pedagógicos	-	40,8	42
Escolas com acesso água potável	94,8	97,1	98,8
Escolas com instalações sanitárias	97,2	98,5	97,8

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 4.c.1 Proporção de professores (a) na educação pré-escolar; (b) no primeiro e segundo ciclos do ensino básico; (c) no terceiro ciclo do ensino básico; e (d) no ensino secundário, que receberam pelo menos a formação básica de professores (por exemplo: formação pedagógica) antes ou durante o exercício da profissão requerida para lecionar num determinado nível de ensino, num dado país.

Da análise da tabela 56, atesta-se que a maioria dos professores possui formação nos ensinos básico e secundário. Nota-se um aumento contínuo de professores formados nesses dois níveis, passando respetivamente de 97,1 e 88,7%, em 2014/15, para 98,7 e 91,6%, em 2016/17, traduzido num aumento de 1,6 pontos percentuais dos docentes formados do ensino básico e 2,9 pontos percentuais do ensino secundário.

O panorama é dissemelhante na educação pré-escolar, cujas percentagens dos profissionais de infância foram menos favoráveis e o período ficou marcado por decréscimos contínuos nos últimos anos letivos, pese embora um ligeiro aumento (0,1%) em 2017/18.

Tabela 56 – Professores com formação (%) 2014/15-2017/18

	Desagregação por Nível	%
2014/2015	Educação pré-escolar	39,4
	Ensino Básico	97,1
	Ensino Secundário	88,7
2015/2016	Educação pré-escolar	30,4
	Ensino Básico	97,6
	Ensino Secundário	90,3
2016/2017	Educação pré-escolar	29,5
	Ensino Básico	98,7
	Ensino Secundário	91,6
2017/2018	Educação pré-escolar	29,6
	Ensino Básico	97,4
	Ensino Secundário	98,5

OUTROS INDICADORES

Nível de Instrução da População

O nível de instrução é um indicador importante para se aferir sobre a educação no país. Os dados de 2018 indicam que, em termos de percentagem da população que nunca frequentou a escola, houve uma diminuição de 0,6 pontos percentuais, entre 2014 e 2018.

Em 2018, apenas 7,7% da população afirmou nunca ter frequentado a escola. Em relação ao pré-escolar, nota-se que a população que estava a frequentar este nível de ensino aumentou em 0,3% quando comparada com a de 2017. Já em relação à percentagem da população, a frequentar o ensino básico, os dados apontam que a mesma diminuiu 3,8 pontos percentuais. Os ensinos secundário e superior aumentaram em cerca de 2,1 e 1 pontos percentuais, respetivamente, enquanto o médio diminuiu 0,1 pontos percentuais.

Os dados da tabela 57 indicam que persistem diferenças em termos de género e meio de residência da população em 2018. Comparando os dados por sexo, constatou-se que, no que tange à proporção da população que nunca frequentou um estabelecimento de ensino, as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens, pois, a taxa de mulheres (10,9%) para este nível de instrução é dobro em relação à dos homens (4,5%).

Quando analisado, ao nível do meio de residência, verifica-se que a população que nunca frequentou um estabelecimento de ensino no meio rural, onde a taxa é de 12,1%, é nitidamente superior à taxa de 5,5% registada no meio urbano. Estas diferenças não são tão evidentes em relação à percentagem da população que está a frequentar ou alguma vez frequentou o ensino pré-escolar e médio. Porém, nota-se que a população do meio rural apresenta maiores taxas em relação à população que frequenta a alfabetização e o ensino básico. Esta situação é invertida no meio urbano para pré-escolar e os ensinos secundário e médio. No ensino superior, a maior taxa foi registada no meio urbano.



Tabela 57 – Nível de instrução da população, por sexo e meio de residência (2014-2018)

	Nunca frequentou	Está a frequentar ou alguma vez frequentou					
		Pré-escolar	Alfabetização	Básico	Secundário	Médio	Superior
2014	8,3	3,4	1,7	44,7	40,3	1	8,8
2015	8	3,4	1,4	41,9	36,3	0,8	8,0
2016	7,2	3,3	1,6	43,2	41,7	0,9	9,3
2017	7,1	3,3	1,2	43,9	42,1	0,9	8,5
2018							
Cabo Verde	7,7	3,6	1,7	40,1	44,2	0,8	9,5
Sexo							
Masculino	4,5	3,5	1,0	41,8	45,2	0,7	7,7
Feminino	10,9	3,7	2,5	38,4	43,2	0,9	11,3
Meio de Residência							
Urbano	5,5	3,6	1,5	35,7	46,0	1,0	12,2
Rural	12,1	3,4	2,2	50,0	40,2	0,5	3,6

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

A taxa de alfabetização (capacidade de ler e escrever) da população com 15 anos ou mais em 2018 (87,7%), indica que houve um aumento de 1,2 pontos percentuais, em comparação com o ano de 2014 (86,5%). Analisando por sexo, constatou-se que esta taxa é maior nos homens (92,6%) do que nas mulheres (83%), o que evidencia uma desigualdade de acesso à educação.

Relativamente à população dos 15-24 anos, esta desigualdade por sexo é praticamente inexistente, ao longo dos três últimos anos. Estes resultados indicam um esforço de redução das assimetrias no acesso à educação. Apesar de ter aumentado entre 2014 e 2018 (0,6 pontos percentuais), constata-se que a taxa de alfabetização da população e a da alfabetização juvenil (15-24 anos) diminuíram face ao ano anterior.

Tabela 58 – Taxa de alfabetização da população (15 anos ou mais) e taxa de alfabetização juvenil (15-24 anos), segundo o sexo e por meio de residência (2014-2018)

	Taxa de Alfabetização			Taxa de Alfabetização Juvenil		
	(População 15 anos ou mais)			(População 15-24 anos)		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2014	86,5	91	82,1	97,8	97,4	98,3
2015	87,4	91,4	83,5	98,1	97,6	98,7
2016	87,6	92,5	82,8	98,6	98,6	98,6
2017	89,0	93,3	84,7	98,9	98,8	99,0
2018						
Cabo Verde	87,7	92,6	83,0	98,5	98,1	98,9
Meio Residência						
Urbano	90,9	94,6	87,4	98,7	97,9	99,4
Rural	81,0	88,3	73,9	98,2	98,5	97,8

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário

No ano letivo de 2017/2018, foram registados 572 estabelecimentos de educação/ensino pré-escolar, 410 unidades de ensino básico e 44 de ensino secundário em funcionamento, registando um aumento em 5 unidades de ensino pré-escolar e uma diminuição de duas unidades de ensino básico, comparativamente ao ano letivo de 2016/17. Em relação aos estabelecimentos de ensino secundário, este manteve-se igual, ou seja, 44 estabelecimentos de ensino secundário.

Figura 14 – Indicadores do ensino básico e secundário

Ano letivo 2017/18		 Ensino BÁSICO	 Ensino SECUNDÁRIO
	Escolas	412	44
	Professores	3 016	3 200
	Alunos	61 799	50 890

Tabela 59 – Estabelecimentos de educação/ensino, segundo o nível de ensino (2013-2018)

	Nível de ensino		
	Pré-escolar	Básico	Secundário
2013/14	526	420	50
2014/15	540	415	50
2015/16	543	413	44
2016/17	567	412	44
2017/18	572	410	44

Fonte: Ministério da Educação

Analisando os dados referentes ao número de profissionais/professores no ano letivo de 2017/2018, segundo o nível de ensino, pode verificar-se um aumento de 78 professores no ensino básico e 110 no ensino secundário, comparativamente ao ano letivo de 2013/2014, como se pode comprovar na tabela 30.

Tabela 60 – Profissionais/professores segundo o nível de ensino (2013-2018)

	Nível de Ensino		
	Pré-escolar	Básico	Secundário
2013/14	1 251	2 965	2 989
2014/15	1 234	2 988	3 073
2015/16	1 283	2 993	3 141
2016/17	1 285	3 016	3 200
2017/18	1 435	3 043	3 099

Fonte: Ministério da Educação

Os dados indicam que, em relação aos alunos matriculados no ano letivo de 2017/2018, comparativamente ao de 2016/2017, registou-se uma diminuição no efetivo de inscritos no ensino pré-escolar, passando de 23.222 para 16.400 alunos. Esta diminuição substancial justifica-se com a aplicação da atual lei de base de sistema educativo, em que o ensino pré-escolar passou a ser contabilizado apenas na idade de 4 a 5 anos (antes era 0 a 5 anos). Verifica-se também uma diminuição no ensino secundário, passando de 50.890 para 28.221 alunos matriculados. Porém, no ensino básico, verificou-se um aumento significativo, passando de 61.799 para 84.638 alunos matriculados. O ensino básico passou a ser contabilizado de 1º a 8º ano de escolaridade e a funcionar em dois ciclos, de 1º a 4º ano e de 5º a 8º ano, justificando assim o aumento de alunos matriculados neste nível e uma diminuição no nível de ensino secundário (que passou a ser de 9º ano a 12º ano). De realçar que os dados do ensino secundário se referem somente aos estabelecimentos públicos, enquanto o pré-escolar e o básico incluem estabelecimentos privados.

Tabela 61 – Alunos matriculados por nível de ensino (2013-2018)

	Níveis de Ensino		
	Pré-escolar	Básico	Secundário
2013/14	22 144	65 954	52 427
2014/15	23 316	64 591	52 294
2015/16	23 633	63 336	51 790
2016/17	23 222	61 799	50 890
2017/18	16 400	84 638	28 221

Fonte: Ministério da Educação

Indicadores de Escolarização

A taxa bruta de escolarização, para o ensino básico, foi de 103,5% no ano letivo de 2017/2018, sendo este valor inferior ao registado em 2013/2014, situado em 105,4%.

Em relação ao ensino secundário, a taxa bruta de escolarização teve uma diminuição significativa de 13,4 pontos percentuais quando comparado com o ano letivo de 2016/2017. Avaliando a taxa líquida de escolarização no ensino básico, pode afirmar-se que houve uma diminuição de 0,5 p.p., passando de 92,9%, em 2013/2014, para 92,4%, em 2017/2018.

Tabela 62 – Taxa de Escolarização (Bruta e Líquida) segundo o nível de ensino (2015-2018)

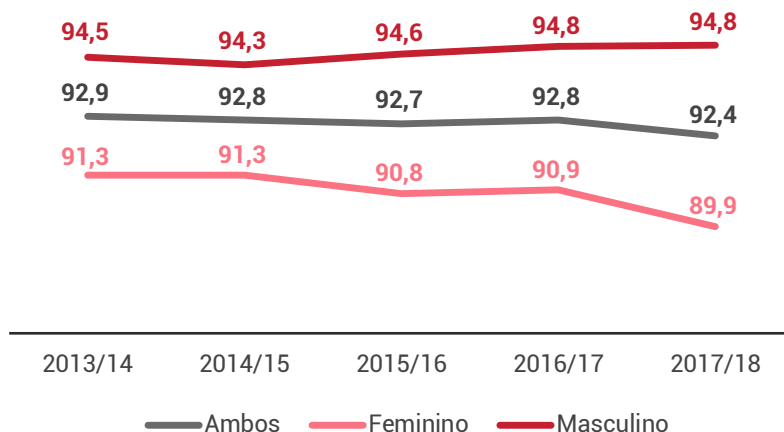
	Taxa Bruta de Escolarização		Taxa Líquida de Escolarização	
	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Básico	Ensino Secundário
2013/14	105,4	82,9	92,9	70,1
2014/15	103,4	84,1	92,8	70,8
2015/16	102,4	84,5	92,7	71,2
2016/17	102,0	84,5	92,8	71,3
2017/18	103,5	71,1	92,4	53,5

Fonte: Ministério da Educação

O gráfico 20 apresenta a taxa líquida de escolarização no ensino básico, notando-se uma nítida diferença entre os sexos, sendo o masculino superior ao feminino ao longo da série em análise.



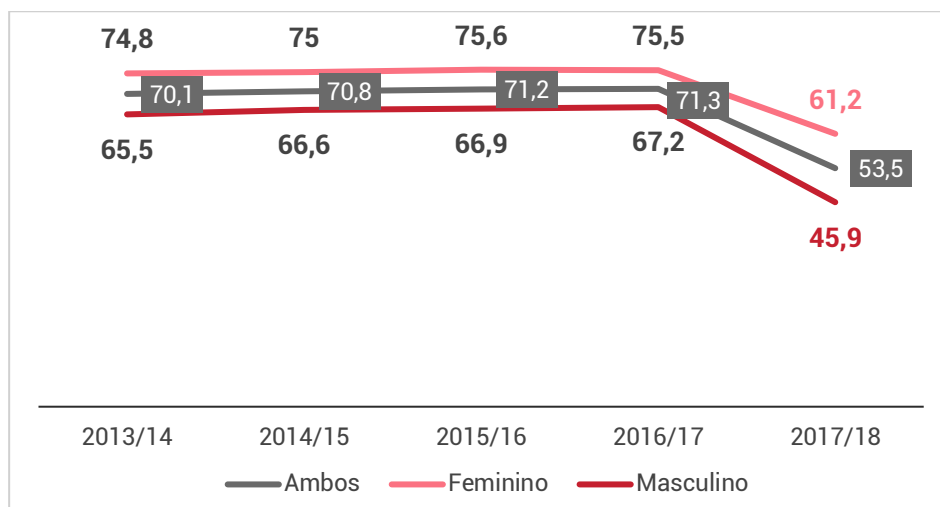
Gráfico 20 – Taxa líquida de escolarização no ensino básico, por sexo (2013-2018)



Fonte: Ministério da Educação

Em relação ao ensino secundário, a taxa líquida de escolarização diminuiu de forma brusca em 17,7 pontos percentuais, passando de 70,1% para 53,5%, entre o ano letivo de 2013/2014 e 2017/2018, tendo-se verificado a mesma situação ao desagregar essas informações por sexo.

Gráfico 21 – Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, por sexo (2013-2018)



Fonte: Ministério da Educação

No que tange à paridade da escolarização nos ensinos básico e secundário, pode constatar-se que a participação dos alunos do sexo masculino no ensino básico, nos anos em análise, foi sempre superior à dos do sexo feminino. À guisa de exemplo, em 2017/2018, para cada 100 alunos do sexo masculino escolarizados, encontram-se 92 do sexo feminino escolarizados. Situação inversa foi verificada no ensino secundário em que a participação dos estudantes do sexo feminino continua a ser superior, conforme os dados apresentados na tabela 33.



Tabela 63 – Paridade na Taxa Bruta de Escolarização (2013-2018)

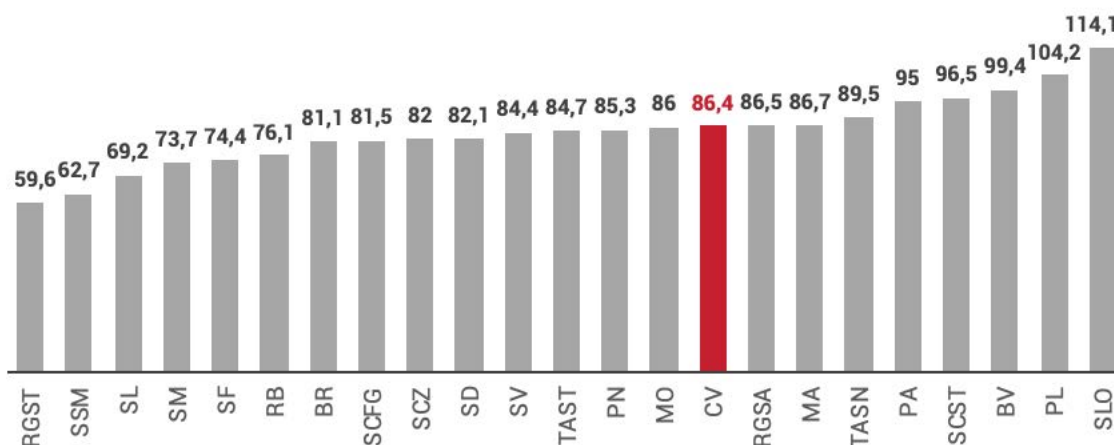
	Nível de Ensino	
	Básico	Secundário
2013/14	0,97	1,14
2014/15	0,97	1,13
2015/16	0,96	1,13
2016/17	0,96	1,12
2017/18	0,92	1,23

Fonte: Ministério da Educação

Transição

A Taxa de Transição demonstra a percentagem dos alunos que passaram do ensino básico para o secundário. Os dados do gráfico 22 indicam que, em termos gerais, 86,4% dos alunos transitaram do ensino básico para o secundário, no ano letivo de 2017/2018. A taxa mais baixa foi registada no concelho de Ribeira Grande de Santiago (59,6%) e, no sentido inverso, São Lourenço dos Órgãos (114,1%) obteve a maior taxa de transição entre esses dois níveis de ensino, em comparação com outros concelhos, no mesmo ano letivo.

Gráfico 22 – Transição do Ensino Básico para o Secundário (2013-2018)



Fonte: Ministério da Educação

Abandono e Reprovação

A taxa de abandono referente ao ano letivo de 2017/2018, no ensino básico, foi de 2,2%, demonstrando uma variação positiva de 1,1 pontos percentuais, comparativamente ao ano letivo de 2013/2014 (1,1%). Contrariamente ao ensino básico, a taxa de abandono no ensino secundário diminuiu 0,6 pontos percentuais, passando de 5,8% para 5,2%, no mesmo período. Analisada por sexo, constata-se que a taxa de abandono no ensino básico é maior em relação ao sexo masculino (2,8%) do que ao feminino (1,7%), o que leva a salientar que a percentagem dos alunos do sexo masculino que abandonam o ensino básico é quase o dobro em comparação com os do sexo feminino. No ensino secundário, a maior taxa de abandono também se verifica no seio dos estudantes do sexo masculino (6,2%), quando comparado com os do sexo feminino (4,5%).

Tabela 64 – Taxa de Abandono segundo o nível de ensino e sexo (2013-2018)

	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2013/14	1,1	1,4	0,9	5,8	6,9	4,8
2014/15	1	1,3	0,8	6,4	7,6	5,3
2015/16	1,1	1,4	0,7	7	8,3	5,5
2016/17	1,0	1,2	0,7	6,8	8,1	5,3
2017/18	2,2	2,8	1,7	5,2	6,2	4,5

Fonte: Ministério da Educação

Relativamente à taxa de reprovação, em 2017/2018, comparativamente ao ano de 2013/2014, no ensino básico, registou-se um aumento de 1,4 pontos percentuais, enquanto no ensino secundário se verificou uma diminuição de 1,7 pontos percentuais. No que concerne ao sexo, constata-se maior número de reprovações entre os alunos do sexo masculino.

Tabela 65 – Taxa de Reprovação, segundo o nível de ensino e sexo (2013-2018)

	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2013/14	8,6	10,8	6,2	24,0	27,1	21,2
2014/15	8,8	11	6,3	24,1	27,9	20,7
2015/16	8,9	11,3	6,2	23,4	27,4	19,7
2016/17	7,3	9,2	5,2	24,0	28,7	19,7
2017/18	10,0	12,7	7,1	22,3	25,2	19,9

Fonte: Ministério da Educação

Ensino Superior

Os dados do ensino superior referentes aos estabelecimentos de ensino mostram que o país conta com dois estabelecimentos de ensino público, a saber, a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e a Faculdade de Educação e Desporto (FAED), ambas com sede na cidade da Praia.

Ambas as instituições têm polos universitários noutros concelhos/ilhas. A UNI-CV tem um polo em São Vicente e a FAED o tem também na mesma ilha, estando um outro no concelho de Santa Catarina.

Em relação às instituições privadas, são oito no total: a Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo), a Universidade Lusófona (UL), o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) e a Mindelo Escola Internacional de Arte (M_EIA), sediadas na ilha de São Vicente; a Universidade Jean Piaget (Uni Piaget), o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS), a Universidade Intercontinental de Cabo Verde (UNICA), com sede na cidade da Praia, e a Universidade de Santiago (US), com sede na cidade de Assomada. De referir que a Uni Piaget tem polo em São Vicente, o ISCEE na cidade da Praia e a US nas cidades da Praia e do Tarrafal.

As duas universidades públicas empregavam, no ano letivo de 2017/2018, um total de 566 docentes, enquanto as instituições privadas 895 docentes, no mesmo ano letivo.

Tabela 66 – Estabelecimentos de ensino superior, segundo a natureza institucional (2013-2018)

	Natureza institucional	
	Pública	Privada
2013/14	2	8
2014/15	2	8
2015/16	2	8
2016/17	2	8
2017/18	2	8

Fonte: Ministério da Educação

Tabela 67 – Docentes no ensino superior, segundo a natureza institucional (2013-2018)

	Total	Natureza institucional	
		Pública	Privada
2013/14	1 415	567	848
2014/15	1 366	578	788
2015/16	1 308	545	763
2016/17	1 418	560	858
2017/18	1461	566	895

Fonte: Ministério da Educação

O número de estudantes do ensino superior no país passou de 13.397, em 2013/2014, para 11.659, em 2017/2018, registando um decréscimo médio anual de 2,8%. Entre 2015/2016 e 2016/2017, houve uma diminuição de 176 estudantes, o que representa um decréscimo de 0,3%.

Analisando o número de estudantes inscritos nas instituições de ensino superior públicas e privadas sediadas no país, verifica-se que, em 2017/2018, dos 11.659 estudantes, 5.160 frequentavam as instituições públicas e 6.499 as privadas. Tal como no ensino secundário, existiam no ensino superior mais estudantes do sexo feminino (6.878) do que masculino (4.781). Nesse mesmo ano letivo, foram diplomados 1.420 estudantes, dos quais 505 homens e 915 mulheres.

Tabela 68 – Estudantes no ensino superior, segundo a natureza institucional, no país (2013-2018)

	Natureza institucional		
	Total	Público	Privado
2013/14	13 397	5 748	7 649
2014/15	12 538	5 197	7 341
2015/16	12 622	5 765	6 857
2016/17	12 446	5 489	6 957
2017/18	11 659	5 160	6 499

Fonte: Ministério da Educação

Tabela 69 – Estudantes no ensino superior, segundo o sexo, no país (2013-2018)

	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
2013/14	13 397	5 514	7 883
2014/15	12 538	5 168	7 370
2015/16	12 622	5 131	7 491
2016/17	12 446	5 084	7 362
2017/18	11 659	4 781	6 878

Fonte: Ministério da Educação

Tabela 70 – Diplomados no ensino superior, segundo o sexo, no país (2013-2018)

	Sexo		
	Ambos	Masculino	Feminino
2013/14	1 555	529	1 026
2014/15	1 784	723	1 061
2015/16	1 383	509	874
2016/17	1 137	425	712
2017/18	1 420	505	915

Fonte: Ministério da Educação

Figura 15 – Proporção de diplomados no ensino superior, segundo o sexo (2017/18)



Fonte: Ministério da Educação

Relativamente às áreas de estudo, à semelhança do que se verificou no anuário de 2017, nota-se que, de 2013 a 2018, as ciências económicas, jurídicas e políticas têm dominado em relação ao número de estudantes inscritos, apesar da tendência decrescente com o avançar dos anos. Em termos de evolução de efetivos, constata-se que o número de estudantes da área das ciências da vida, ambiente e saúde, aumentou, passando de 1.502 em 2013/2014 para 1.880 em 2017/2018, e da área de ciências exatas, engenharias e tecnologias diminuiu, passando de 2.828 para 2.576, com algumas oscilações no período em análise.

Tabela 71 – Alunos inscritos no ensino superior por áreas de estudo (2013-2018)

Área de Estudo	Anos				
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
Ciências sociais humanas letras e línguas	4 380	3 958	4 021	3586	3398
Ciências da vida, ambiente e saúde	1 502	1 822	1 777	1971	1880
Ciências económicas, jurídicas e políticas	4 687	4 358	4 128	4107	3805
Ciências exatas, engenharias e tecnologias	2 828	2 400	2 696	2782	2576
Total	13 397	12 538	12 622	12 446	11659

Fonte: Ministério da Educação

A tabela 72 mostra que, de 2013/2014 para 2017/2018, o número de diplomados oscilou bastante. De 2013/2014 para 2014/2015 houve um aumento de 1.555 para 1.784, representando um crescimento médio anual de 3,15%. Quando comparado o ano letivo de 2014/2015 com o de 2017/2018, constata-se uma diminuição significativa, passando de 1.784 para 1.420, representando uma diminuição de 5%. A área das ciências sociais, humanas, letras e línguas, embora tenha sido a que teve o maior número de diplomados em 2014/2015, tem diminuído no período em análise.

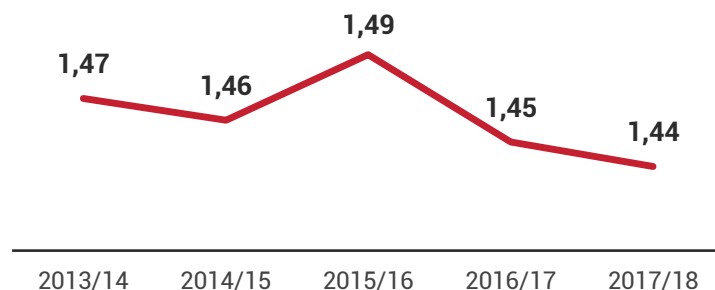
Tabela 72 – Diplomados no ensino superior por áreas de estudo (2013-2018)

Área	Anos				
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
Ciências sociais humanas letras e línguas	523	844	545	454	372
Ciências da vida, ambiente e saúde	318	241	210	218	382
Ciências económicas, jurídicas e políticas	512	493	427	294	441
Ciências exatas, engenharias e tecnologias	202	206	201	171	225
Total	1 555	1 784	1 383	1 137	1420

Fonte: Ministério da Educação

A disparidade de frequência ao ensino superior em Cabo Verde continuou nos últimos cinco anos, conforme mostram os dados apresentados no gráfico 23. Os estudantes do sexo feminino continuam com clara vantagem sobre os do sexo masculino, com um índice de paridade acima de 1,43, de 2013/2014 a 2017/2018, apesar da sua tendência decrescente.

Gráfico 23 – Relação de feminilidade no ensino superior (2013-2018)



Fonte: Ministério da Educação



Formação Profissional

Ao longo dos últimos cinco anos foram realizadas 743 ações de formação, beneficiando 15.596 formandos. Em 2018, efetuaram-se 172 ações que permitiram contemplar 3.360 formandos. De 2017 a 2018, registou-se um aumento de 16 ações e uma diminuição de 736 formandos.

Tabela 73 – Número de Ações de formação e número de formandos, (2014-2018)

	Número de Ações	Número de Formandos
2014	108	2 115
2015	162	3 178
2016	145	2 847
2017	156	4 096
2018	172	3360

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Entre os anos de 2014 e de 2018, dos 15.596 formandos, 54% foram do sexo feminino e 46% do masculino. Constatou-se que a formação beneficiou ligeiramente mais indivíduos do sexo feminino, tendo em conta que esta camada apresenta maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o que mostra a preocupação com a questão de género nas ações de formação do IEFP.

Tabela 74 – Número de formandos de formação profissional, segundo o Sexo (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Ambos	2 115	3 178	2 847	4 096	3360
Feminino	1 117	1 778	1 515	2 166	1849
Masculino	998	1 400	1 332	1 930	1511

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Do total de formandos durante o período em análise, aproximadamente 8.965 foram aprovados (57,5% do total do número de formandos de formação profissional), sendo 53,2% do sexo feminino e 46,8% do masculino. Portanto, há praticamente equilíbrio entre os sexos em relação à taxa de aprovação.

Tabela 75 – Número de formandos aprovados, segundo o Sexo (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Ambos	1 086	1 986	1 830	1 938	2125
Feminino	620	883	1 055	1 160	1055
Masculino	466	1 103	775	778	1070

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Entre 2014 e 2018, no que diz respeito à formação por nível de qualificação, predominou a formação de nível 4, com 92 ações, seguida do nível 3, com 89 ações. No geral, constatou-se que aproximadamente 59% das formações ministradas não conferem nenhum nível de formação ou qualificação (S/N – Sem Nível).

Tabela 76 – Número de ações, por nível de qualificação/formação profissional (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
N1	6	6	6	-	-
N2	18	14	16	11	11
N3	17	27	21	10	14
N4	13	19	14	36	10
N5	0	0	0	21	17
S/N	54	96	88	78	120

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

De 2014 a 2018, as 743 ações desenvolvidas tiveram o envolvimento de 99 entidades formadoras entre as estruturas do IEFP e os parceiros. Nota-se que o número de entidades formadoras foi aumentando ao longo dos 5 anos do período de observação, sucedendo o mesmo com o número de ações. Em relação ao número de formandos, este oscilou ao longo desse período, atingindo o valor máximo de 3.360 formandos em 2018.

Tabela 77 – Número de entidades formadoras, ações e formandos (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Entidades Formadoras	13	19	19	23	25
Número de Ações	108	162	145	156	172
Número de Formandos	2 115	3 178	2 847	4 096	3 360

Instituto de Emprego e Formação Profissional

As famílias profissionais representam o conjunto de qualificações, tendo em conta os critérios de afinidade de competências profissionais dos diferentes setores produtivos. Em 2018, as três famílias profissionais: Hotelaria Restauração e Turismo, Administração e Gestão e Formação de Formadores representaram cerca de 60,7%, em termos de ações, e 59,9%, em termos de formandos.

Tabela 78 – Número de Ações e de formandos, por famílias profissionais (2014-2018)

	Número de Ações	Número de Formandos
2014	108	2 115
2015	162	3 178
2016	145	2 847
2017	156	4 096
2018	173	3360
Agrária	6	125
Marítimo Pesqueira	1	18
Indústrias Extrativas		
Construção e Obra Civil	5	96
Madeira e Mobília	1	20
Produção, Transporte e Distribuição de Energia Elétrica		
Instalação e Manutenção	7	130
Metalomecânica	2	25
Manutenção de Veículos	7	155
Confeção Têxtil e Pele.	3	62
Indústria de Processo	3	57
Hotelaria, Restauração e Turismo	32	592
Comércio, Transportes e Logística	2	37
Administração e Gestão	40	767
Tecnologias de Informação e Comunicação	3	57
Gráficas, Imagens e Sons		
Serviços Sociais, Culturais e Comunitários	10	200
Saúde	1	20
Imagem Pessoal	9	177
Desporto, Atividades Físicas e de Lazer		
Artes Plásticas e Artesanato, Música e Artes da Representação	2	31
Formação de Formadores	33	654
Meio Ambiente e Segurança		
-		
Outros	6	137

Instituto de Emprego e Formação Profissional

Observando os custos médios por ações e por formandos, constatou-se que o custo médio da ação inicial tem diminuído ao longo dos três anos da série temporal analisada, passando de 1.717.300 escudos, em 2014, para 1.295.712, em 2017, sucedendo o mesmo com o custo médio da ação contínua, passando de 381.718, em 2014, para 244.359, em 2017.

No que toca ao custo médio por formando, verificou-se que há mais gastos na formação inicial do que na formação contínua, sendo que ambas registaram uma tendência decrescente ao longo dos três anos.

Tabela 79 – Custo médio (em ECV) das ações de formação e por formando, segundo as categorias de formação (2014-2017)

	Custo Médio / Ação		Custo Médio / Beneficiários	
	Inicial	Contínua	Inicial	Contínua
2014	1 717 300	381 718	82 070	22 066
2015	1 730 420	350 932	81 229	19 131
2016	1 593 935	289 491	80 759	14 794
2017	1 295 712	244 359	65 672	11 899

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2018

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5) trata da igualdade de género e do empoderamento das mulheres e meninas. Esse objetivo pede o fim da discriminação e da violência contra mulheres e meninas.



ODS 5 – IGUALDADE DO GÉNERO

Neste tema, apresentam-se os indicadores do ODS 5, produzidos ao nível nacional, bem como os quadros legais para promover, fazer cumprir e monitorizar a igualdade e a não-discriminação com base no género. Apresentam-se, outrossim, dados sobre os assentos parlamentares ocupados por mulheres no parlamento nacional e nos governos locais e de mulheres em cargos de chefia.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5) trata da igualdade de género, com empoderamento de meninas e mulheres. Esse objetivo pede o fim da discriminação e da violência contra mulheres e meninas.

Indicador 5.1.1 Existência de quadros legais para promover, fazer cumprir e monitorizar a igualdade e a não-discriminação com base no género

O ordenamento jurídico cabo-verdiano adota uma série de diplomas legais que promovem a igualdade entre homens e mulheres, quer no plano dos direitos consagrados, quer no do seu exercício efetivo, quer ainda no estabelecimento de normas que, reconhecendo a necessidade de superar situações de desigualdade, assumem um tratamento afirmativo para as mulheres. De salientar, o Código Laboral, o Código Civil/Família, a Lei Especial Contra a Violência Baseada no Género (VBG), assim como a entrada, na ordem jurídica interna, dos princípios da CEDAW - *Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination Against Women* - que assumem extrema importância no reforço do princípio de igualdade entre homens e mulheres.

O mecanismo nacional para a igualdade de género (ICIEG - Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade do Género) e as organizações não governamentais femininas são as instituições competentes para a promoção, implementação e o seguimento do quadro legal existente, respeitante à autonomia das mulheres e igualdade de género.

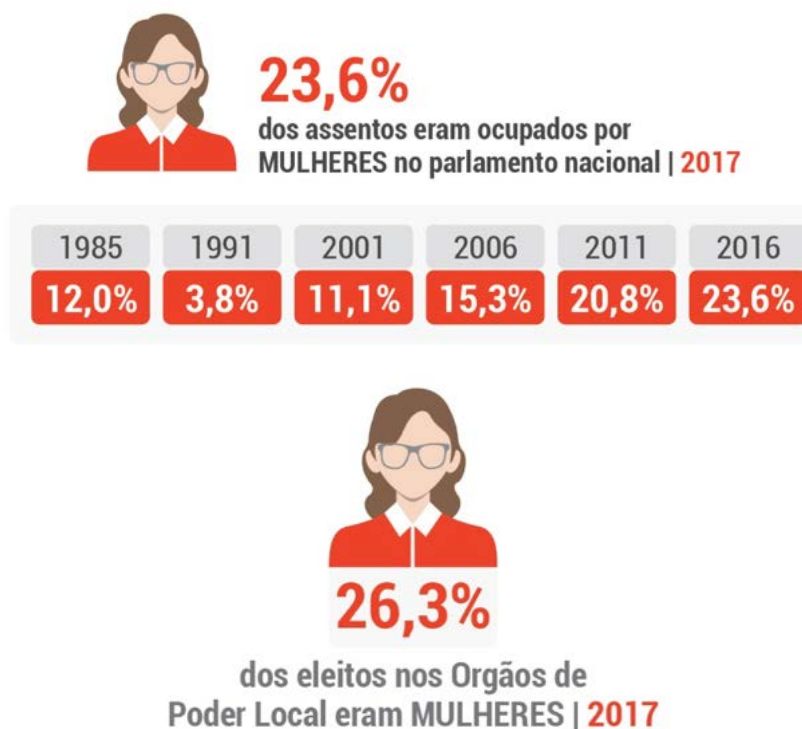
Indicador 5.3.1 Proporção de mulheres com idade entre os 20 e os 24 anos que casaram ou viveram em união de facto antes dos 15 anos e antes dos 18 anos.

Os dados existentes permitem avançar como Proxy a esse indicador a proporção de mulheres com idade entre os 14-17 anos que vivem em união e o número de mulheres de 16-17 anos que casaram legalmente. De acordo com os dados dos Registos Notoriedade e Identificação, entre o período de 2006 e 2018, foram registados 83 casamentos de mulheres com idade entre 16-17 anos de idade. De realçar que, em termos legais, o casamento nesta faixa etária é permitido mediante a autorização de emancipação por parte dos pais das menores. Com base nos resultados do Inquérito Multi-Objetivo contínuo, em 2018, um 1% das mulheres com idade 14-17 anos declararam viver em união.

Indicador 5.5.1 Proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres (a) nos parlamentos nacionais e (b) governos locais.

A participação efetiva das mulheres no cenário político nacional (ocupação de um lugar no Parlamento ou no Governo) tem registado, ao longo dos anos, um comportamento positivo. Em relação aos lugares ocupados pelas mulheres no Parlamento, é de registar um aumento paulatino do número de mulheres deputadas entre 1991 e 2017. A proporção de assentos ocupados por mulheres aumentou 22,5 p.p, entre 1991 e 2017, passando de 3,8% para 26,3%.

Figura 16 – Número e proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional (1985-2017)

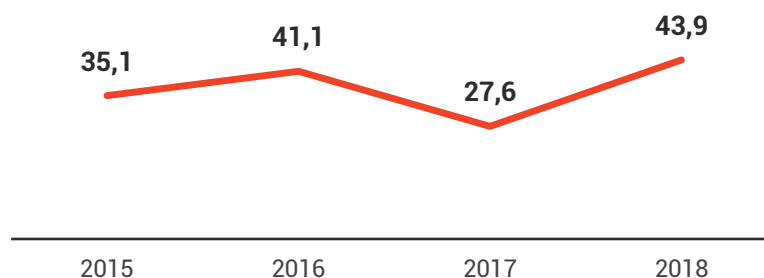


Fonte: Comissão Nacional de Eleições - www.parlamento.cv

Indicador 5.5.2 Proporção de mulheres em cargos de chefia

A proporção das mulheres que exercem funções de chefias tem vindo a oscilar ao longo dos anos. Em 2018, estima-se que 43,9% dos cargos de gestão (representantes dos poderes legislativo, executivo e autárquico, dirigentes superiores da administração pública, de organizações especializadas e de empresas, diretores de serviços administrativos e comerciais e diretores de produção e serviços especializados) foram desempenhados por mulheres.

Gráfico 24 – Proporção de Mulheres que ocupam cargos de gestão¹, 2018

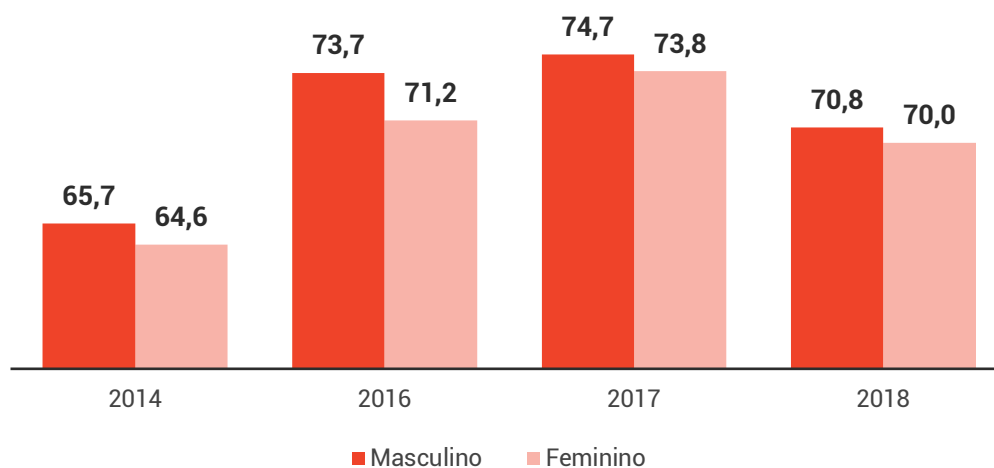


Fonte: INE - Inquérito Multi-objetivo Contínuo

Indicador 5.b.1 Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo

Os dados referentes à proporção de homens e mulheres com disponibilidade de telemóvel, indicam que, de 2014 a 2018, houve um acréscimo de 5,1 p.p. em relação aos homens e 5,4 p.p. às mulheres.

Gráfico 25 – Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo (2014-2018)



Fonte: INE, Inquérito Multi-objetivo Contínuo 2019

¹ Profissões dos grupos 11, 12, 13 da CITE-08



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2018



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6) tem como foco a preocupação com a existência de água potável e segura para todos, a oferta de saneamento e higiene, uma vez que a falta destes pode levar à contaminação do solo, de rios, mares e fontes de água para abastecimento. Para atingir as metas deste objetivo, são necessários marcos institucionais para favorecer a participação social, para controle do uso da água e monitoração da proteção do meio ambiente.



ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Neste tema, apresentam-se os indicadores produzidos ao nível nacional do ODS 6, assim como outros dados que associam as condições ambientais/sociais da população, em termos de acesso à água, às instalações sanitárias e ao modo de evacuação de resíduos sólidos.

O Objetivo de Desenvolvimento sustentável 6 (ODS 6) tem como foco a preocupação com a existência de água potável e segura para todos, a oferta de saneamento e higiene, uma vez que a falta destes pode levar à contaminação do solo, de rios, mares e fontes de água para abastecimento. Para atingir as metas deste objetivo, são necessários marcos institucionais para favorecer a participação social e para o controlo do uso da água e monitoração da proteção do meio ambiente.

Indicador 6.1.1 Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável, administrada de forma segura.

A evolução do indicador “proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável”, isto é, o acesso à água, através da rede pública de distribuição de água (água canalizada da rede pública, chafariz, ou o acesso através da casa de vizinhos), manteve-se relativamente estável no período em análise. Analisando por meio de residência, nota-se claramente que, nos últimos cinco anos, a utilização da fonte melhorada de água potável no meio urbano é superior ao meio rural.

Tabela 80 – Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável¹ (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Cabo Verde	85,9	85,1	85,5	85,2	86
Sexo					
Masculino	86,1	85,1	85,2	84,7	85,6
Feminino	85,6	85,2	85,7	85,5	86,4
Meio residência					
Urbano	93,2	92,1	92,3	90,5	92
Rural	71,8	71,3	71,5	73,7	73,2

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

¹ Em Cabo Verde, consideram-se Fontes Melhoradas de água Potável: “Chafariz”, “Rede Pública/Canalização.../ Água Canalizada...” (incluindo das casas dos vizinhos) ”



Indicador 6.2.1 Proporção da população que utiliza serviços de saneamento seguros, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão.

Entre 2014 e 2018, estima-se que a proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas, ou seja, sanita, latrina ou retrete, progrediu a um ritmo médio anual de 2,3%, atingindo, em 2018, os 82,9%.

Ao nível de meio de residência, apesar da proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas no meio urbano ser superior ao meio rural, constata-se que este último meio de residência registou evoluções significativas nos últimos cinco anos, passando de 55,9%, em 2014, para 70,6, em 2018, representando um aumento de 14,7%.

Tabela 81 – Proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas (2014 - 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Cabo Verde	73,9	77,2	80,3	80,8	82,9
Sexo					
Masculino	73,3	76,9	79,7	-	82,3
Feminino	74,5	77,5	80,9	-	83,5
Meio de Residência					
Urbano	83,3	86,4	87,9	87,5	88,7
Rural	55,9	58,9	64,9	66,9	70,6

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Indicador 6.5.1 Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100).

Em 2018, o grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos foi de 64.

OUTROS INDICADORES

Os dados da tabela 82 indicam que 68% da população tem a rede pública como a principal fonte de abastecimento de água. Cerca de 8,4% da população abastece-se nos vizinhos, 9,6% em chafarizes, 6,8% recorre aos autotanques e 7,2% a outras fontes (cisternas, nascentes, poços, etc.).

Tabela 82 – Distribuição percentual (%) da população segundo a principal fonte de abastecimento de água, por meio de residência (2018)

	Principal fonte de abastecimento de água					Total
	Rede Pública	Vizinhos	Chafariz	Autotanque	Outras fontes	
Cabo Verde	68,0	8,4	9,6	6,8	7,2	100
Meio de residência						
Urbano	72,9	10,5	8,6	7,1	0,8	100
Rural	57,7	3,9	11,6	6,1	20,7	100

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Segundo os dados da tabela 83, em Cabo Verde, 59,4% da população utiliza o contentor como principal modo de evacuação do lixo e 23,4% utiliza o carro de lixo. Apesar de essas formas serem as mais adequadas, 10,4% da população ainda faz o enterro/queima de lixo e 5,3% atira-o fora. No meio urbano, a maioria da população utiliza o contentor (66,1%) e o carro de lixo (31,4%), enquanto no meio rural são mais utilizados o contentor (45,1%) e enterro/queima (29,8%) como principal modo de evacuação de resíduos.

Tabela 83 – Proporção da população segundo modo de evacuação de resíduos sólidos/lixo, por meio de residência (2018)

	Recolha do lixo					
	Colocado em contentor	Recolhido pelo carro de lixo	Enterrado/queimado	Atirado ao redor da casa	Atirado fora	Outro
Cabo Verde	59,4	23,4	10,4	1,6	5,3	0,1
Meio de Residência						
Urbano	66,1	31,4	1,2	0,3	1,0	0,0
Rural	45,1	6,4	29,8	4,2	14,4	0,1

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2018



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 (ODS 7) trata do acesso às diferentes fontes de energia, principalmente às renováveis, eficientes e não poluentes.



ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

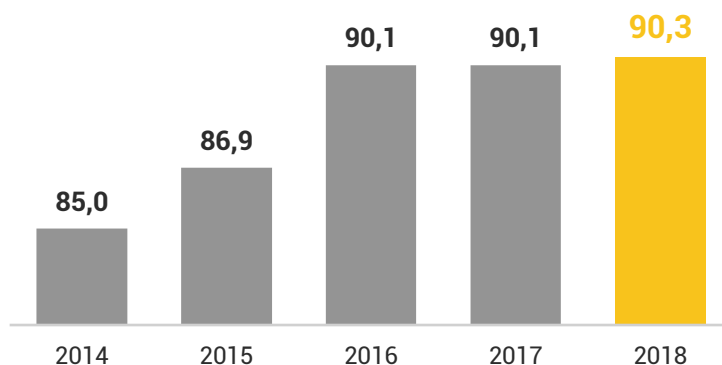
Neste tema apresentam-se os resultados da evolução dos indicadores referentes ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 (ODS 7), as estatísticas da energia elétrica (produção e acesso), bem como o total das vendas de combustíveis no mercado interno.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 (ODS 7) trata do acesso às diferentes fontes de energia, principalmente às renováveis, eficientes e não poluentes.

Indicador 7.1.1 Percentagem da população com acesso à eletricidade

Em 2018, cerca de 90% da população residente afirmou ter acesso à energia elétrica, registando um aumento de 0,2 pontos percentuais em relação a 2017.

Gráfico 26 – Percentagem de população com acesso à energia elétrica (2014-2018)



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Em 2018, cerca de 92% da população no meio urbano teve acesso à energia elétrica, enquanto no meio rural 87,5% da população afirmou o ter também.

A população do sexo feminino continua a ter mais acesso à energia elétrica, atingindo cerca de 90,7% e a do sexo masculino, 89,9%, tendo aumentado o nível de acesso em 0,3 p. p. em relação a 2017.

Tabela 84 – Percentagem de população com acesso à energia elétrica, por meio de residência e sexo (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Cabo Verde	85,0	86,9	90,1	90,1	90,3
Meio Residência					
Urbano	88,7	90,6	93,5	92,3	91,7
Rural	77,8	79,6	83,4	85,7	87,5
Sexo					
Masculino	84,2	86,4	90	89,6	89,9
Feminino	85,8	87,4	90,2	90,7	90,7

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Indicador 7.1.2 Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas

Este indicador mostra a proporção da população com dependência primária de combustíveis e tecnologia limpas. É estimada como sendo o número de pessoas que utilizam combustíveis e tecnologias limpas para coação, aquecimento e iluminação. Combustíveis limpos em Cabo Verde são considerados o gás butano e energia elétrica (eletricidade).

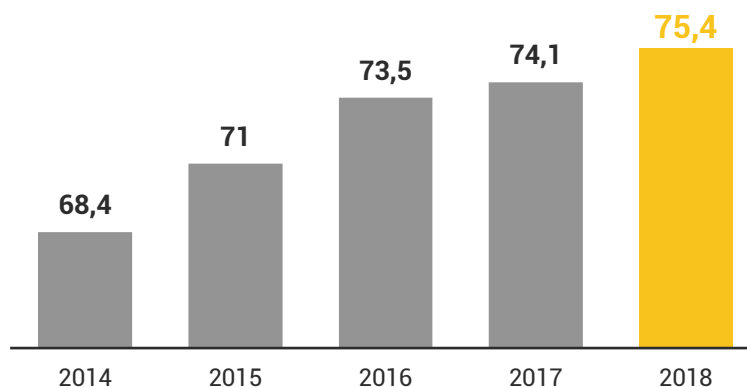
Não se considera, para o cálculo deste indicador, o aquecimento, tendo em conta a pouca ou a quase inexistência do seu uso pelas populações em Cabo Verde. Também a iluminação não foi considerada, haja vista a sua abordagem no indicador anterior e, segundo as estatísticas, o gás butano não é utilizado em Cabo Verde como forma de iluminação. Considera-se, por isso, somente o uso do gás butano e energia elétrica para cozinhar como forma de combustíveis limpas.

Em 2018, somente 0,2% da população utiliza a energia elétrica para cozinhar. Em vista do pouco uso da energia elétrica para cozinhar junto da população, esta não foi considerada para o cálculo deste indicador.

Assim, para este indicador, foi considerada somente a percentagem da população com acesso ao gás butano para cozinhar. Em 2018, cerca de 75,4% da população afirma utilizar gás butano para preparação de alimentos, correspondendo a um aumento de 1,3 p.p. da população com acesso a essa forma moderna de energia, em relação a 2017, que ficou nos 74,1%.



Gráfico 27 – Percentagem de população com acesso à gás butano (2014-2018)



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Em 2018, cerca de 91% da população no meio urbano teve acesso ao gás butano, enquanto no meio rural apenas 42,7% da população teve acesso ao gás butano para cozinhar, traduzindo num aumento de 3,9 p.p., em relação ao ano anterior.

Tabela 85 – Percentagem de população que utiliza o gás Butano, por meio de residência (2014-2018)

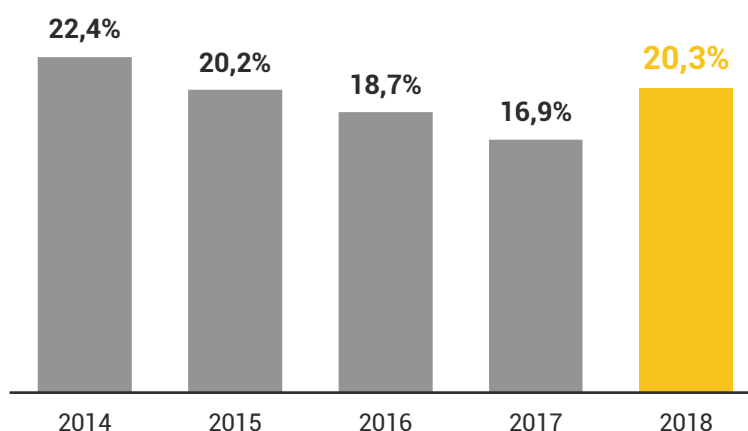
	2014	2015	2016	2017	2018
Cabo Verde	68,4	71,0	73,5	74,1	75,4
Meio Residência					
Urbano	88,6	89,5	91,7	91	90,8
Rural	29,5	34,1	36,5	38,8	42,7

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Indicador 7.2.1 Peso das energias renováveis na produção de energia eléctrica (%)

Em 2018, a taxa de penetração das Energias Renováveis (ER) na produção de energia eléctrica foi de 20,3% em 2018, correspondendo a um aumento de 3,4 p.p, em relação à 2017.

Gráfico 28 – Taxa de penetração das energias renováveis (2014-2018)



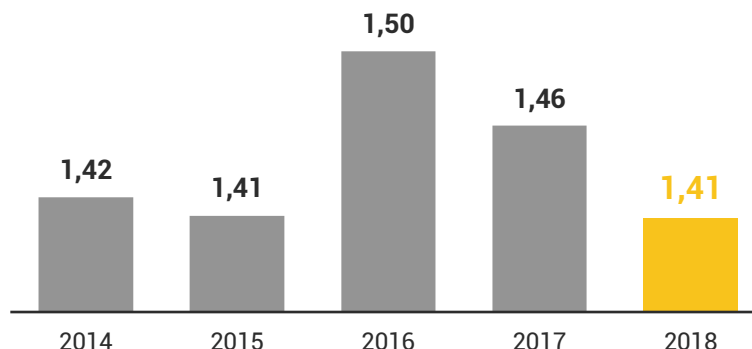
Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)



Indicador 7.3.1 Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB (em Toneladas equivalente de petróleo /milhões de escudos)

A eficiência energética, medida em 2018, em termos de energia primária e do PIB, teve uma diminuição de 3,4% em relação a 2017, passando de 1,46 para 1,41 tep/milhões de escudos.

Gráfico 29 – Evolução da Intensidade energética (2014-2018)



Nota: Os dados da intensidade energética em 2018 são considerados provisórios.

Os dados da intensidade energética, relativos a 2016 e 2017 foram atualizados em relação ao anuário anterior, devido à atualização dos dados do PIB para 2016 e 2017.

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

OUTROS INDICADORES

Energia Elétrica

Em 2018, cerca de 79,7% da energia elétrica produzida em Cabo Verde foi de origem térmica, representando uma diminuição de 3,7% em relação ao ano anterior. A energia elétrica de origem eólica contribuiu com cerca de 18,3%, em 2018, para o total da produção de energia elétrica, tendo registado um aumento de 18,4% quando comparado com 2017. A contribuição da energia solar no *mix* de produção de energia elétrica foi de 2,0%, representando um aumento de 42,9% em relação a 2017.

Figura 17 – Produção de energia elétrica, em GWh, por fonte (2018)



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

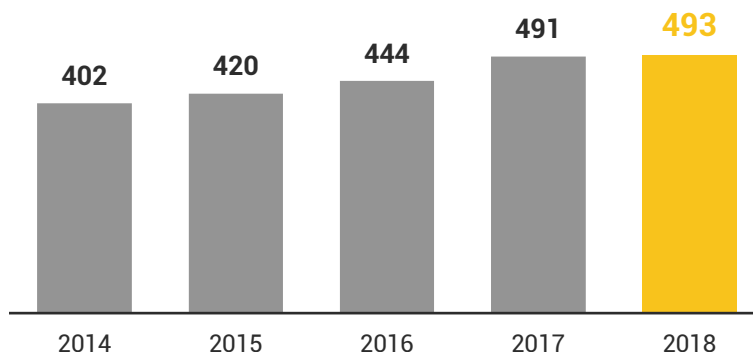
Tabela 86 – Produção de energia elétrica, em GWh, por fonte (2014 - 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	402	420	444	491	493
Solar	7	6	6	7	10
Eólica	83	79	77	76	90
Térmica	312	335	361	408	393

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)



Gráfico 30 – Produção Total de energia elétrica (em GWh) em Cabo Verde (2014-2018)



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

A ilha de Santiago, em 2018, com 50% do total da produção de energia elétrica nacional, continua a ser a que tem a maior produção de energia elétrica no país, seguida do Sal e de São Vicente com 16,7% e 14,3%, respetivamente. As demais ilhas em conjunto representam cerca de 18,9% do total da produção de energia elétrica em 2018, correspondendo a 74,5GWh.

Tabela 87 – Produção de energia elétrica por fonte, total produção e taxa de penetração por ilha (2018)

	Produção Térmica (GWh)	Produção Renovável (GWh)	Total Produção (GWh)	Taxa de Penetração ER (%)
Cabo Verde	393,4	100,0	493,4	20,3
Santo Antão	15,8	1,3	17,1	7,8
S. Vicente	56,2	23,4	79,6	29,4
S. Nicolau	6,8	0,0	6,8	0,0
Sal	65,8	23,6	89,4	26,4
Boa Vista	31,8	8,9	40,7	21,8
Maio	3,6	0,0	3,6	0,0
Santiago	196,9	42,8	239,6	17,9
Fogo	13,8	0,0	13,8	0,0
Brava	2,8	0,0	2,8	0,0

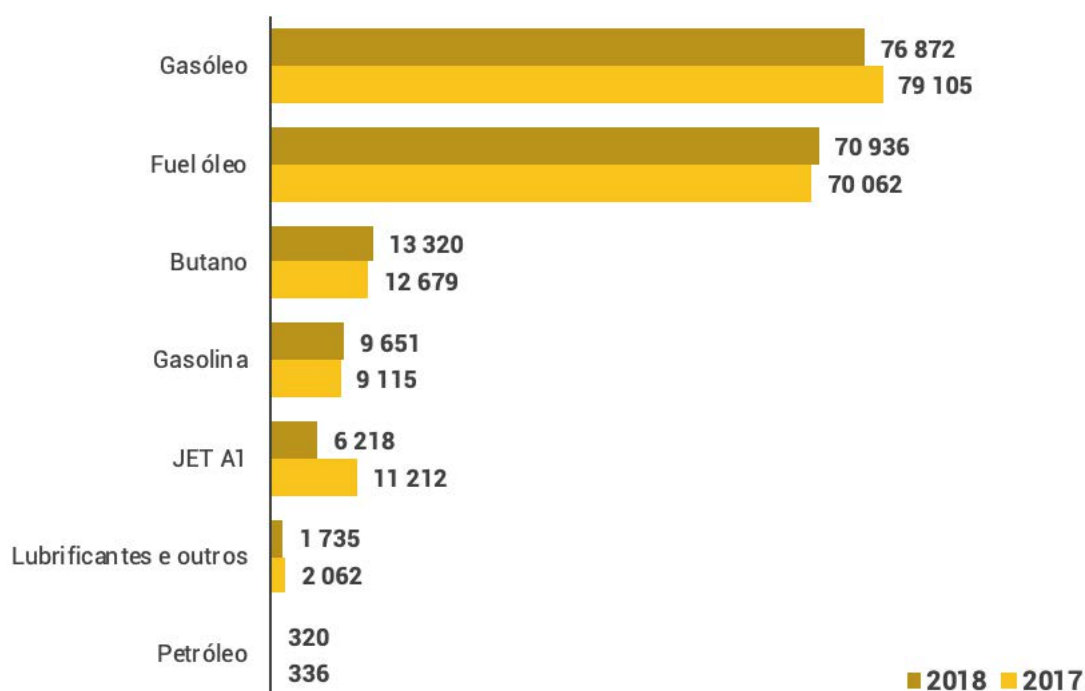
Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

Combustíveis

Em 2018, internamente, foram movimentadas cerca de 179.052 Toneladas Métricas (TM) de combustíveis, correspondendo a uma diminuição de 3,0% em relação a 2017, que conseguiu atingir 184.570 TM. Em 2018, a gasolina registou o maior aumento (5,9%) no volume de vendas em relação a 2017, seguido do butano com 5,1%. Em sentido contrário, o Jet A1, combustível para aviação, continua a apresentar tendência de decrescimento no volume de vendas, tendo apresentado uma diminuição de 44,5% face ao mesmo período de 2017.



Gráfico 31 – Volume de Vendas Combustíveis no mercado interno (2017-2018)



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

Apesar do decrescimento no volume de vendas, o gasóleo continua a ser o combustível mais comercializado em Cabo Verde com 42,9% do total de combustíveis vendidos, seguido do Fuelóleo com 39,6%. Estes dois combustíveis em conjunto representaram, em 2018, cerca de 82,6% do total de combustíveis vendidos. O gás butano continua a ser o terceiro combustível mais comercializado, com 7,4%, e o petróleo foi o menos comercializado no país, com 0,2% do total vendido.

Tabela 88 – Vendas de combustíveis no mercado interno por produto, em TM (2014-2018)

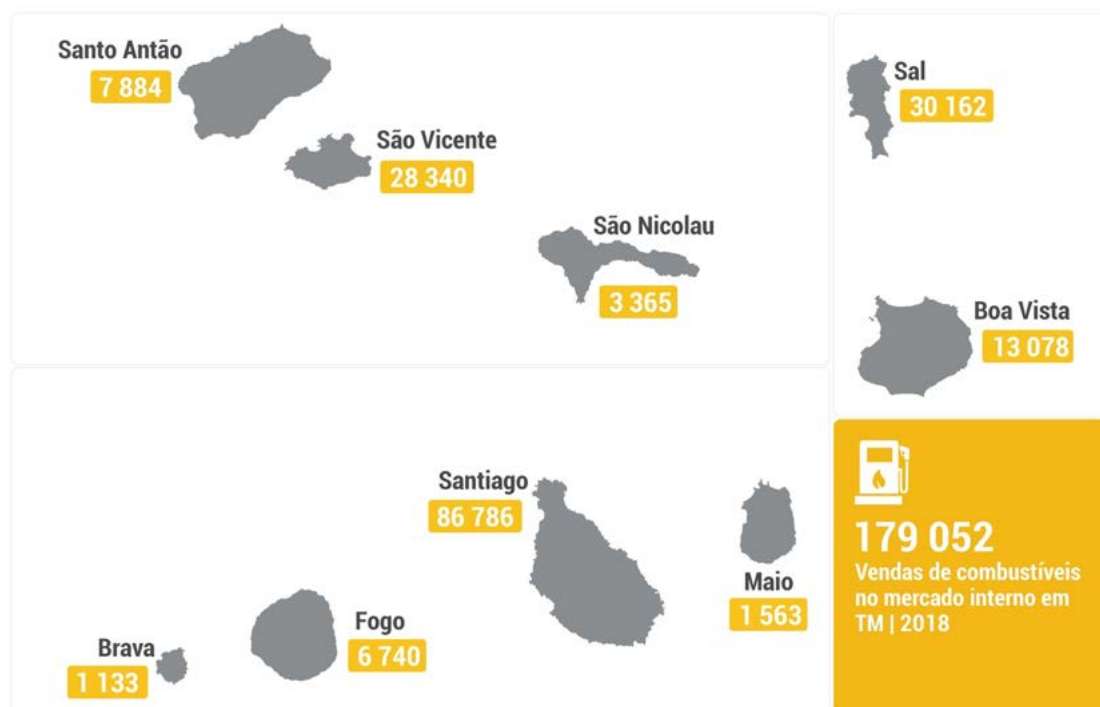
	2014	2015	2016	2017	2018
Total	161 507	162 569	176 741	184 570	179 052
Butano	11 191	11 640	12 225	12 679	13 320
Gasolina	7 356	7 765	8 521	9 115	9 651
JET A1	15 030	13 933	12 645	11 212	6 218
Petróleo	454	371	347	336	320
Gasóleo	67 722	66 439	75 812	79 105	76 872
Fuel óleo	57 899	60 514	65 126	70 062	70 936
Lubrificantes e outros	1 855	1 907	2 067	2 062	1 735

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

A ilha de Santiago, com 48,5% (86.786 TM) do total das vendas, continua a ser o maior mercado de venda de combustíveis no país, seguida do Sal e de São Vicente com 16,8% e 15,8%, respetivamente, do total das vendas. As demais ilhas em conjunto representam cerca de 18,9% do total de vendas de combustíveis em 2018, correspondendo a 33.764 TM.



Figura 18 – Vendas de combustíveis no mercado interno em TM por ilha (2018)



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2018



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS 8) tem como centro o mercado do trabalho e do desenvolvimento económico. Por isso, este objetivo trata da economia internacional, seja por metas de desempenho económico, seja por busca de eficiência e produtividade. O emprego decente, o empreendedorismo e o valor à criatividade e à inovação são temas do objetivo, que incentivam a formalização e o crescimento de micro, pequenas e médias empresas. Ainda, propõe-se o incentivo ao turismo sustentável.



ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Os indicadores apresentados neste tema estão ligados ao trabalho decente e ao crescimento económico disponíveis no país. Apresentam-se, ainda, alguns dados e indicadores complementares, concernentes ao mercado de trabalho, às contas nacionais, às empresas, aos preços, ao setor monetário e financeiro, ao setor externo e às finanças públicas.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS 8) tem como centro o mercado do trabalho e do desenvolvimento económico. Por isso, esse objetivo trata da economia internacional, seja por metas de desempenho económico, seja por busca de eficiência e produtividade. O emprego decente, o empreendedorismo e o valor à criatividade e à inovação são temas do objetivo, que incentiva a formalização e o crescimento do micro, pequenas e médias empresas. Ainda, propõe-se o estímulo ao turismo sustentável.

Indicador 8.1.1 - Taxa de variação anual do PIB real *per capita*

De 2014 a 2018, o PIB real *per capita* em dólar apresentou uma taxa de variação média anual de -0,6%. No período de 2014 a 2015, houve uma variação negativa do PIB *per capita* em dólar, justificada essencialmente pelas flutuações cambiais. Em relação ao PIB *per capita* real em escudos, registou-se uma taxa de variação média anual de 2,4%, para o mesmo período em análise. A diferença observada nas referidas taxas acima justifica-se sobretudo pela variação da taxa de câmbio.

Tabela 89 – Taxa de variação do PIB *per capita* real (em US\$ e ECV) (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018 ^P
Taxa de Variação PIB <i>per capita</i> em US\$	-0,6	-16,6	3,1	4,3	8,8
Taxa de Variação PIB <i>per capita</i> em ECV	-0,6	-0,2	3,4	2,5	3,8

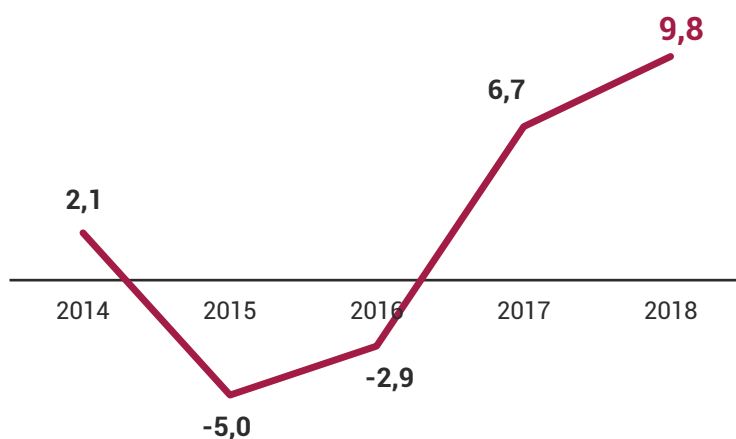
Fonte: INE, Contas nacionais



Indicador 8.2.1 - Taxa de crescimento anual do PIB real por pessoa empregada

De acordo com os dados do gráfico 32, nota-se que, em 2018, o PIB real por pessoa empregada apresentou uma variação de 9,8%, representando um aumento de 3,1 pp relativamente a 2017, que era de 6,7%.

Gráfico 32 – Taxa de variação anual do PIB real por pessoa empregada (%)



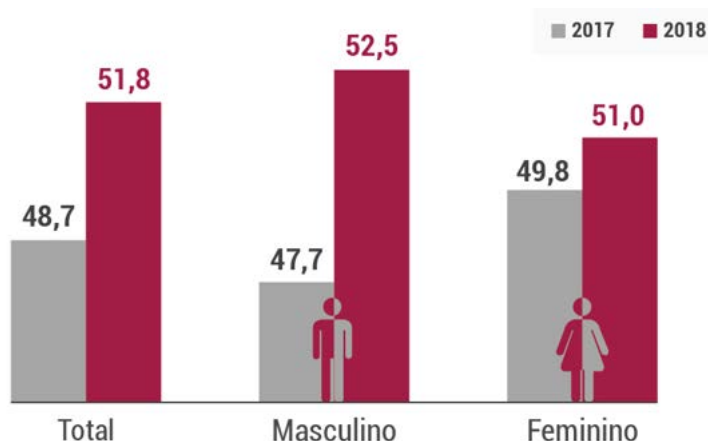
Fonte: INE, Contas nacionais

Indicador 8.3.1 - Proporção de emprego informal em empregos não agrícolas, por sexo

Em 2018, 51,8% dos empregados encontravam-se a trabalhar nos empregos informais não agrícola, tendo aumentado face ao ano de 2017 (48,7%).

Relativamente ao sexo, nota-se que entre os homens a proporção de empregados informais não agrícola é de 52,5% e entre as mulheres é de 51,0%. Em ambos os sexos, a proporção aumentou face ao ano de 2017.

Gráfico 33 – Proporção do emprego informal não agrícola por sexo (2017 e 2018)



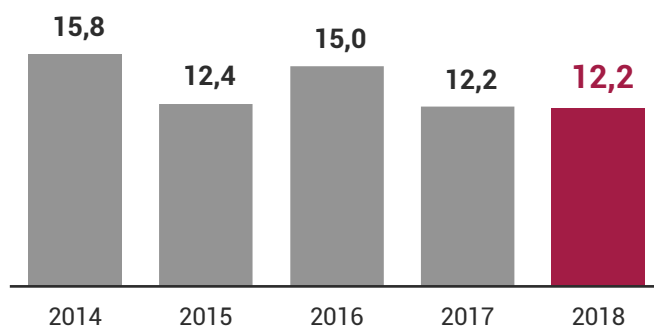
Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho



Indicador 8.5.2: Taxa de desemprego segundo sexo e idade

A taxa de desemprego passou de 15,8%, em 2014, para 12,2%, em 2018, diminuindo 3,6 p. p. nos dois últimos anos, ficando esta taxa situada em 12,2%.

Gráfico 34 – Taxa de desemprego em % (2014-2018)



Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Relativamente à taxa de desemprego, por sexo, verifica-se que ela é maior nos indivíduos do sexo masculino do que nos do sexo feminino no período em estudo, com exceção aos anos de 2016 e de 2017. Em 2018, o desemprego relativamente às mulheres foi de 11,6% e nos homens 12,7%. No que se refere ao desemprego juvenil (15 – 24 anos), a taxa também diminuiu, tendo passado de 32,4%, em 2017, para 27,8%, em 2018, o que representa uma diminuição de 4,6 pontos percentuais.

Tabela 90 – Taxa de desemprego segundo sexo e idade (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	15,8	12,4	15,0	12,2	12,2
15-24	35,8	28,6	41,0	32,4	27,8
25-44	13,8	11,3	11,7	10,4	11,2
45-64	6,6	5,3	3,9	4,8	5,8
65+	0,7	0,5	3,2	0,9	0,0
Masculino	16,3	13,5	12,9	11,8	12,7
15-24	33,8	28,0	31,7	29,5	24,6
25-44	14,2	11,3	10,0	10,1	11,6
45-64	8,7	8,3	5,4	5,0	8,5
65+	1,0	0,3	5,8	0,0	0,0
Feminino	15,2	11,2	17,4	12,8	11,6
15-24	38,5	29,5	52,6	36,4	31,9
25-44	13,4	11,4	13,8	10,7	10,6
45-64	4,0	1,8	2,4	4,6	2,7
65+	0,0	0,8	0,0	1,9	0,0

Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

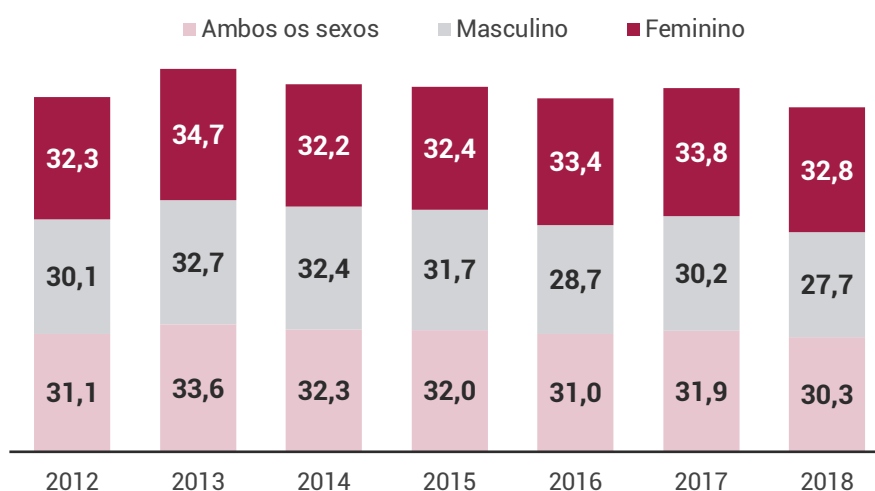


Indicador 8.6.1 Proporção de jovens (15 - 24 anos) fora do sistema educativo e que não exercem nenhuma atividade

Os resultados indicam que 30,3% da população jovem, 15-24 anos, estava fora do sistema educativo e não exercia nenhuma atividade.

Analisando os dados no período em estudo, verifica-se que a maior taxa de jovens dos 15 aos 24 anos fora do sistema educativo se concentra no grupo feminino, exceção feita ao ano de 2014. De frisar ainda que, neste ano de 2014, as taxas no sexo masculino e feminino são praticamente iguais, com apenas 0,2 pontos percentuais de diferenças.

Gráfico 35 – Taxa de Jovens dos 15 a 24 anos fora do sistema educativo (2012-2018)



Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Indicador 8.7.1 - Proporção de crianças de 5 a 17 anos envolvidas em trabalho infantil, por sexo e idade

Em 2013, o último estudo sobre trabalho infantil registou um total de 10. 913 crianças de 5-17 anos a exercer uma atividade económica considerada como trabalho infantil. Estes representam 8,0% do total das crianças na mesma faixa etária. Este fenómeno tem maior incidência na população masculina com 10,0% dos rapazes nesta faixa etária contra 5,9% entre as meninas.

Em termos de género, nota-se uma maior incidência de trabalho infantil nos rapazes (10%) do que nas meninas (5,9%). Importa realçar também uma incidência maior na agricultura e pesca de entre todas as atividades.

Tabela 91 – Proporção de crianças dos 5 aos 17 anos, no trabalho infantil por sexo (2013)

	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino			
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Total	6 873	10,0	4 040	5,9	10 913	8,0

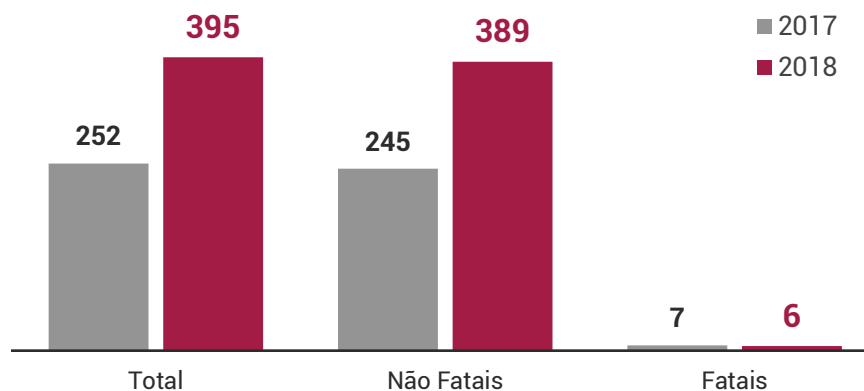
Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho



Indicador 8.8.1 - Taxas de frequência de acidentes de trabalho fatais e não fatais, por sexo e estatuto migratório

Em 2018, do total de acidentes de trabalho por fatalidade, 6 foram fatais e 389 não fatais.

Gráfico 36 – Proporção de acidentes de trabalho fatais por fatalidade 2017-2018



Fonte: Inspeção-Geral do Trabalho

Em relação à ocorrência de acidentes de trabalho por setor de atividade, constatou-se que a Hotelaria/Restauração é o que teve a maior ocorrência de acidentes de trabalho (113) em 2018. Em contrapartida, o setor de atividade da agricultura é o que registou menor número de acidentes de trabalho no mesmo ano.

Tabela 92 – Acidentes de trabalho por setor de atividade (2017- 2018)

Setores	Anos	
	2017	2018
Total	252	395
Construção Civil	50	43
Comércio	32	32
Hotelaria/Restauração	40	113
Indústria	60	91
Metalurgia	24	24
Serviços	35	50
Transportes	7	3
Agricultura	1	1
Outros	3	38

Fonte: Inspeção-Geral do Trabalho



Indicador - 8.8.2 Nível de cumprimento nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base em fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e legislação nacional, por sexo e estatuto migratório

No que diz respeito às conciliações realizadas (contenda laboral), em 2018, verificaram-se 352 greves com acordo (o dobro face a 2017), 114 sem acordo (+ 2 em relação a 2017), 153 pendentes (+ 29 do que em 2017) e 26 ficaram como pré-aviso de greve (+ 7 face a 2017).

Tabela 93 – Número de Conciliações (2016-2018)

Categoria	2016	2017	2018
Com acordo	219	176	352
Sem acordo	358	112	114
Pendentes	77	124	153
Pré-aviso de greve	28	19	26

Fonte: Direção-Geral do Trabalho

Tabela 94 – Número de conciliações com sucesso (impedindo o recurso à greve e/ou outras formas de luta)

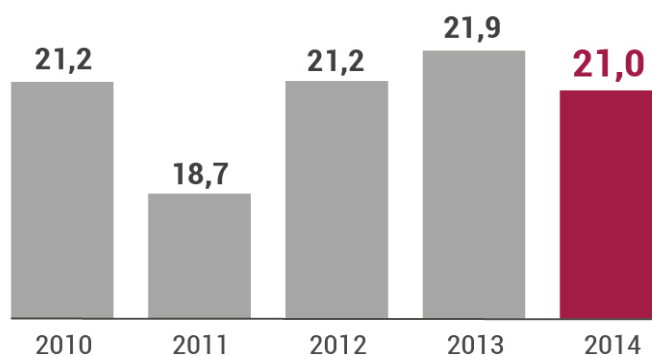
Categoria	2016	2017	2018
Acordados despedimentos individuais	219	176	336
Acordos no pré-aviso de greve	14	18	16

Fonte: Direção-Geral do Trabalho

Indicador 8.9.1- PIB direto do turismo em relação ao PIB total e à taxa de crescimento

Em termos de contribuição da atividade do turismo na economia do país (PIB Total), verificou-se que, em 2014, este contribuiu em 21,0 % no PIB total.

Gráfico 37 – Proporção (%) da atividade do turismo no PIB (2010-2014)



*Dados provisórios para 2012, 2013 e 2014

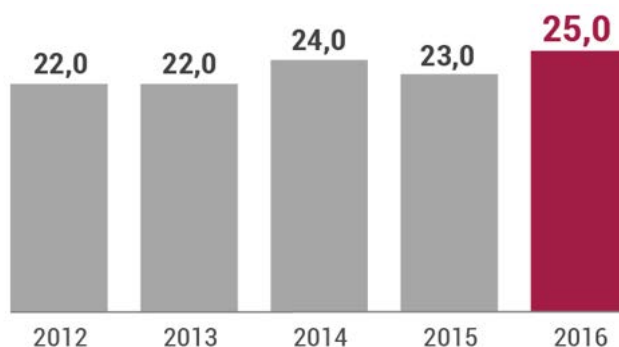
Fonte: INE, Contas Nacionais



Indicador 8.9.2 - Proporção de empregados na atividade do turismo sustentável do total de empregados no turismo

Os dados do gráfico 38 indicam que a percentagem de empregados na atividade de turismo no setor empresarial tem apresentado uma tendência crescente, sendo que, de 2012 a 2016, representou em média 23,2% no total do setor empresarial.

Gráfico 38 – Proporção de empregados na atividade do turismo no setor empresarial (2012-2016)



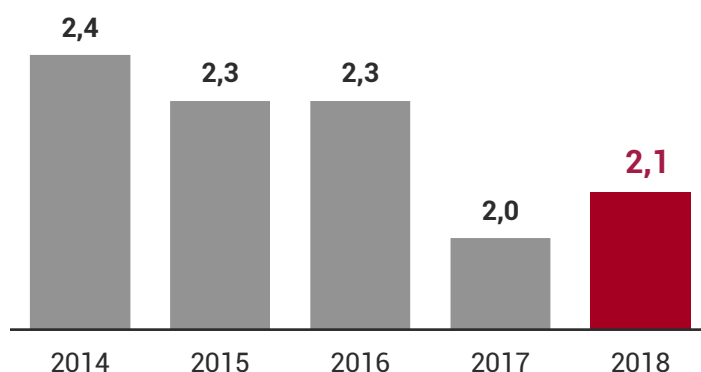
Fonte: INE, Contas Nacionais

Indicador 8.10.1- (a) Número de bancos comerciais por 100.000 adultos e (b) número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100.000 adultos

Os dois indicadores seguintes (8.10.1 (a) e 8.10.1 (b)) foram calculados pelo Banco de Cabo Verde, segundo a metodologia definida pelas Nações Unidas.

De 2014 a 2018, o número de bancos comerciais por 100.000 adultos apresentou um perfil decrescente, sendo que, para o período em análise, a média de bancos comerciais por 100.000 adultos esteve entre 2,2.

Gráfico 39 – Número de bancos comerciais por 100 000 adultos

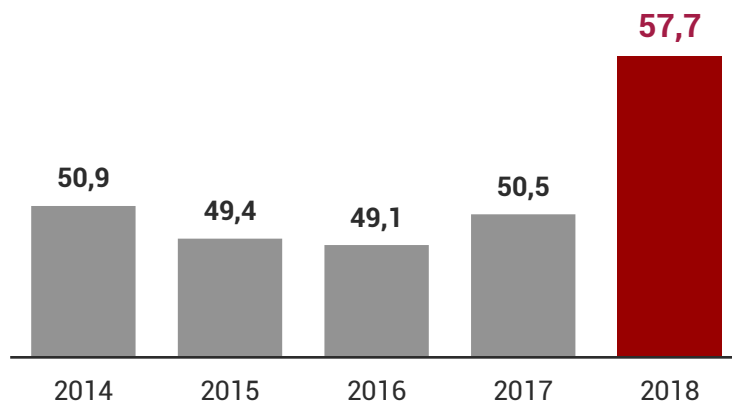


Fonte: Banco de Cabo verde



O rácio de caixas automáticas por 100.000 adultos aumentou 6,8%, passando de 50,9 por 100.000 adultos, em 2013, para 57,7 por 100.000 adultos, em 2018.

Gráfico 40 – Número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100.000 adultos



Fonte: Banco de Cabo verde

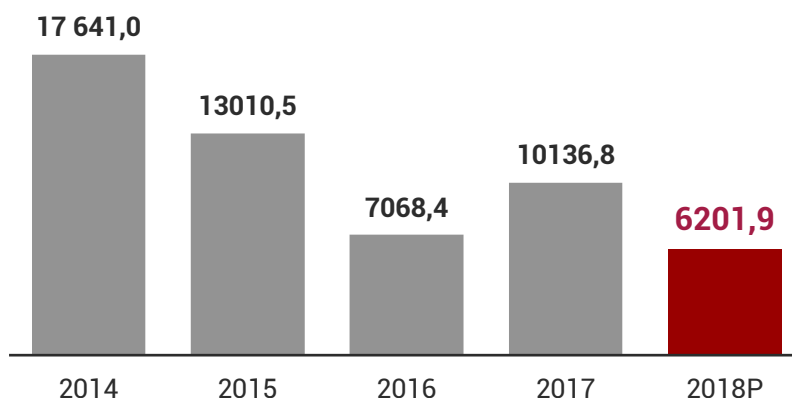
Indicador 8.10.2 Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro

A proporção de adultos de 15 anos ou mais com conta bancária, em 2015, foi de 57%. Os dados são referentes ao inquérito sobre literacia financeira, realizado pelo Banco de Cabo Verde.

Indicador 8.a.1- Auxílios para compromissos comerciais e desembolsos

De 2014 a 2018, constatou-se uma redução de 64,8% nos auxílios para compromissos e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio (cerca de - 11.500 milhões de escudos). Igualmente, de 2017 a 2018, verificou-se uma diminuição na ordem dos 39% (- 3.935 milhões de escudos).

Gráfico 41 – Compromissos e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio em milhões de escudos (2014-2018)



Fonte: Ministério de Finanças

Indicador 8.b.1 - Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens, como uma estratégia distinta ou como parte de uma estratégia nacional de emprego.

Tabela 95 – Programas de estágio profissional (2010-2018)

Programa de estágio profissional	
2013	Carta de política integrada de educação, formação e emprego
2014	Programa de apoio à estratégia nacional para a criação de emprego da OIT
2015	Programa de apoio à estratégia nacional para a criação de emprego da OIT
2016	Plano nacional de emprego; Programa emprego e empregabilidade da cooperação luxemburguesa
2017	Programa de emprego, empregabilidade e inserção de jovens da OIT

Fonte: Direção-Geral do Emprego

OUTROS INDICADORES

Mercado de trabalho

A população economicamente ativa tem oscilado nos últimos cinco anos, tendo diminuído 4,4%, em 2018, enquanto a população inativa aumentou em relação ao ano anterior, passando de 160.157 indivíduos para 177.560, representando um crescimento de cerca de 11%.

Em 2018, dos três setores de atividade económica, pode notar-se que o setor terciário é o que mais mão-de-obra absorveu, com uma média de 66,1% dos ativos empregados. Constata-se que houve um aumento de 1,7 pontos percentuais, comparativamente ao ano de 2017. No setor primário e secundário, houve uma diminuição em 1,9 pontos percentuais e 0,1 pontos percentuais, respetivamente em relação a 2017.

A categoria de profissão com maior grau de empregabilidade, de acordo com os dados de 2018, é o grupo de "Pessoal dos Serviços Pessoais, de Proteção e Seguros e Vendas", com 23,9%, seguido de "Profissões Elementares", com 23,4% e "Operários, Artífices e Trabalhadores Similares", com 15,4%.

A taxa de atividade, em Cabo Verde, reduziu em 59,2%, em 2017, para 55,6%, em 2018, representando uma diminuição de 3,6 pontos percentuais. Relativamente ao sexo, constata-se que esta taxa é maior nos homens (62,5%) do que nas mulheres (48,7%). O concelho com menor taxa de atividade, em 2018, foi o de São Salvador do Mundo (38,7%), enquanto a ilha da Boa Vista apresentou o maior valor (75,8%).

Em termos de meio de residência, verifica-se que, entre 2014 e 2018, a taxa de atividade foi superior no meio urbano do que no meio rural. Em 2018, no meio urbano, esta taxa foi de 60,2%, enquanto no meio rural ficou em 45,7%. Pode constatar-se que nos concelhos de Sal e de São Vicente a taxa de atividade é maior no meio rural.

A maior queda na taxa de atividade é registada no meio urbano, que sofre uma diminuição de 5,2 p.p.: 65,4%, em 2017, para 60,2%, em 2018. O meio rural também sofreu uma diminuição, mas não tão expressiva e passa de 45,8%, em 2017, para 45,7%, em 2018.



Os grupos etários com maior taxa de atividade são o de 35-39 anos, com 78,4%, e o de 25-34 anos, com 73,5%. Entre os jovens de 15-24 anos, a taxa de emprego foi de 32,6%.

Em relação à taxa de ocupação, ou seja, o rácio emprego-população, houve uma diminuição de 3,1 pontos percentuais, em 2018, comparativamente a 2017. Esta diminuição verificou-se tanto nos indivíduos do sexo masculino (3,9 pontos percentuais) como nos do sexo feminino (2,4 pontos percentuais). Ao nível dos concelhos, São Salvador do Mundo apresentou a menor taxa de ocupação, atingindo o valor de 30,9% em 2018.

Contas Nacionais

Contas nacionais anuais

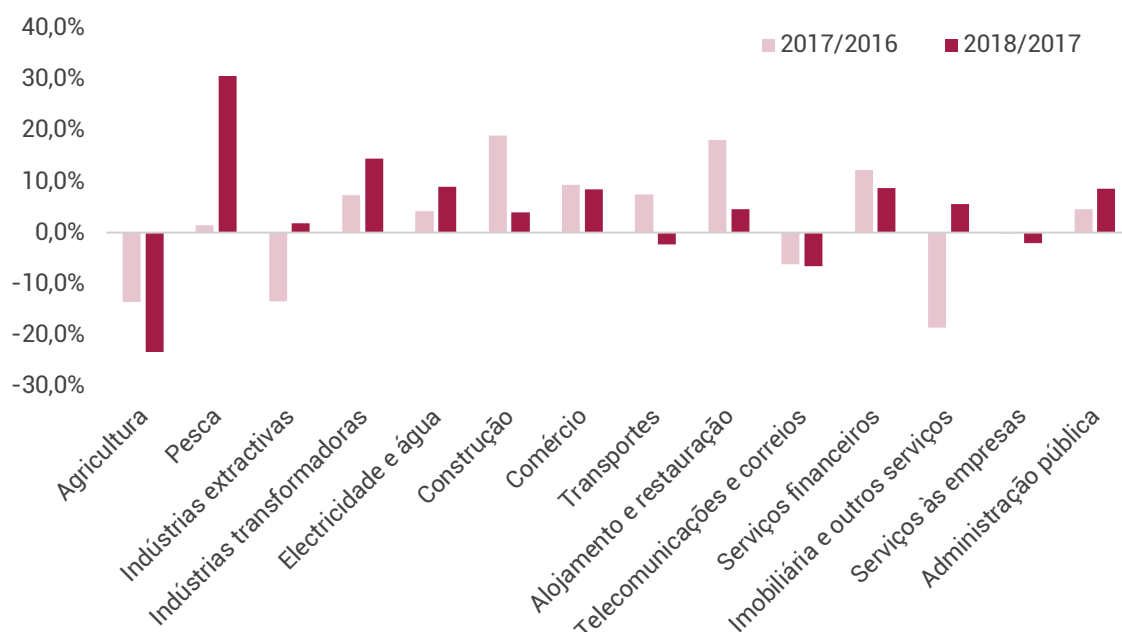
As estimativas disponíveis das contas nacionais trimestrais mostram que, em 2018, o PIB cresceu 6,7%, em termos nominais (corrente), e 5,1%, em termos reais (em volume), relativamente ao ano de 2017.

Esse crescimento é devido, essencialmente, à evolução positiva dos ramos da Indústria Transformadora (14,4%), Eletricidade e Água (8,9%), Serviços Financeiros (8,7%), Administração Pública (8,6%), Comércio (8,5%), e Imobiliária e Outros Serviços (5,6%).

A análise do total do Valor Acrescentado Bruto (VAB) indica um crescimento de 5,3% em valor e 3,7% em volume, enquanto os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos se fixaram nos 15,5% e 14,0% em valor e em volume, respetivamente.

O setor que mais contribuiu para essa evolução foi o dos serviços que, com um peso de cerca de 61,0% na estrutura do PIB, cresceu 5,5% em valor e 4,7% em volume.

Gráfico 42 – Variação acumulada (%) do VAB em volume dos ramos de atividade, (2017-2018)



Fonte: INE, Contas nacionais



Em termos de contribuição para o PIB nominal, nota-se que, em 2018, o setor terciário contribuiu com 60,6%, enquanto os setores primário e secundário contribuíram com 5,6% e 18,9%, respetivamente.

Tabela 96 – Produto Interno Bruto a preços correntes em Milhões de ECV (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018 ^P
Setor Primário	13 089	14 432	13 847	12 185	10 269
Setor Secundário	28 212	28 192	27 808	30 969	34 868
Setor Terciário	94 563	96 043	102 436	105 999	111 873
Total VAB	135 864	138 667	144 090	149 154	157 010
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	18 571	20 032	21 692	23 944	27 652
PIB	154 435	158 699	165 782	173 097	184 661

P-provisórios
Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 97 – Produto Interno Bruto, a preços de mercado (preços do ano anterior), em milhões de ECV (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018 ^P
Setor Primário	13 345	13 931	13 813	12 152	10 108
Setor Secundário	28 051	28 031	28 993	31 370	33 504
Setor Terciário	94 734	93 901	101 591	104 788	110 986
Total VAB	136 130	135 862	144 397	148 310	154 598
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	18 533	20 128	21 770	23 610	27 289
PIB	154 663	155 991	166 167	171 919	181 887

P-provisórios
Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 98 – Produto Interno Bruto encadeado em volume (Preços constantes de 2007) em Milhões de ECV. (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018 ^P
Setor Primário	13 016	13 853	13 259	11 635	9 652
Setor Secundário	23 576	23 425	24 090	27 176	29 400
Setor Terciário	86 417	85 811	90 769	92 854	97 222
Total VAB	122 936	122 934	128 014	131 762	136 572
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	16 065	17 412	18 923	20 596	23 473
PIB	138 898	140 297	146 899	152 337	160 072

P-provisórios
Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 99 – Estrutura do PIB por Setor de Atividade, (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018 ^P
Setor Primário	8,5	9,1	8,4	7,0	5,6
Setor Secundário	18,3	17,8	16,8	17,9	18,9
Setor Terciário	61,2	60,5	61,8	61,2	60,6
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	12,0	12,6	13,1	13,8	15,0
PIB	100	100	100	100	100

P-provisórios
Fonte: INE, Contas nacionais



Tabela 100 – Taxa de variação do PIB nominal e real (2014-2018)

	PIB nominal (%)	PIB real (%)
2014	0,5	0,6
2015	2,8	1,0
2016	4,5	4,7
2017	4,4	3,7
2018^P	6,7	5,1

P-provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

Analisando os dados da tabela 101, nota-se que a contribuição dos setores secundário e terciário aumentou na composição do Valor Acrescentado Bruto (VAB), em 2018, enquanto o setor primário viu a sua contribuição diminuir em 1,7 p.p, quando comparado a 2017.

Tabela 101 – Composição percentual do VAB nominal (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018 ^P
Setor Primário	9,6	10,4	9,6	8,2	6,5
Setor Secundário	20,8	20,3	19,3	20,8	22,2
Setor Terciário	69,6	69,3	71,1	71,1	71,3
Total VAB	100	100	100	100	100

P-provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

De acordo com os dados da tabela 102, constatou-se um aumento do investimento, medido pelo indicador Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), passando de 46.337, em 2013, para 58.526 milhões de escudos, em 2017, o que representa um acréscimo médio de 6,0% por ano.

Relacionando a FBCF com o PIB, nota-se que, no período em análise, a mais alta taxa de investimento para o total de economia ocorreu em 2014, com 34,5%, e a mais baixa, em 2015, que rondou os 29%. Em média, registou-se uma taxa de investimento para o total da economia em torno dos 32%, no período 2013-2017. O consumo final, em 2017, comparativamente ao ano de 2013, obteve um aumento, passando de 127.167, em 2013, para 144.093 milhões de escudos, em 2017, representando um crescimento médio de 3,2% por ano. De igual modo, a poupança teve um aumento de 4,6% no mesmo período.

Tabela 102 – Formação Bruta de Capital fixo em percentagem do PIB (a preços de mercado) (FBCF / PIB) e Despesas de consumo final em percentagem do PIB (CF / PIB), (2013-2017)

	FBCF	CF	PIB	FBCF/PIB (%)	CF / PIB (%)
2013	46 337	127 167	153 723	30,1	82,7
2014	53 317	128 676	154 436	34,5	83,3
2015	45 681	133 410	158 699	28,8	84,1
2016	54 886	133 415	165 782	33,1	80,5
2017	58 526	144 093	173 097	33,8	83,2

Fonte: INE, Contas nacionais



Tabela 103 – Rendimento disponível bruto (RNDB), Rendimento disponível bruto *per capita* e Poupança Nacional (2012-2016)

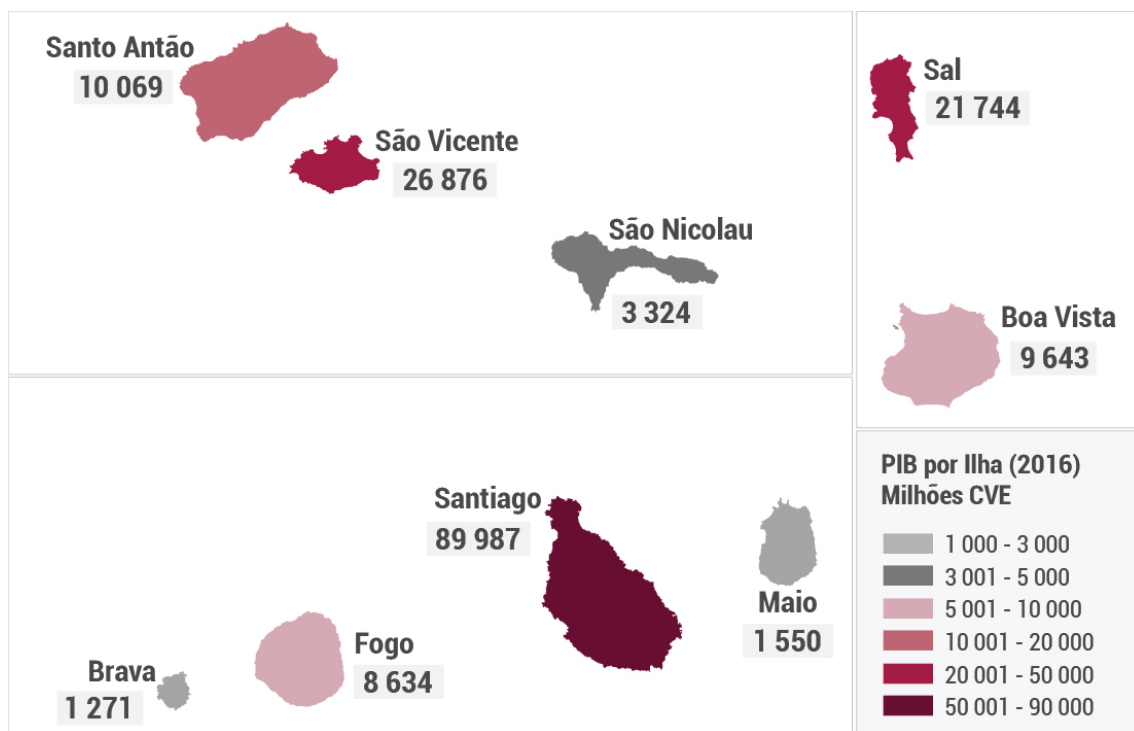
	RNDB (Milhões de ECV)	RNDB <i>per capita</i> US\$	Poupança nacional	
			Valor (Milhões de ECV)	(%)
2013	171 151	4 023	43 985	25,7
2014	168 783	3 919	40 107	23,8
2015	178 174	3 416	44 664	25,1
2016	186 172	3 515	52 757	28,3
2017	196 813	3 740	52 720	26,8

Fonte: INE, Contas nacionais

Produto Interno Bruto por Ilha

De 2013 a 2017, o PIB apresentou uma taxa de variação média anual positiva nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Santiago e Fogo e negativa no Maio. A ilha do Sal apresentou uma taxa de variação média anual de 7,9%. Em termos de participação relativa, nota-se que a ilha de Santiago contribuiu com 52,0% para o PIB de 2017, seguida de São Vicente, com 15,5%, e do Sal com 12,6%, o que corresponde a uma contribuição conjunta dessas três ilhas em cerca de 80,1%.

Figura 19 – PIB a preços correntes (Milhões de ECV), por Ilha (2017)



Fonte: INE, Contas nacionais



Tabela 104 – PIB por Ilha (em milhões de ECV) (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	153 723	154 436	158 699	165 782	173 097
Santo Antão	9 241	9 342	8 963	9 440	10 069
S. Vicente	23 622	24 648	25 308	24 612	26 876
S. Nicolau	3 174	3 305	3 115	2 992	3 324
Sal	16 059	16 057	16 733	24 308	21 744
Boa Vista	7 854	7 693	6 766	7 549	9 643
Maio	1 798	1 621	1 421	1 471	1 550
Santiago	83 238	83 021	87 129	86 312	89 987
Fogo	7 517	7 446	7 961	7 934	8 634
Brava	1 220	1 303	1 303	1 165	1 271

Fonte: INE, Contas nacionais

De acordo com os dados da tabela 105, o PIB *per capita* de Cabo Verde passou de 300.139, em 2013, para 321.945 escudos, em 2017, representando um crescimento médio anual de 1,8%. Nesse período, todas as ilhas apresentaram taxas de variação médias anuais positivas do seu PIB *per capita* com destaque para as de Santo Antão (3,8%) e Fogo (4,2%). As demais ilhas apresentaram taxas negativas, tendo a da Boa Vista (-2,3%) e a do Maio (-4,3%).

Em 2016, a ilha do Sal detinha o maior PIB *per capita* do país, seguida da Boa Vista, situação que se manteve de 2016 para 2017. Porém, é de destacar que, em 2017, se verificou um aumento expressivo do PIB *per capita* na Boa Vista de 19,4% e uma redução do PIB *per capita* no Sal de 14,2%. Efetivamente, são duas ilhas em que o turismo tem maior dinamismo. O PIB *per capita* de 591.369 escudos, obtido no Sal, em 2017, é mais de duas vezes e meia o valor registado no Maio (217.988 escudos) nesse mesmo ano. Esta constatação indica nitidamente a existência de fortes assimetrias regionais, em termos de crescimento económico no país.

Tabela 105 – PIB per capita (em ECV), por ilha (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	300 139	297 870	302 381	312 067	321 945
Santo Antão	220 754	226 790	221 060	236 453	256 046
S. Vicente	298 107	307 561	312 391	300 644	325 054
S. Nicolau	251 850	264 177	250 749	242 455	271 167
Sal	523 864	498 558	495 827	689 219	591 369
Boa Vista	637 904	575 090	468 225	485 980	580 162
Maio	259 378	233 294	203 553	209 168	217 988
Santiago	290 601	286 019	296 222	289 619	298 066
Fogo	207 005	206 444	222 146	222 736	243 789
Brava	209 532	226 168	228 598	206 622	227 817

Fonte: INE, Contas nacionais

Empresas

Os recenseamentos, por serem operações exaustivas, permitem disponibilizar informação a níveis geográficos mais detalhados. Na tabela que se segue, pode observar-se os concelhos com maior concentração de empresas, do pessoal ao serviço e do volume de negócios.

Tabela 106 – Número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios por concelho nos dois últimos recenseamentos empresarias (2012 e 2017)

Concelho	Empresas (Efetivo)		Pessoas ao Serviço (Efetivo)		Volume de Negócios (milhões de ECV)	
	RE 2012	RE 2017	RE 2012	RE 2017	RE 2012	RE 2017
Ribeira Grande de Santo Antão	356	354	789	1 488	1 504 562	2 316 864
Paul	139	113	226	363	309 764	488 829
Porto Novo	306	297	803	1 023	1 532 160	1 744 440
S. Vicente	1 808	1 999	12 256	16 077	72 153 694	76 099 854
Ribeira Brava	203	172	432	509	645 971	565 806
Tarrafal de S. Nicolau	125	112	280	393	537 075	473 603
Sal	910	1 148	7 508	13 232	38 909 672	60 497 933
Boa Vista	373	599	1 965	5 231	7 687 565	8 962 733
Maio	211	123	458	441	688 405	470 309
Tarrafal	264	269	539	984	605 236	714 649
Santa Catarina	527	517	1 313	2 154	2 139 356	2 865 823
Santa Cruz	261	256	713	807	557 125	557 749
Praia	2 485	2 812	21 231	24 689	119 503 563	115 608 331
S. Domingos	157	152	414	604	828 073	1 165 239
S. Miguel	183	150	386	552	450 453	597 860
S. Salvador do Mundo	54	79	90	223	34 087	98 988
S. Lourenço dos Órgãos	64	58	159	194	139 449	113 054
Ribeira Grande de Santiago	68	86	173	715	190 281	239 861
Mosteiros	158	157	263	418	269 251	249 102
S. Filipe	325	293	1 026	1 249	1 722 031	1 938 712
Santa Catarina do Fogo	71	85	123	212	88 463	113 810
Brava	129	101	264	332	325 569	370 843
Total	9 177	9 932	51 411	71 890	250 821 807	276 254 394

Fonte: INE, IVº RE 2012; Vº RE 2017

Preços

A variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) é interpretada como um indicador da inflação e permite aferir sobre a evolução do custo de vida no país. O IPC foi de 120,3, em 2018, e 118,8, em 2017, apresentando uma variação média anual de 1,3%, o que indica que o país teve, em 2018, uma subida nos preços das classes de produtos com maior peso no cabaz do consumidor.

Tabela 107 – Índice de Preços no consumidor, taxa de inflação – Base 2007 (2014-2018)

	Índice (IPC)	Taxa de Inflação
2014	119,4	-0,2
2015	119,6	0,2
2016	117,9	-1,4
2017	118,8	0,8
2018		
Cabo Verde	120,3	1,3
01 - Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	123,4	0,4
02 - Bebidas alcoólicas e tabaco	129,3	1,7
03 - Vestuário e calçado	120,0	-1,3
04 - Rendas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	114,3	2,4
05 - Acessórios, equipamento doméstico, manutenção corrente da habitação	133,6	1,3
06 – Saúde	126,2	1,9
07 – Transportes	110,9	4,00
08 – Comunicações	79,8	0,2
09 - Lazer, recreação e cultura	95,9	1,5
10 – Ensino	100,9	2,00
11 - Hotéis, restaurantes, cafés e similares	139,1	1,3
12 - Bens e serviços diversos	150,7	1,9

Fonte: INE, Estatísticas de preços



Setor Monetário e Financeiro

Os depósitos bancários mantiveram a tendência de abrandamento do crescimento que vem registando desde 2017. Cresceram 1,8%, em 2018, menos 5,6 pontos percentuais que em 2017. O abrandamento resultou do decréscimo dos depósitos dos emigrantes em 1,2% e da forte desaceleração do crescimento de outros depósitos. Os depósitos a prazo em moeda nacional recuperaram, ao crescerem 1,1%, depois de terem registado uma redução de 3,3% em 2017.⁵

Tabela 108 – Depósitos bancários em milhões de ECV (2014-2018)

	Depósitos			
	Total	Depósitos de Emigrantes e a prazo em Moeda Nacional dos quais:		Outros Depósitos
		Emigrantes	a prazo em Moeda Nacional	
2014	132 268	46 944	33 415	51 909
2015	140 659	49 754	36 010	54 896
2016	154 062	52 160	39 023	62 879
2017	165 460	51 747	37 747	75 965
2018	168 423	51 103	38 178	79 142

Fonte: Banco de Cabo Verde

O crédito interno líquido cresceu a um ritmo menos acelerado em 2018 (2,9%) quando comparado ao ano anterior (6,3%), devido à desaceleração do ritmo de crescimento do crédito à economia de 7,5% para 2,8%. Não obstante, o crescimento do crédito líquido ao SPA acelerou de 2,4% para 2,9%.

Tabela 109 – Crédito bancário em milhões de ECV (2014-2018)

	Crédito Interno Líquido		
	Total	Crédito Líquido SPA	Crédito à Economia
2014	123 689	29 347	94 342
2015	126 413	29 494	96 919
2016	131 083	30 685	100 398
2017	139 328	31 431	107 897
2018	143 299	32 342	110 957

SPA – Setor Público Administrativo

Fonte: Banco de Cabo verde

As taxas de juro⁶ das operações bancárias apresentaram ligeiras oscilações nos últimos anos. Em 2018, as taxas com maturidade de 181 dias a 1 ano das operações de crédito aumentaram em 0,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior, enquanto as com maturidade de 1 a 2 anos reduziram 1,3 pontos percentuais.

⁵ Outros depósitos incluem os depósitos à ordem em moeda nacional, depósitos em divisas de residentes e outros quase depósitos.

⁶ A partir de 5 de fevereiro de 1996, as taxas de juro foram completamente liberalizadas. Antes da liberalização, as taxas praticadas nas contas de emigrantes (em ECV) eram iguais às taxas dos residentes, acrescidas de uma margem de 0,5%



Por sua vez, as taxas das operações de depósitos com maturidade de 181 dias a 1 ano, 1 a 2 anos e de emigrantes reduziram em 0,8, 0,7 e 0,8 pontos percentuais, respetivamente.

Tabela 110 – Taxas de juro, médias ponderadas em % (2014-2018)

	Taxa de Juros				
	Crédito		Depósitos		
	181 dias - 1 ano	1 - 2 anos	Residentes (181 dias - 1 ano)	Residentes (1 - 2 anos)	Emigrantes (181 dias - 1 ano)
2014	8,9	11,0	4,4	4,8	4,2
2015	8,7	10,4	4,3	4,6	4,2
2016	8,7	9,8	3,9	4,2	4,0
2017	7,4	10,0	3,4	3,7	3,6
2018	8,2	8,7	2,6	3,0	2,8

Fonte: Banco de Cabo Verde

A redução das disponibilidades líquidas sobre o exterior e o crescimento contido do crédito à economia explicam a moderação da oferta de moeda.

Em 2018, a massa monetária cresceu 1,7% em termos homólogos, abaixo do crescimento registado em 2017 em 4,9 pontos percentuais, reflexo, em grande medida, da redução dos ativos externos dos bancos comerciais e da desaceleração do crescimento do crédito ao setor privado.

Tabela 111 – Síntese Monetária (2014-2018)

	Ativos Externos Líquidos			Ativo Interno Líquido	Outros Ativos Líquidos	Massa Monetária
	Total	Banco de Cabo Verde	Bancos Comerciais			Total
2014	44 061	46 366	-2 304	101 944	-21 745	146 005
2015	49 950	50 018	-69	104 637	-21 776	154 586
2016	59 264	59 717	-453	108 245	-22 838	167 510
2017	60 600	56 992	3 608	117 968	-21 361	178 568
2018	56 649	58 242	-1 592	124 945	-18 355	181 594

Fonte: Banco de Cabo Verde



Atividade da rede vint4

A evolução dos meios e instrumentos de pagamentos em Cabo Verde tem sido marcada por uma alteração contínua no comportamento associado a pagamentos, facto evidente na mudança do padrão de utilização destes instrumentos nos últimos 10 anos, com uma clara preferência pelos instrumentos eletrónicos.

O rácio de caixas automáticas por 10.000 habitantes aumentou ligeiramente em 2018, tendo-se situado nos 3,5. O número de cartões da rede vint4 emitidos aumentou 10%, passando de 223.950, em 2017, para 246.611 unidades, em 2018.

Tabela 112 – Caixas automáticas por 10 000 habitantes e cartões produzidos, (2014-2018)

	Caixas automáticas por 10.000 hab.	Nº de cartões Vint4 emitidos
2014	3,3	177 861
2015	3,2	188 581
2016	3,2	200 636
2017	3,3	223 950
2018	3,5	246 611

Fonte: Banco de Cabo Verde e SISP

Em 2018, o ritmo de crescimento das transações com cartão vint4 registou um abrandamento em quantidade (7,3%) e em valor (8,1%), face a 2017 (quando cresceu 17,5% e 13%, respetivamente).

Por sua vez, as transações, com cartão visa, cresceram cerca de 21,3% e 21,7% em quantidade e valor em 2018.

Tabela 113 – Transações com cartão de débito nos terminais de caixa automática (ATM) e dos terminais de pagamento automático (POS) em Milhões de ECV, (2014-2018)

	2014		2015		2016		2017		2018	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Com Cartão Vint4	12 300 308	47 374	14 450 183	56 200	17 286 476	64 493	20 313 629	72 845	21 800 158	78 759
Levantamentos	5 264 674	25 695	5 559 633	29 141	5 950 881	30 974	6 390 768	33 135	6 876 073	35 897
Transferências	30 219	849	36 135	1 086	44 931	1 328	55 919	1 609	74 188	2 342
Carregamento móvel	891 515	333	765 262	323	675 425	259	631 447	278	486 978	276
Pagamentos de serviços	13 783	171	27 733	814	65 190	1 388	78 244	1 731	105 266	1 847
Pagamento nos POS	6 100 117	20 326	8 061 363	24 836	10 550 049	30 543	13 157 251	36 092	15 594 950	41 528
Com Cartão Internacional	444 521	9 030	510 013	6 313	620 521	7 382	770 552	9 086	934 520	11 057
Levantamentos	288 010	3 351	307 288	3 705	357 650	4 261	404 793	4 961	442 242	5 511
Pagamento nos POS	156 511	1 971	202 725	2 608	262 871	3 121	365 759	4 125	492 278	5 546

Fonte: SISP

Em 2018, a rede bancária contava com sete instituições de crédito, 119 agências/balcões (mais sete agências face a 2017), e 191 caixas ATM (mais 12 face a 2017) e 7.121 terminais POS (menos 1.112 face a 2017).

Por sua vez, as transações com cartão de débito nos terminais POS aumentaram 32% face a 2017 e as com ATM 25%.



Tabela 114 – Estatísticas financeiras, (2014-2018)

Ano	Rede Vinti4					
	Instituições de Crédito	Balcões/Agências	Caixa ATM	Terminal POS	Transações com Cartão de Débito (milhões de ECV) *	
	Nº	Nº	Nº	Nº	POS	ATM
2014	8	114	171	4 324	20 277	28 546
2015	8	116	169	5 167	28 852	30 866
2016	8	117	171	6 395	30 569	33 413
2017	7	112	179	8 233	36 352	36 094
2018	7	119	191	7 121	47 822	45 013

Notas: inclui levantamento (ATM), transferências, pagamentos de serviços, carregamento telemóvel e outras operações.

Fonte: Banco de Cabo Verde

Setor Externo

As contas externas registaram um comportamento favorável em 2018. A redução do défice da balança corrente, na ordem dos 35%, foi determinante para o comportamento positivo das contas externas. Por seu turno, a redução do défice da balança comercial (de bens e serviços) em 8% em 2018 (depois de ter aumentado 31,4% em 2017) explica, em larga medida, a melhoria da balança corrente.

O défice da balança de rendimentos primários, também, diminuiu cerca de 27%, em resultado da redução dos juros pagos pelos bancos por passivos constituídos junto a não residentes e dos dividendos distribuídos aos investidores externos, estes últimos, em larga medida, devido à dissipação do efeito de repatriamento de reservas constituídas em anos anteriores.

Ao contrário das balanças de bens, serviços e rendimento primário, a de rendimento secundário teve um contributo nulo para o desempenho da balança corrente.

O excedente da balança de capital conheceu uma redução de 1.748 para 1.436 milhões de escudos, devido ao término da execução dos projetos financiados pelo Millenium Challenge Corporation dos EUA.

A redução das necessidades de financiamento da economia foi acompanhada por um agravamento do défice da balança financeira em 26%.

A diminuição dos ativos externos líquidos do país resultou da desmobilização das aplicações externas dos bancos, num contexto de redução das rendibilidades dos depósitos a prazo no exterior e de melhoria das perspetivas macroeconómicas e da perceção do risco de crédito no país.



Tabela 115 – Balança de Pagamentos, (2014-2018)

	Balança Corrente				Balança de Capital e Financeira		Erros e Omissões	Balança Global
	Total	Bens e Serviços	Rendimento Primário	Rendimento Secundário	Balança de Capital	Balança Financeira		
2014	-13 963	-28 310	-7 692	22 039	659	-22 762	-1 614	7 845
2015	-5 317	-24 692	-5 870	25 244	1 884	-11 676	-4 720	3 524
2016	-6 345	-28 359	-5 909	27 923	1 263	-14 393	-168	9 143
2017	-13 736	-37 259	-5 965	29 488	1 748	-10 850	-54	-1 192
2018	-8 932	-34 299	-4 356	29 723	1 436	-13 653	-5 236	921

Nota: Estatísticas da Balança de Pagamentos, compiladas de acordo com a metodologia da 6ª edição do Manual de Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional do Fundo Monetário Internacional; Dados sujeitos a revisão.

Fonte: Banco de Cabo Verde

As remessas de emigrantes recuperam, tendo crescido 2%, em 2018, face à queda de 0,5%, em 2017. A maior parte das remessas recebidas (cerca de 73% do total) foram provenientes de Portugal, da França e dos EUA.

Tabela 116 – Remessa de emigrantes em divisas por país de residência em milhões de ECV (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	14 764	17 260	18 185	18 095	18 429
Alemanha	180	209	559	148	142
Angola	68	74	98	134	90
Espanha	217	280	388	398	409
EUA	2 153	2 581	3 632	3 620	3 796
França	3 145	3 735	3 827	4 328	4 372
Itália	883	1 095	1 224	938	913
Luxemburgo	423	578	652	766	763
Países Baixos	1 501	1 426	1 041	1 076	1 073
Portugal	4 785	5 537	5 238	5 155	5 330
Reino Unido	322	353	200	212	204
Suíça	526	651	511	554	540
Outros	562	742	816	765	797

Fonte: Banco de Cabo Verde

Relativamente aos países europeus, no período em análise, as remessas provenientes da Área do Euro ascenderam a 75% do total.

Tabela 117 – Remessa dos emigrantes provenientes dos países Europeus (2014-2018)

	Países Europeus	
	Valor (Milhões ECV)	Peso no total (%)
2014	11 981	81%
2015	13 863	80%
2016	13 639	75%
2017	13 576	75%
2018	13 747	75%

Fonte: Banco de Cabo Verde

Finanças Públicas

De modo geral, a receita total aumentou 12,2%, de 2016 a 2017, justificada, essencialmente, pelo acréscimo dos impostos (11,1%), da segurança social (8,4%) e das transferências (41,8%). De realçar ainda que, no período de 2013 a 2017, a receita total registou um crescimento médio anual de 7,0%.

Tabela 118 – Receitas Públicas - Valores acumulados em milhões de ECV (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Impostos	28 099,5	27 060,6	30 516,4	32 275,0	35 842,2
Impostos sobre o rendimento	8 595,7	7 748,0	9 669,3	10 049,0	11 292,1
Impostos sobre bens e serviços	13 135,6	12 869,9	14 047,0	14 940,5	16 785,5
Impostos sobre transações internacionais	5 699,7	5 754,4	6 081,6	6 813,0	7 223,6
Outros impostos	668,0	688,4	718,6	472,1	541,0
Segurança Social	43,1	55,7	45,7	55,7	60,4
Transferências	4 023,6	2 786,9	3 958,3	4 507,2	6 389,3
Outras Receitas	5 550,2	5 424,2	8 157,1	7 269,7	7 212,7
Rendimentos de propriedade	476,1	209,2	1 021,8	1 082,7	976
Venda de bens e serviços	3 896,7	4 009,7	4 651,8	5 041,6	5 189,2
Multas e outras penalidades	510,9	706,2	404,2	678,8	497,7
Outras transferências	31,9	128,1	36,0	34,9	28,3
Outras receitas diversas e não especificadas	634,5	371,0	2 043,3	431,8	521,5
Receitas totais	37 716,4	35 327,4	42 677,7	44 107,5	49 504,6

Fonte: Ministério das Finanças

No que diz respeito a despesas, verificou-se um aumento de 2,7% em 2017, face ao período anterior, provocado pela subida das seguintes rubricas, transferências correntes (22,6%), juros correntes (7,1%), benefícios sociais (7,3%) e despesas com pessoal (2,9%). De frisar ainda que, no período em análise, se registou um crescimento médio anual de 6,0%.



Tabela 119 – Despesas Públicas - Valores acumulados em milhões de ECV (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas com Pessoal	16 600,7	17 171,5	17 529,9	18 364,7	18 890,9
Remunerações Certas e Permanente	15 666,9	16 027,9	16 345,4	17 133,5	17 609,2
Segurança Social	933,8	1 143,6	1 184,6	1 231,2	1 281,7
Aquisição de bens e serviços	5 061,5	5 744,1	7 433,3	7 562,7	6 960,6
Juros correntes	3 383,3	3 444,0	4 134,2	4 223,1	4 523,5
Dívida externa	1 438,2	1 518,3	1 723,5	1 747,7	1 789,9
Dívida interna	1 877,7	1 909,7	2 374,0	2 455,4	2 683,6
Outros Encargos	67,3	16,0	36,7	20,0	49,9
Subsídios	101,0	106,5	161,3	167,0	124,1
Transferências correntes	4 074,5	4 389,2	4 754,7	4 895,4	6 001,3
Para Governos estrangeiros	223,4	108,9	142,4	220,5	68,4
Organismos Internacionais	247,6	80,0	153,3	110,3	234,6
Administração pública	3 603,4	4 200,4	4 459,0	4 564,7	5 698,4
Benefícios Sociais	4 150,4	4 347,9	4 735,1	5 165,0	5 541,2
Outras despesas correntes	2 052,7	2 339,1	2 319,6	3 189,1	2 718,2
Despesas	35 424,1	37 542,3	41 068,1	43 566,9	44 759,7
Valor a regularizar					
Pagamento por conta dos Fundos	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesas totais	35 424,1	37 542,3	41 068,1	43 566,9	44 759,7

Fonte: Ministério das Finanças

Tabela 120 – Resumo das Operações Financeiras do Estado - Valores acumulados em milhões de ECV (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas totais	37 716,4	35 327,4	42 677,7	44 107,5	49 504,6
Receitas Correntes	33 947,2	32 835,2	39 348,6	40 193,6	43 590,1
Receitas De Capital	3 769,2	2 492,2	3 329,1	3 913,9	5 914,5
Despesas totais	35 424,1	37 542,4	41 068,1	43 566,9	44 759,7
Despesas de funcionamento	30 953,4	32 044,2	34 333,5	36 353,8	38 013,9
Despesas correntes de investimento	4 470,7	5 498,2	6 734,6	7 213,1	6 745,8
Resultado Operacional Bruto	2 292,4	-2 215,0	1 609,6	540,6	4 744,9
Ativos não Financeiros	16 601,0	9 540,8	8 838,6	5 571,8	9 890,1
Compra de ativos não financeiros	16 614,6	9 850,4	9 122,5	5 610,0	10 058,6
Venda de ativos não financeiros	13,6	309,6	283,8	38,2	168,5
Saldo Global	-14 308,6	-11 755,8	-7 229,1	-5 031,3	-5 145,2
Financiamento	14 090,0	11 606,3	7 359,2	3 530,3	6 582,3
Ativos Financeiros	-6 817,2	-5 035,8	-5 091,6	-5 694,1	-615,1
Passivos Financeiros	20 907,2	16 642,0	12 450,9	9 224,4	7 197,4
Interno líquido	1 199,2	1 037,1	1 872,0	4 770,1	273,4
Externo líquido	19 707,9	15 604,9	10 578,9	4 454,4	6 924,0
Diferencial de financiamento/ discrepância	-218,6	-149,5	130,2	-1 500,9	1 437,1

Fonte: Ministério das Finanças



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2018



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 (ODS 9) aborda, principalmente, o desenvolvimento da indústria, da inovação e da geração de valor. Para tanto, a infraestrutura é questão básica de suporte. O desenvolvimento tecnológico e a diversificação industrial têm papel central neste objetivo, uma vez que possibilita o ganho de eficiência na produção.



ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

Neste tema, para além dos indicadores referentes ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 (ODS 9), são também incorporadas as estatísticas relacionadas com os subtemas indústria e comércio interno, por forma a permitir uma análise mais profunda das características de cada setor e, ao mesmo tempo, conhecer a evolução dos indicadores mais pertinentes.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 (ODS 9) aborda, principalmente, o desenvolvimento da indústria, da inovação e da geração de valor. Para tanto, a infraestrutura é questão básica de suporte. O desenvolvimento tecnológico e a diversificação industrial têm um papel central neste objetivo, uma vez que possibilitam o ganho de eficiência na produção.

Indicador 9.1.2. Passageiros e cargas/mercadorias transportados por modalidade de transporte

Transporte Terrestre

Em termos absolutos, em 2018, registaram-se 18.367.444 passageiros transportados nos autocarros em Cabo Verde, portanto, 1.681.378 passageiros transportados a mais do que em 2017.

Figura 20 – Movimento de passageiros transportados nos autocarros (2015-2018)



Fonte: Direção-Geral de Viação e Segurança Rodoviária



Transporte Marítimo

O movimento de passageiros nos portos nacionais aumentou em 9,2%, passando de 839 797, em 2017, para 917 305, em 2018. No mesmo período, verificaram-se aumentos de passageiros, tanto no embarque (9,5%) como no desembarque (8,9%).

Tabela 121 – Movimento de passageiros nos portos nacionais

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	797 687	756 915	813 687	839 797	917 305
Desembarcados	399 864	377 866	408 768	420 479	458 017
Embarcados	397 823	379 049	404 919	419 318	459 288

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos

O movimento de mercadorias nos portos nacionais manteve o registo de crescimento verificado nos últimos anos, atingindo 2.300.634 toneladas em 2018 (+14,1%). Verificou-se que a maior parte das mercadorias movimentadas nos portos estava associada ao desembarque (78,2%), valor coerente com a estrutura da economia nacional, fortemente dependente da importação de bens. O movimento de desembarque e do embarque aumentou, respetivamente, 14,7% e 12,3% no período em análise.

Tabela 122 – Movimento de cargas/mercadorias nos portos nacionais

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	1 627 573	1 674 783	1 802 647	2 015 667	2 300 634
Carregamento	327 239	338 268	386 312	446 349	501 258
Descarregamento	1 300 334	1 336 515	1 416 335	1 569 318	1 799 376

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos



Transporte Aéreos

Foram registados 2.702.232 passageiros movimentados nos aeroportos e aeródromos nacionais em 2018, refletindo um aumento de 2,0% relativamente a 2017. O movimento de passageiros nos voos internacionais aumentou 5,7% e nos domésticos registou um decréscimo (-4,8%), passando dos 929.595, em 2017, para 884.784, em 2018.

Tabela 123 – Movimento de passageiros, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos

	Natureza	2014	2015	2016	2017	2018
Total	Doméstico	713 072	698 785	764 285	929 595	884 784
	Internacional	1 202 213	1 288 097	1 451 607	1 719 636	1 817 448
	Total	1 915 285	1 986 882	2 215 892	2 649 231	2 702 232
AIAC - Sal	Doméstico	165 187	163 061	161 116	181 670	183 405
	Internacional	555 415	617 677	753 580	911 119	1 001 231
	Total	720 602	780 738	914 696	1 092 789	1 184 636
AIPNM - Praia	Doméstico	254 292	250 726	286 083	370 425	367 897
	Internacional	232 096	246 511	236 501	291 931	269 443
	Total	486 388	497 237	522 584	662 356	637 340
AIAP - Boa Vista	Doméstico	53 316	56 955	65 382	79 084	69 387
	Internacional	360 890	365 068	399 667	433 694	456 393
	Total	414 206	422 023	465 049	512 778	525 780
AICE - S. Vicente	Doméstico	155 121	149 769	157 563	183 329	159 903
	Internacional	53 812	58 841	61 859	82 892	90 381
	Total	208 933	208 610	219 422	266 221	250 284
AD - Fogo	Doméstico	51 818	46 921	55 168	72 949	66 810
AD - S. Nicolau	Doméstico	22 068	21 570	26 476	27 038	23 536
AD - Maio	Doméstico	11 270	9 783	12 497	15 100	13 846

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Em 2018, no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na ilha do Sal, observou-se 43,8% dos movimentos de passageiros (1.184.636) e 39,4% dos de aeronaves. O aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela registou o movimento de 9.949 aeronaves e 637.340 passageiros, menos 11,5% e menos 3,8%, respetivamente, do que no ano anterior.

O tráfego aéreo internacional concentrou 67,3% dos movimentos de passageiros e 50,6% dos de aeronaves.



O movimento de aeronaves nos aeroportos e aeródromos nacionais diminuiu relativamente ao ano anterior, tendo sido registados 34.077 movimentos (-5,9%).

Tabela 124 – Movimento de aeronaves, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos

	Natureza	2014	2015	2016	2017	2018
Total	Doméstico	15 533	14 901	15 920	20 483	16 824
	Internacional	12 630	12 789	14 289	15 729	17 253
	Total	28 163	27 690	30 209	36 212	34 077
AIAC - Sal	Doméstico	3 808	3 692	3 655	4 240	3 455
	Internacional	6 247	6 333	7 509	8 239	9 974
	Total	10 055	10 025	11 164	12 479	13 429
AIPNM - Praia	Doméstico	5 049	4 858	5 576	7 926	6 990
	Internacional	2 980	3 030	3 065	3 310	2 959
	Total	8 029	7 888	8 641	11 236	9 949
AIAP - Boa Vista	Doméstico	1 507	1 509	1 508	1 608	1 240
	Internacional	2 839	2 803	3 092	3 400	3 494
	Total	4 346	4 312	4 600	5 008	4 734
AICE - S. Vicente	Doméstico	2 966	2 914	3 273	4 366	3 068
	Internacional	564	623	623	780	826
	Total	3 530	3 537	3 896	5 146	3 894
AD - Fogo	Doméstico	1 367	1 184	1 052	1 418	1 269
AD - S. Nicolau	Doméstico	538	492	604	574	482
AD - Maio	Doméstico	298	252	252	351	320

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

O movimento de cargas nos aeroportos e aeródromos nacionais continuou a decrescer em 2018 (-38,4%), mais acentuadamente que nos anos anteriores (-22,3% em 2017 e -3,3% em 2016). O Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela assegurou 46,8% do total de cargas movimentadas, enquanto o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral – Sal 32,7%.



No tocante ao movimento de correios, registou-se, em 2018, um incremento na ordem dos 3,6%. Notou-se ainda, no mesmo período, uma variação positiva nos movimentos dos correios nos voos internacionais (10,7%) e uma variação negativa nos domésticos (-1,3%).

Tabela 125 – Movimento de cargas (em Kg), por aeroportos

	Natureza	2014	2015	2016	2017	2018
Total	Doméstico	1 911 352	1 617 087	1 339 505	920 984	445 297
	Internacional	1 412 006	1 214 666	1 398 489	1 206 124	865 719
	Total	3 323 358	2 831 753	2 737 994	2 127 108	1 311 016
AIAC - Sal	Doméstico	599 353	481 252	393 360	291 338	139 877
	Internacional	456 782	316 961	422 941	326 387	289 462
	Total	1 056 135	798 213	816 301	617 725	429 339
AIPNM - Praia	Doméstico	709 573	620 031	486 278	352 007	216 836
	Internacional	655 965	597 281	623 569	606 692	396 538
	Total	1 365 538	1 217 312	1 109 847	958 699	613 374
AIAP - Boa Vista	Doméstico	200 212	172 757	153 927	86 329	15 956
	Internacional	56 334	44 916	54 793	45 846	51 995
	Total	256 546	217 673	208 720	132 175	67 951
AICE - S. Vicente	Doméstico	313 292	273 982	242 857	149 777	61 782
	Internacional	242 925	255 508	297 186	227 199	127 724
	Total	556 217	529 490	540 043	376 976	189 506
AD - Fogo	Doméstico	45 622	34 342	25 562	20 595	6 410
AD - S. Nicolau	Doméstico	27 987	21 744	23 570	13 755	2 482
AD - Maio	Doméstico	15 313	12 979	13 951	7 183	1 954

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Tabela 126 – Movimento de correios (em Kg), por aeroportos

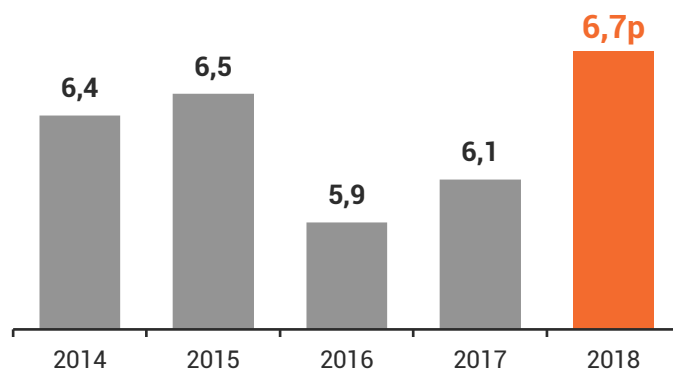
	Natureza	2014	2015	2016	2017	2018
Total	Doméstico	198 935	181 250	174 409	231 770	228 731
	Internacional	136 405	136 787	143 055	159 571	176 632
	Total	335 340	318 037	317 464	391 341	405 363
AIAC - Sal	Doméstico	60 321	50 078	35 734	53 521	37 993
	Internacional	57 522	47 118	33 080	48 915	32 754
	Total	117 843	97 196	68 814	102 436	70 747
AIPNM - Praia	Doméstico	81 276	72 506	73 342	100 101	104 466
	Internacional	58 896	70 728	83 498	85 549	110 030
	Total	140 172	143 234	156 840	185 650	214 496
AIAP - Boa Vista	Doméstico	7 572	8 524	9 686	11 481	13 947
	Internacional	51	106	8	501	105
	Total	7 623	8 630	9 694	11 982	14 052
AICE - S. Vicente	Doméstico	36 718	38 311	42 115	48 179	49 742
	Internacional	19 936	18 835	26 469	24 606	33 743
	Total	56 654	57 146	68 584	72 785	83 485
AD - S. Filipe	Doméstico	4 750	4 409	4 876	7 678	9 158
AD - S. Nicolau	Doméstico	5 302	4 815	5 380	7 236	9 815
AD - Maio	Doméstico	2 996	2 607	3 276	3 574	3 610

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)



Indicador 9.2.1. Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB

Dados do Instituto Nacional de Estatística demonstram uma aceleração do valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do Produto Interno Bruto, passando de 6,1%, em 2017, para 6,7% (dados provisórios), em 2018.



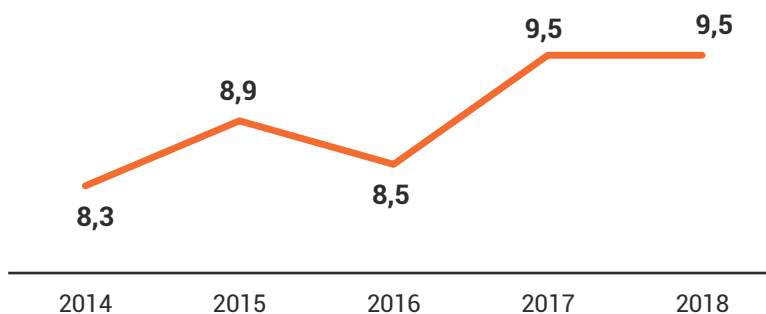
P-Provisórios

Fonte: INE, Contas Nacionais

Indicador 9.2.2. Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total

Constata-se que o emprego no setor da indústria transformadora em percentagem do emprego total manteve-se estável, em 2018, comparativamente ao ano de 2017.

Gráfico 43 – Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total (2014-2018)



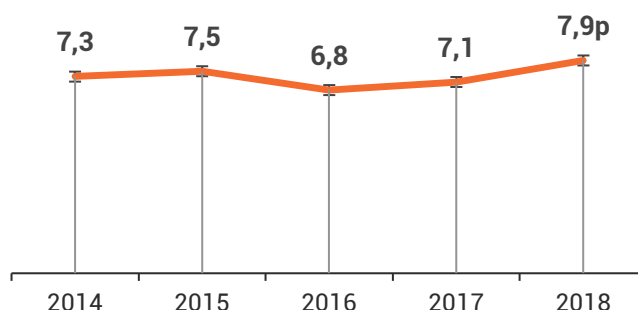
Fonte: INE, Estatísticas de emprego e mercado de trabalho

Indicador 9.b.1. Peso do valor acrescentado das indústrias de média e alta tecnologia no valor acrescentado total

Dados do INE demonstram que o peso do Valor Acrescentado Bruto da indústria transformadora no VAB Bruto Total, tem registado uma evolução crescente entre 2010 e 2015, registando uma diminuição em 2016 e crescimento a partir de 2017, situando-se nos 7,9% (dados provisórios) em 2018.



Indicador 9.b.1. Peso do Valor Acrescentado da indústria transformadora no Valor Acrescentado Bruto total (%)

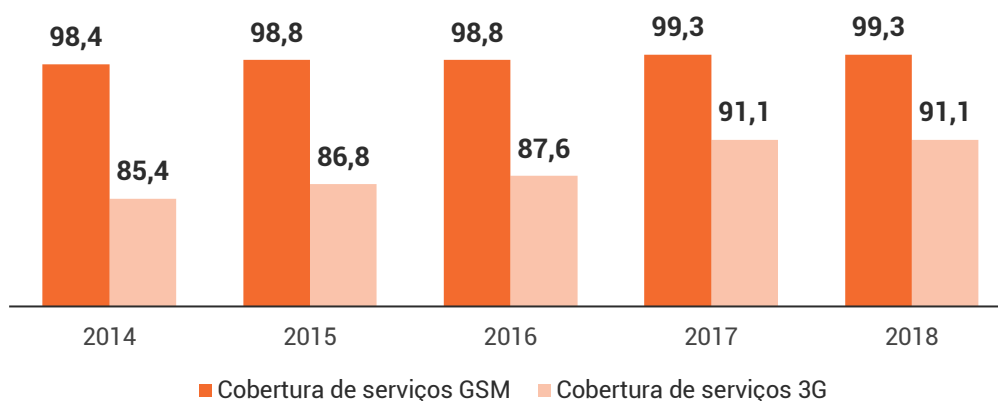


Fonte: INE, Contas Nacionais

Indicador 9.c.1. Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia

Segundo a Agência Reguladora Multissetorial da Economia, de 2014 a 2018, o acesso às tecnologias de informação e comunicação, através da cobertura da rede móvel em Cabo Verde, quer pelo Sistema Global para Comunicações Móveis (GSM), quer pelos serviços 3G, tem vindo a aumentar ao longo dos anos. De acordo com o gráfico abaixo, em 2018, 99,3 % da população esteve coberta com serviços GSM, enquanto 91,1% com serviços 3G, valor idêntico verificado em 2017.

Gráfico 44 – Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia (2014-2018)



Fonte: Agência Reguladora Multissetorial da Economia

OUTROS INDICADORES

Indústria

Em 2017, existiam 910 empresas do setor de indústria em atividade, representando uma variação de -6,1% face ao ano anterior (uma diminuição de 59 empresas). Das 910 empresas de indústria, 21,9% trabalhavam no ramo de indústrias alimentares, 14,9% na fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos, e 13,8% na indústria da madeira, salvo o mobiliário, a cortiça e as obras de cestaria e de espartaria.



O número de pessoas ao serviço nas empresas do setor de indústria atingiu os 7.621, mais 278 do que em 2016. Em termos absolutos, o aumento mais expressivo do pessoal ao serviço foi registado na indústria alimentar (+ 260 pessoas ao serviço), na fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (+ 206 pessoas ao serviço) e na indústria da madeira, salvo mobiliário, cortiça e obras de cestaria e de espartaria (+ 118 pessoas ao serviço). Em 2017, as indústrias alimentares empregaram cerca de 36% do pessoal ao serviço que labora no setor da indústria.

Embora o número de pessoas ao serviço tenha registado uma variação positiva de 3,8%, o volume de negócios registou um decréscimo na ordem dos 7% face a 2016. O ramo de indústrias alimentares foi o que mais faturou (45,2% do volume de negócios total do setor de indústria). Contudo, em 2017, o volume de negócios da indústria alimentar sofreu um decréscimo (-12,4%) face ao ano de 2016.

Comércio Interno

Em 2017, as empresas de comércio mantiveram a tendência de crescimento de alguns dos seus indicadores: o volume de negócios cresceu 15,5% e pessoal ao serviço 40,7%.

O volume de negócios, gerado pelas empresas do ramo comércio, situou-se em 111.557 milhões de escudos cabo-verdianos. Por divisão, o destaque vai para o comércio por grosso (CAE 46), que concentrou 60,8% do volume de negócios do ramo, seguindo-se o comércio a retalho (CAE 47) 34,8% e, com menor expressão, o comércio, manutenção e reparação de automóveis e motociclos (CAE 45) 4,4%.

Tabela 127 – Estrutura do tecido empresarial do setor do comércio (2017)

	Efetivo		Pessoal ao serviço		Volume de negócios	
	N.º	%	N.º	%	Valor (Milhões de CVE)	%
Cabo Verde	4 388	100,0	18 406	100,0	111 557	100,0
45 - Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	371	8,5	1 659	9,0	4 924	4,4
46 - Comércio por Grosso	265	6,0	2 745	14,9	67 841	60,8
47 - Comércio a Retalho	3 752	85,5	14 002	76,1	38 792	34,8

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Em termos de dimensão das unidades comerciais, verificou-se que 74,5% das empresas de comércio foram consideradas microempresas, 11,6%, pequenas empresas e 13,8%, médias e grandes empresas. Verifica-se ainda que o comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) representava cerca de 90% das microempresas, 79,3% das pequenas empresas e 67,9% das médias e grandes empresas.

Tabela 128 – Unidades comerciais segundo a dimensão das empresas (2017)

	Dimensão das unidades comerciais		
	Micro	Pequena	Média & Grande
Cabo Verde	3 270	511	607
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	246	74	51
Comércio por Grosso, Exceto de Veículos Automóveis e Motociclos	89	32	144
Comércio a Retalho, Exceto de Veículos Automóveis e Motociclos	2 935	405	412

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



Quanto à forma jurídica, 83,3% das empresas do setor do comércio eram Empresas em Nome Individual (ENI) & Sociedade Unipessoal por Quota (SU). Nota-se ainda que o comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) albergava 89,6% das ENI & SU, 66,1% das empresas de Sociedade Por Quotas (SPQ) e 56,3% das empresas de Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada (SARL).

Tabela 129 – Empresas do setor do comércio, segundo a forma jurídica (2017)

	Forma jurídica		
	ENI & SU	SPQ	SARL e Outras
Cabo Verde	3 657	651	80
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	277	86	8
Comércio por Grosso	103	135	27
Comércio a Retalho	3 277	430	45

ENI – Empresas em Nome Individual

SU – Sociedade Unipessoal por Quotas

SPQ – Sociedade por Quota

SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

O número de pessoas ao serviço nas empresas do ramo comércio ascendeu a 18.406 em 2017. O comércio a retalho empregou a maioria dos trabalhadores (76,1%), seguindo-se o comércio por grosso (14,9%) e, por fim, o comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos (9,0%).

Constatou-se, em 2017, que 85,2% das empresas que se dedicam ao comércio têm até 5 pessoas ao serviço. Destas empresas, a maioria (87,7%) pertencia ao ramo de comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos.

Tal como nos anos anteriores, as empresas de comércio a retalho com predominância alimentar mantiveram-se em maioria (60,1%, -3,4 p.p. face a 2016). Foram responsáveis por 46,3% de pessoal ao serviço no ramo comércio e geraram 17,8% do total do volume de negócios do ramo (-0,5 p.p. face a 2016).

Tabela 130 – Empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	4 281	4 329	4 379	4 389	4 388
Empresas de Comércio a Retalho com predominância alimentar	2 813	2 815	2 743	2 785	2 637
Empresas de Comércio a Grosso com predominância alimentar	115	109	125	132	142
Empresas de Comércio a Retalho sem predominância alimentar	59	74	68	74	107
Restantes Empresas do Comércio	1 294	1 331	1 443	1 398	1 502

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



Tabela 131 – Pessoal ao serviço das empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	12 253	11 926	12 296	13 086	18 406
Empresas de Comércio a Retalho com predominância alimentar	5 112	4 876	5 356	5 467	8 528
Empresas de Comércio a Grosso com predominância alimentar	1 437	1 236	1 168	1 462	1 590
Empresas de Comércio a Retalho sem predominância alimentar	154	208	132	162	849
Restantes Empresas do Comércio	5 550	5 606	5 640	5 995	7 439

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Tabela 132 – Volume de negócios (em milhões CVE) das empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	93 843	96 259	95 316	96 595	111 557
Empresas de Comércio a Retalho com predominância alimentar	13 552	13 331	17 539	17 700	19 812
Empresas de Comércio a Grosso com predominância alimentar	27 827	27 256	25 896	29 146	33 066
Empresas de Comércio a Retalho sem predominância alimentar	311	450	476	434	2 917
Restantes empresas do Comércio	52 153	55 223	51 405	49 315	55 762

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

No período de 2013 a 2017, registou-se um aumento de 2,5% no número de empresas comerciais (+107 empresas), isto é, um crescimento médio anual de 0,6%. Em termos de variação anual, na ilha da Boa Vista, verificou-se um maior crescimento (187,7% face a 2016), passando de 67 empresas para 194.

Tabela 133 – Empresas do setor do comércio, por ilhas (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	4 281	4 329	4 379	4 389	4 388
Santo Antão	450	453	454	449	445
S. Vicente	887	891	888	900	911
S. Nicolau	233	175	200	257	171
Sal	308	323	316	331	365
Boa Vista	117	161	87	67	194
Maio	58	25	167	98	61
Santiago	1 878	1 940	1 962	1 949	1 909
Fogo	312	304	230	287	290
Brava	38	57	75	51	42

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



O número de pessoas, ao serviço nas empresas do setor do comércio, aumentou 40,7% face a 2016. Das 18. 406 pessoas ao serviço no setor do comércio em 2017, 45,4% estavam na ilha de Santiago, que também albergava 43,5% das empresas comerciais do país.

Tabela 134 – Pessoal ao serviço nas empresas do setor do comércio, por ilhas (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	12 253	11 926	12 296	13 086	18 406
Santo Antão	740	732	842	917	1 159
S. Vicente	3 027	2 813	3 056	3 352	4 852
S. Nicolau	385	240	329	397	470
Sal	992	942	998	1 083	1 521
Boa Vista	253	446	342	209	808
Maio	120	75	245	169	172
Santiago	6 074	6 046	5 810	6 255	8 362
Fogo	573	496	525	579	901
Brava	89	136	148	125	161

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Quanto ao volume de negócios, cresceu 15,5% face a 2016. As empresas comerciais, situadas na ilha de Santiago, foram as que mais faturaram (42,1% do volume de negócios total), seguidas das de S. Vicente com 38,9% do volume de negócios total.

Tabela 135 – Volume de negócios (em milhões de CVE) das empresas de comércio, por ilhas (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	93 843	96 259	95 316	96 595	111 557
Santo Antão	1 963	2 132	2 103	2 623	2 641
S. Vicente	39 389	39 719	37 018	34 820	43 341
S. Nicolau	696	549	465	473	619
Sal	7 533	7 395	8 663	10 157	13 720
Boa Vista	1 161	1 240	1 086	1 266	2 203
Maio	305	166	271	357	206
Santiago	41 172	43 555	44 013	45 217	46 915
Fogo	1 379	1 217	1 245	1 306	1 583
Brava	245	286	454	376	328

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



Tabela 136 – Empresas do setor do comércio, por concelhos (2017)

	Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	Comércio por Grosso	Comércio a Retalho
Cabo Verde	371	265	3 752
Ribeira Grande	11	0	185
Paul	2	3	63
Porto Novo	8	2	171
S. Vicente	87	56	768
Ribeira Brava	8	5	95
Tarrafal de S. Nicolau	1	2	60
Sal	33	46	286
Boa Vista	18	11	165
Maio	6	2	53
Tarrafal	5	1	122
Santa Catarina	22	5	244
Santa Cruz	9	0	147
Praia	132	123	803
S. Domingos	7	0	81
S. Miguel	4	3	81
S. Salvador do Mundo	2	0	42
S. Lourenço dos Órgãos	2	0	34
Ribeira Grande de Santiago	0	1	39
Mosteiros	5	2	88
S. Filipe	6	3	146
Santa Catarina do Fogo	1	0	39
Brava	2	0	40

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2018



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 (ODS 10) tem como tema central a redução da desigualdade entre e dentro dos países. Para tanto, é necessário assegurar rendimento às populações mais pobres, promover a inclusão social e política e adotar políticas de proteção salarial. Medidas institucionais, como a eliminação de leis discriminatórias e a promoção de leis adequadas fazem parte do caminho para a redução das desigualdades.



ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES

No tema 10 apresentam-se os indicadores sobre a pobreza e indicadores económicos publicados pelo Banco de Cabo Verde (BCV), os quais refletem as desigualdades conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 10.

O ODS 10 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 10) tem como tema central a redução da desigualdade entre e dentro dos países. Para tanto, é necessário assegurar o rendimento às populações mais pobres, promover a inclusão social e adotar políticas de proteção salarial. Medidas institucionais, como a eliminação das leis discriminatórias e a promoção das leis adequadas, fazem parte do caminho para a redução das desigualdades.

Indicador 10.1.1. Taxa de crescimento das despesas das famílias ou rendimento per capita dos 40% da população com menores recursos e a população total.

Durante o ano de 2015, as despesas de consumo de bens e serviços dos 127.333 agregados familiares cabo-verdianos atingiram cerca de 85 milhões de contos, montante equivalente a uma despesa média anual por agregado de 667.291 escudos e de 166.219 escudos por pessoa no agregado. A taxa de crescimento das despesas médias anuais *per capita*, face ao último inquérito realizado em 2001/2002, foi de 4,1% entre a população mais vulnerável, registando-se um aumento das despesas médias anuais *per capita* de 5,5% no primeiro quintil e de 4,5% no segundo.

Tabela 137 – Evolução da despesa anual média *per capita* no agregado, segundo o quintil das despesas (2001-2002, 2015)

	Despesas médias anuais, por pessoa, no agregado		
	(ECV) 2001/02	2015	TCA (%) 2002 - 2015
Cabo Verde	98 719	166 219	4,1
Quintil			
primeiro quintil	23 471	47 036	5,5
segundo quintil	45 509	80 855	4,5
terceiro quintil	72 624	118 922	3,9
quarto quintil	121 457	179 587	3,1
quinto quintil	378 065	405 007	0,5

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2001/2002 e 2015

Indicador 10.2.1. Proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com um rendimento inferior a 50% do rendimento mediano, por sexo, grupo etário e tipo de limitação.

Em 2015, cerca de 23,8% da população de Cabo Verde (121.897 pessoas) vivia em agregados, cuja despesa média anual *per capita* era inferior a 60% da despesa mediana anual *per capita*, e 9,6% (49.134) abaixo dos 40% da despesa mediana anual *per capita* registada no âmbito do último inquérito às despesas e receitas familiares.

Tabela 138 – Proporção da população que vive em agregados familiares com uma despesa média anual *per capita* inferior a 60% e a 40% da despesa mediana *per capita*, por meio de residência, sexo e grupo etário (2015)

	Valor correspondente a:	
	60% da despesa mediana anual <i>per capita</i>	40% da despesa mediana anual <i>per capita</i>
Cabo Verde	23,8	9,6
Meio de residência		
Urbano	14,8	4,4
Rural	40,2	19,0
Sexo		
Masculino	23,2	9,4
Feminino	24,5	9,8
Grupo Etário		
0-4	31,3	13,9
5-14	30,1	12,7
15-24	25,6	10,4
25-34	17,9	7,0
35-64	19,2	6,9
65 anos ou mais	18,9	7,7

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

Indicador 10.3.1. Proporção da população que diz ter sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação, proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.

Em 2016, segundo os dados do módulo da Governança, Paz e Segurança, a percentagem da população de 18 anos ou mais que reportou ter sido discriminada foi de 31,7%.

Indicador 10.5.1. Indicadores de solidez financeira

O rácio de solvabilidade do sistema bancário nacional fixou-se em 16,2%, em 2018, com uma redução face a 2017, na ordem de 1,1 pontos percentuais.

Tabela 139 – Indicadores de solidez financeira (%) (2014-2018)

Indicadores	2014	2015	2016	2017	2018
Rácio de Solvabilidade	15,6	16,1	15,5	17,3	16,2
Imparidade	67,4	63,5	63,2	64,7	65,9
Ativos Ponderados pelo Risco	14,4	14,8	15,5	16,4	16,1

Fonte: Banco de Cabo Verde

10.a.1 Proporção de linhas tarifárias aplicadas às importações de países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento com tarifa zero

Tabela 140 – Importações de países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento (Fluxos em milhões de CVE) (2014-2018)

Indicadores	2014	2015	2016	2017	2018
Ajuda pública ao Desenvolvimento	23 560	19 822	12 009	17 123	12 271
Investimento Direto Estrangeiro no País.	14 982	9 548	12 684	10 868	9 301
Remessas de emigrantes (correntes e capitais)	16 265	19 819	19 717	19 470	20 857

Fonte: Banco de Cabo Verde



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2018

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11), conhecido como ODS das cidades, tem como metas cidades mais inclusivas, seguras, sustentáveis e resilientes a desastres ou a eventos incomuns.



ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

A maioria dos indicadores propostos para este objetivo está classificada como “Tier II” (existe metodologia, mas não há disponibilidade de dados) e “Tier III” (indicadores para os quais ainda não se tem uma metodologia concertada e a base de dados precisa ser construída). Portanto, para o AECV-2018, apresenta-se o *proxy* para o indicador disponível para Cabo Verde.

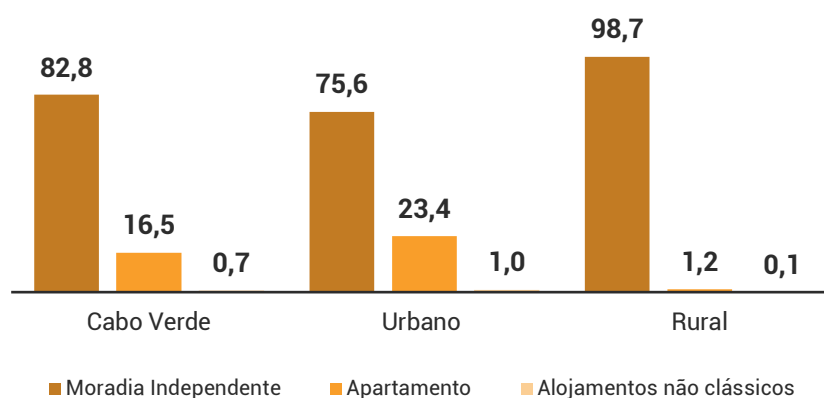
O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11), conhecido como ODS das cidades, tem como metas cidades mais inclusivas, seguras, sustentáveis e resilientes a desastres ou a eventos incomuns.

OUTROS INDICADORES

As famílias cabo-verdianas habitavam, em 2018, na sua grande maioria, em alojamentos clássicos (99,3%), principalmente do tipo moradias independentes (82,8%). Da análise por meio de residência, constatou-se que os agregados familiares do meio rural habitavam, maioritariamente, nas moradias independentes (98,7%). Em 2018, constatou-se que 75,6% dos agregados familiares do meio urbano habitavam em moradias independentes e 23,4% em apartamentos.

Em 2018, cerca de 1.0% dos agregados familiares do meio urbano habitavam nos alojamentos não clássicos (barracas, casa de bidão, contentores e outros).

Gráfico 45 – Distribuição percentual (%) dos agregados familiares segundo a tipologia do alojamento que habita por meio residência. (2018)



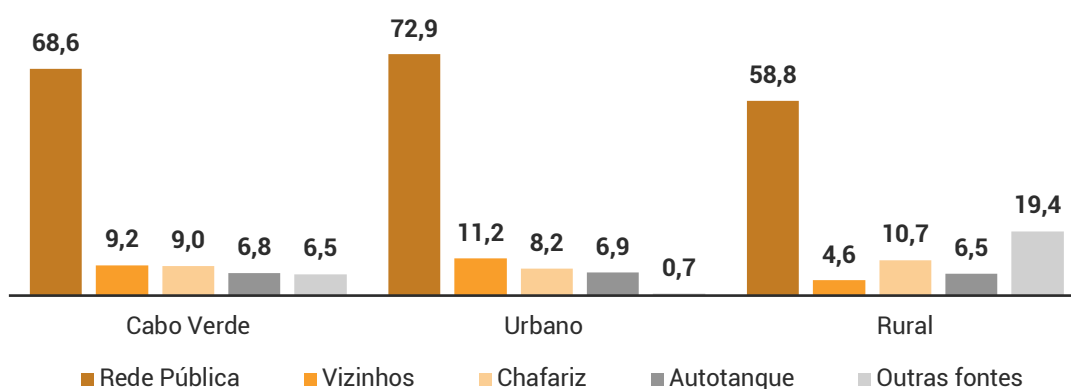
Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Observação: Os alojamentos clássicos compreendem a moradia independente e o apartamento.

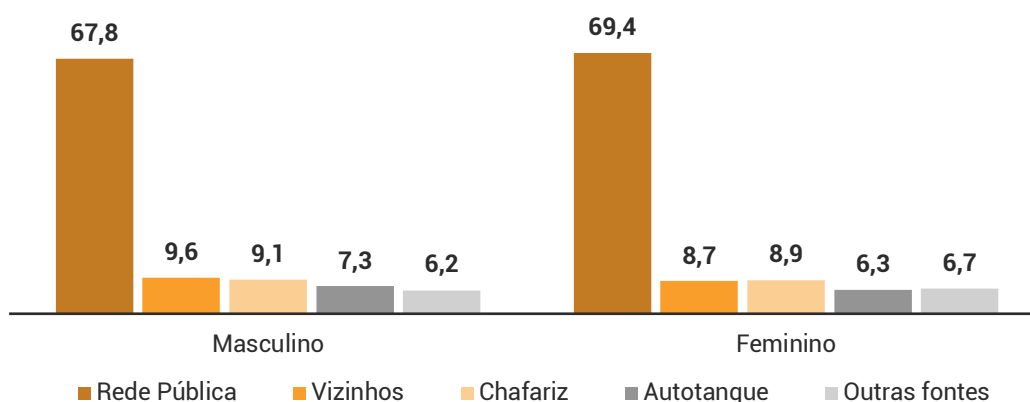
Em 2018, cerca de 68,6% dos agregados familiares residiam em alojamentos com ligação à rede pública de distribuição de água, ou seja, com acesso à água canalizada, contudo, somente 68,2% tiveram a rede pública como a principal fonte de abastecimento de água. Cerca de 9,2% dos agregados familiares abastecem-se na casa de vizinhos, 9,0% nos chafarizes, 6,8% recorrem a autotanques e 6,5% a outras fontes (cisternas, nascentes, poços, etc.).

Gráfico 46 – Distribuição percentual (%) dos agregados familiares segundo a principal fonte de abastecimento de água por meio de residência. (2018)



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Gráfico 47 – Distribuição percentual (%) dos agregados familiares segundo a principal fonte de abastecimento de água por sexo do representante. (2018)

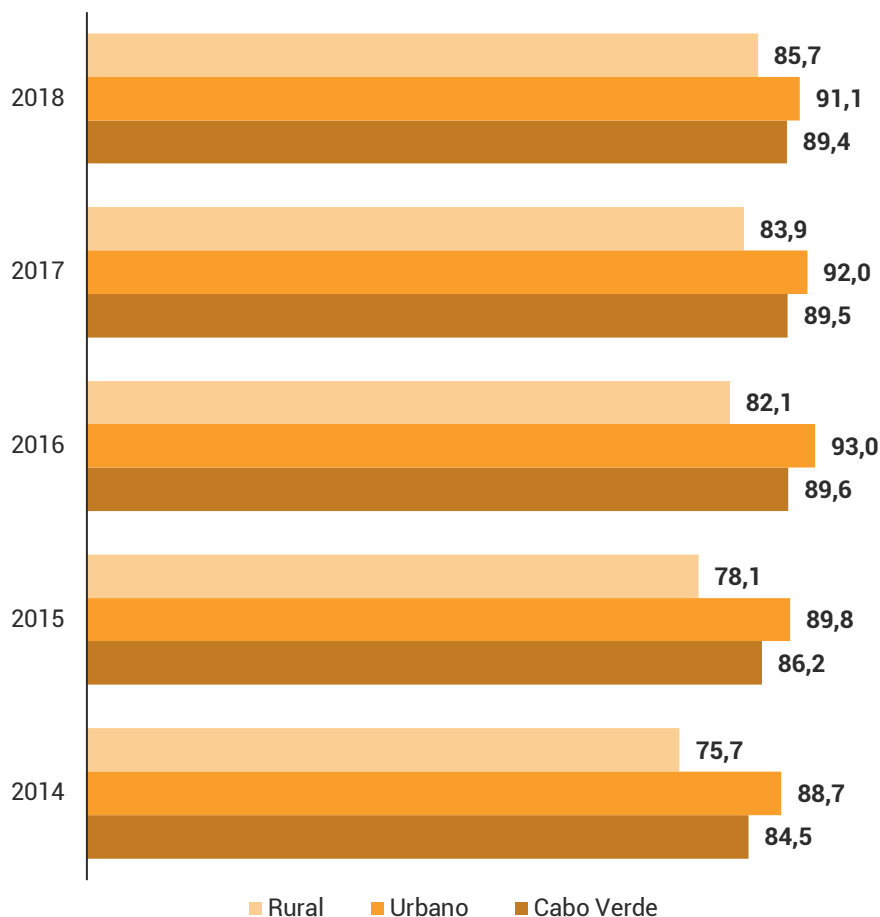


Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



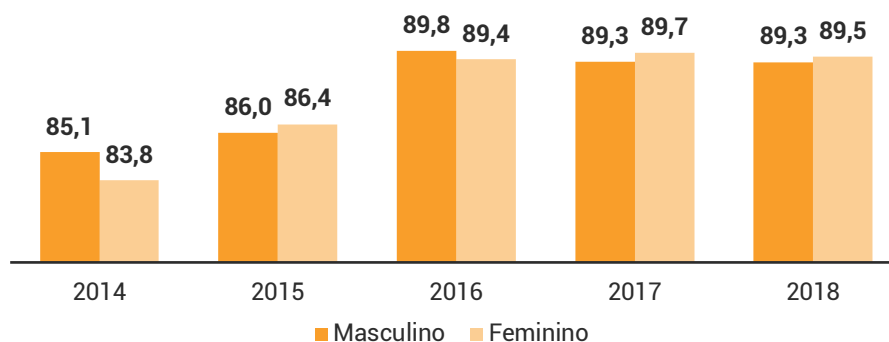
Em 2018, a percentagem de agregados familiares que habitam em alojamentos com eletricidade fixava-se em 89,5%. O acesso à eletricidade continua ainda a mostrar algumas discrepâncias entre o meio urbano e o rural, sendo que este indicador é mais favorável no meio urbano com 89,4%, contra 85,7% no meio rural.

Gráfico 48 – Evolução (%) do acesso dos agregados familiares à eletricidade por meio de residência. (2014-2018)



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Gráfico 49 – Evolução (%) do acesso dos agregados familiares à eletricidade por sexo do representante. (2014-2018)

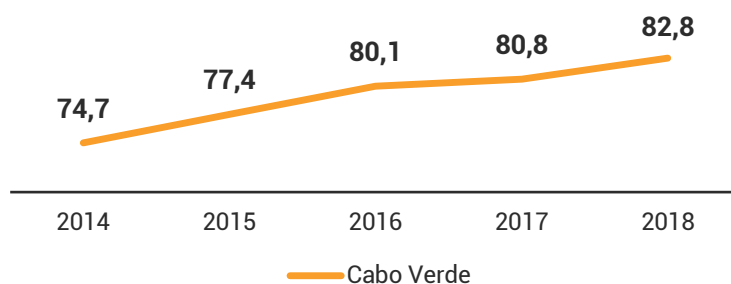


Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



No que se refere ao saneamento, em 2018, constatou-se que 82,8% dos agregados familiares dispunham de sanitas/retretes no alojamento.

Gráfico 50 – Evolução da percentagem dos agregados familiares com acesso a instalações sanitárias (sanita/retrete). (2014-2018)



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2018



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12) visa a promoção da eficiência do uso de recursos energéticos e naturais, da infraestrutura sustentável, do acesso a serviços básicos. Além disso, o objetivo prioriza a informação, a gestão coordenada, a transparência e a responsabilização dos atores consumidores de recursos naturais como ferramentas-chave para o alcance de padrões de produção e consumo mais sustentáveis.



ODS 12 – PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

A maioria dos indicadores propostos para este objetivo está classificada como “Tier III”, ou seja, indicadores para os quais ainda não se tem uma metodologia concertada e a base de dados precisa ser construída. Portanto, para o AECV-2018, ainda não se tem indicadores deste objetivo disponíveis para Cabo Verde.

Neste tema, apresentam-se dados e informações relevantes ao setor do turismo, uma vez que este se afigura como uma meta em três dos 17 objetivos da Agenda 2030, nomeadamente o ODS 8, o 12 e o 14.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12) visa a promoção da eficiência do uso de recursos energéticos e naturais, da infraestrutura sustentável, do acesso a serviços básicos. Além disso, o objetivo prioriza a informação, a gestão coordenada, a transparência e a responsabilização dos atores consumidores de recursos naturais como ferramentas-chave para o alcance de padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

OUTROS INDICADORES

Oferta Turística

Em 2018, havia 284 estabelecimentos em funcionamento, com uma capacidade de 21 046 camas (+3,1% face a 2017).

Tabela 141 – Número de estabelecimentos, quartos, camas, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço (2014 – 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
N.º Estabelecimentos	229	226	233	275	284
N.º de Quartos	10 839	10 626	11 435	12 463	13 187
N.º de Camas	18 188	18 055	18 382	20 421	21 046
Capacidade de Alojamento	23 171	22 954	24 376	26 987	27 860
Pessoal ao Serviço	6 282	6 426	7 742	8 825	9 417

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro



As pensões, em número de 88, representaram 31,0% do número de estabelecimentos, seguindo-se-lhes as residenciais com 28,9%, os hotéis com 25,7%, os hotéis-apartamentos com 7,4% e, por fim, as pousadas e os aldeamentos turísticos, ambos com 3,5%. O aumento mais significativo ocorreu no número das pensões (+41,9%). Em sentido contrário, as residenciais em funcionamento decresceram acentuadamente (-21,9%).

Tabela 142 – Número de Estabelecimentos por tipo de estabelecimento de alojamento (2014 – 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	229	226	233	275	284
Hotéis	54	59	64	69	73
Pensões	70	64	59	62	88
Pousadas	8	6	8	9	10
Hotéis-apartamentos	21	19	17	20	21
Aldeamentos turísticos	7	7	8	10	10
Residenciais	69	71	77	105	82

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

O setor empregou 9 417 pessoas (+6,7% face a 2017). Os hotéis continuaram a empregar o maior número de pessoas, representando, em 2018, cerca de 84% do total do pessoal ao serviço, seguindo as pensões e os aldeamentos turísticos, com respetivamente, 5,6% e 3,4%.

Tabela 143 – Pessoal ao serviço por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2014 – 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	6 282	6 426	7 742	8 825	9 417
Hotéis	5 042	5 266	6 517	7 443	7 941
Pensões	390	384	357	354	526
Pousadas	54	48	57	66	67
Hotéis-apartamentos	271	193	183	256	263
Aldeamentos turísticos	262	245	304	300	323
Residenciais	263	290	324	406	297

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

Os dados da tabela 144 mostram, em termos gerais, um aumento do número de estabelecimentos turísticos. Esta evolução traduz-se num ligeiro aumento face a 2017 (+3,3%). Em termos absolutos, a ilha da Boa Vista registou maior aumento do número de estabelecimentos turísticos (+4), enquanto as de S. Nicolau, Sal, Maio e Fogo foram as únicas a registar diminuição no número de estabelecimentos turísticos.

Tabela 144 – Número de estabelecimentos turísticos por Ilha (2014 – 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Cabo Verde	229	226	233	275	284
Santo Antão	41	42	42	68	71
S. Vicente	37	40	41	45	48
S. Nicolau	9	9	9	9	8
Sal	30	28	29	31	30
Boa Vista	21	20	22	22	26
Maio	8	9	9	9	8
Santiago	51	49	50	50	53
Fogo	23	22	22	32	31
Brava	9	7	9	9	9

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

Em 2018, o aumento mais expressivo, em termos absolutos, do pessoal ao serviço foi registado na ilha da Boa Vista (+ 421 quando comparado com 2017). Segue-se a ilha do Sal com +132 pessoas ao serviço nos estabelecimentos de alojamento turístico. Registou-se uma diminuição no pessoal ao serviço nas ilhas de S. Nicolau (-3), Maio (-2) e Santiago (-17).

Tabela 145 – Pessoal ao serviço nos estabelecimentos de alojamento turístico por ilha (2014 – 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Cabo Verde	6 282	6 426	7 742	8 825	9 417
Santo Antão	203	227	230	396	412
S. Vicente	425	473	515	511	549
S. Nicolau	35	38	37	36	33
Sal	2 938	2 914	4 070	4 936	5 068
Boa Vista	1 768	1 794	1 910	1 918	2 339
Maio	21	25	25	28	26
Santiago	755	818	819	844	827
Fogo	110	116	110	132	134
Brava	27	21	26	24	29

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

Procura Turística

Os estabelecimentos de alojamento turístico registaram 765.696 hóspedes que proporcionaram 4.935.891 dormidas, resultando em aumentos de 6,8% e 7,4%, respetivamente.

Em 2018, os hotéis continuaram a ser os estabelecimentos de alojamento turístico mais procurados, representando 86,9% do total das entradas. Seguem-se-lhes as residenciais e as pensões, com cerca de 3,8% e 3,3%, respetivamente.



Tabela 146 – Hóspedes por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2014 – 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	539 621	569 387	644 429	716 775	765 696
Hotéis	468 341	497 743	543 128	618 774	665 659
Pensões	22 109	18 977	20 051	22 950	25 191
Pousadas	4 330	4 394	4 743	4 618	5 179
Hotéis-apartamentos	8 415	10 054	13 482	17 734	17 085
Aldeamentos turísticos	15 983	11 921	35 672	21 821	23 131
Residenciais	20 443	26 298	27 353	30 878	29 451

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Do total dos hóspedes, 56.043 são do mercado interno (Cabo Verde), valor que representou um aumento de 14,2%. Este desempenho reflete uma aceleração face à evolução de 5,8% em 2017, destacando-se, todavia, que, em 2016, houve uma variação negativa (-6,6%).

Os hóspedes que visitaram Cabo Verde, em 2018, provieram, essencialmente, do Reino Unido (22,7%), Alemanha (11,8%), França (10,1%) e Bélgica + Holanda (10,0%). Nota-se ainda uma certa diversificação dos hóspedes, pelo facto de os "outros países" terem aumentado significativamente a sua contribuição em termos de hóspedes e, em 2018, já participavam com 20,2% do total das entradas de turistas.

Tabela 147 – Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico, por país de residência habitual dos hóspedes (2014 – 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	539 621	569 387	644 429	716 775	765 696
Cabo Verde					
Cabo-verdianos	44 018	47 999	44 942	47 383	54 550
Estrangeiros	1 871	1 666	1 455	1 699	1 493
Estrangeiros					
África do Sul	351	232	611	564	841
Alemanha	68 834	76 451	71 448	80 071	90 157
Áustria	2 215	2 351	1 562	1 924	3 234
Bélgica + Holanda	50 943	60 473	62 391	69 680	76 798
Espanha	8 165	9 412	10 732	11 952	13 916
Estados Unidos	3 401	4 282	4 874	5 958	6 886
França	61 992	56 458	64 861	69 717	77 127
Reino Unido	96 865	126 685	131 793	168 896	174 078
Itália	28 029	27 086	48 824	39 557	30 969
Portugal	60 161	61 979	64 899	67 882	70 974
Suíça	5 260	5 450	6 767	11 407	10 292
Outros países	107 516	88 863	129 270	140 085	154 381

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 148 – Hóspedes por habitante, proporção de hóspedes estrangeiras/os, e proporção de dormidas nos principais estabelecimentos de alojamento (2014 – 2018)

	Hóspedes por habitante	Hóspedes estrangeiras/os (%)	Dormidas nos hotéis (%)
2014	1,04	91,84	91,30
2015	1,08	91,28	93,47
2016	1,21	92,80	91,09
2017	1,33	93,15	90,71
2018	1,41	92,68	91,05

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

As dormidas apresentaram uma tendência semelhante à do número de hóspedes. Os residentes geraram 176.347 dormidas (+27,6%), correspondendo a 3,6% do total das dormidas. Os estrangeiros que visitaram Cabo Verde apresentaram um crescimento de 6,7% e atingiram 4.759.544 dormidas, correspondendo a 96,4% do total.

O Reino Unido também permaneceu em primeiro lugar, com 30,2% do total, seguido da Alemanha, Países Baixos (Bélgica + Holanda), França e Portugal, com 12,1%, 11,2%, 8,1% e 7,4%, respetivamente.

Os mercados austríaco, espanhol e sul africano apresentaram um expressivo crescimento de 89,2%, 37,4% e 37,1%, respetivamente.

Tabela 149 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por país de residência habitual dos hóspedes (2014 – 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	3 414 832	3 710 000	4 092 551	4 597 477	4 935 891
Cabo Verde					
Cabo-verdianos	122 688	130 069	122 423	130 504	171 564
Estrangeiros	7 873	7 053	5 835	7 655	4 783
Estrangeiros					
África do Sul	1 653	658	1 082	1 090	1 494
Alemanha	511 329	575 541	529 586	526 985	596 115
Áustria	13 172	13 227	7 489	8 618	16 306
Bélgica + Holanda	385 717	458 957	478 660	529 271	551 543
Espanha	37 905	42 311	43 356	47 605	65 393
Estados Unidos	9 605	11 380	14 174	16 782	18 510
França	285 160	279 617	325 497	353 888	401 530
Reino Unido	839 485	1 148 335	1 225 913	1 440 460	1 492 958
Itália	199 474	189 959	259 806	277 231	219 723
Portugal	316 365	322 948	318 095	356 868	364 059
Suíça	28 319	27 559	35 989	59 521	57 943
Outros países	656 087	502 386	724 646	840 999	973 970

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Relativamente às dormidas por tipo de estabelecimento, os hotéis continuaram a acolher mais hóspedes (91,1% do total), registando um crescimento de 7,8%. Seguiram-se os aldeamentos turísticos (3,2% do total) com um crescimento de 9,3% face a 2017 (Tabela 178). Através da tabela 179, pode constatar-se que a ilha do Sal continua a ser o principal destino (56,0% das dormidas totais), seguida da Boa Vista, (33,9%) e de Santiago (4,5%).

Tabela 150 – Dormidas por tipo de estabelecimentos de alojamento turístico (2014 – 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	3 414 832	3 710 000	4 092 551	4 597 477	4 935 891
Hotéis	3 117 767	3 467 877	3 728 012	4 170 355	4 494 250
Pensões	68 899	51 524	57 767	72 141	83 951
Pousadas	13 728	12 215	12 719	14 484	12 248
Hotéis-apartamentos	46 355	36 097	62 864	95 655	90 009
Aldeamentos turísticos	105 912	69 423	144 159	143 233	156 609
Residenciais	62 171	72 864	87 030	101 609	98 824

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 151 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por Ilha (2014 – 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Cabo Verde	3 414 832	3 710 000	4 092 551	4 597 477	4 935 891
S. Vicente	98 622	102 095	109 526	132 000	132 490
Sal	1 577 406	1 823 603	2 062 034	2 519 487	2 765 727
Boa Vista	1 470 899	1 544 378	1 664 983	1 656 430	1 671 127
Santiago	161 339	143 786	150 830	163 061	221 125
Restantes Ilhas	106 566	96 138	105 178	126 499	145 422

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 152 – Taxa de variação anual de hóspedes e dormidas (2014 – 2018)

	Hóspedes	Dormidas
2014	-2,3	-0,6
2015	5,5	8,6
2016	13,2	10,3
2017	11,2	12,3
2018	6,8	7,4
Total		
Hotéis	7,6	7,8
Pensões	9,8	16,4
Pousadas	12,1	-15,4
Hotéis-apartamentos	-3,7	-5,9
Aldeamentos turísticos	6,0	9,3
Residenciais	-4,6	-2,7

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Em 2018, a estadia média de hóspedes evidenciou um ligeiro decréscimo (-4,8%), passando de 6,2 para 5,9 noites. Os turistas do Reino Unido foram os que tiveram maior permanência média em Cabo Verde no período em análise (8,3 noites).

Tabela 153 – Estadia média de hóspedes por país de residência habitual (2014 – 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	6	6,3	6,1	6,2	5,9
Cabo Verde					
Cabo-verdianos	2,6	2,6	2,6	2,6	2,9
Estrangeiros	3,6	3,8	3,7	4,2	2,7
Estrangeiros					
África do Sul	3,9	2,7	1,7	1,9	1,8
Alemanha	7,1	7,3	7,1	6,4	6,3
Áustria	5,7	5,4	4,4	4,2	4,8
Bélgica + Holanda	7,3	7,4	7,4	7,3	6,7
Espanha	4,4	4,3	3,9	3,8	4,5
Estados Unidos	2,7	2,5	2,8	2,7	2,6
França	4,2	4,7	4,8	4,8	4,3
Reino Unido	8,6	8,9	9,1	8,4	8,3
Itália	6,7	6,6	5,2	6,7	6
Portugal	5	4,9	4,7	4,9	4,8
Suíça	5	4,8	5	4,9	5
Outros países	5,7	5,4	5,4	5,7	5,5

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 154 – Estadia média nos estabelecimentos hoteleiros por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2014 – 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	6	6,3	6,1	6,2	5,9
Hotéis	6,4	6,7	6,6	6,5	6,2
Pensões	2,9	2,6	2,7	2,9	3
Pousadas	2,9	2,6	2,5	2,9	2,2
Hotéis-apartamentos	4,8	3,3	4,3	4,7	4,6
Aldeamentos turísticos	6,5	5,7	4	6,4	6,5
Residenciais	2,8	2,6	2,9	3	3

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

A taxa de ocupação-cama foi de 55%, inferior à de 2017 em 3 p.p. Os hotéis foram os estabelecimentos de alojamento turístico com maior taxa de ocupação-cama 64%. Seguem-se os aldeamentos turísticos e as pousadas com 40% e 22%, respetivamente.



As ilhas da Boa Vista e do Sal tiveram as maiores taxas de ocupação-cama com 80% e 61%, respetivamente.

Tabela 155 – Taxa de ocupação-cama (%) por tipo de estabelecimento de alojamento turístico, (2014 – 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Total	53	49	55	58	55
Hotéis	62	57	64	69	64
Pensões	16	11	14	16	17
Pousadas	23	21	24	25	22
Hotéis-apartamentos	24	15	21	21	20
Aldeamentos turísticos	28	19	36	37	40
Residenciais	18	17	18	19	18

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 156 – Taxa de ocupação-cama (%) por Ilha (2014 – 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Cabo Verde	53	49	55	58	55
S. Vicente	24	24	23	23	24
Sal	56	49	58	66	61
Boa Vista	76	76	82	85	80
Santiago	23	21	20	19	24
Restantes Ilhas

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspede



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2018



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 (ODS 13) confere importância à resiliência e à capacidade de adaptação dos agrupamentos humanos frente aos riscos associados ao clima e às catástrofes naturais. No entanto, o foco central é combater a mudança climática e seus impactos.



ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA

Para este objetivo, a maioria dos indicadores propostos estão classificados como “Tier III”, ou seja, indicadores para os quais ainda não existe uma metodologia concertada e com uma base de dados a ser compilada. Portanto, para o AECV-2018, não se tem indicadores (igualmente ao AECV 2017) com metodologia definida, nem dados disponíveis para acompanhar o progresso desse objetivo.

O objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 (ODS13) confere importância à resiliência e à capacidade de adaptação dos agrupamentos humanos frente aos riscos associados ao clima e às catástrofes naturais. No entanto, o foco central é combater a mudança climática e seus impactos.

OUTROS INDICADORES

A modificação no clima, imputada direta ou indiretamente à atividade humana, tem alterado a atmosfera global, constituindo assim uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam na atualidade. Neste sentido, a ação climática inclui em atuar simultaneamente ao nível da redução das emissões de Gases com Efeitos de Estufa (GEE), e ao nível da adaptação aos efeitos negativos das mudanças climáticas que ocorrem atualmente.

Assim, Cabo Verde ratificou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC), a 29 de Março 1995. Desde então, na condição de Parte Contratante da Convenção, elaborou três edições da “Comunicação Nacional de Cabo Verde para Mudanças Climáticas”, nas quais relata as circunstâncias nacionais em que evoluiu em termos de ações concretas no âmbito das mudanças climáticas. Ao longo desse período, Cabo Verde vem implementando projetos e programas alinhados com as mudanças climáticas, a saber:

- Estratégia de Desenvolvimento de Baixo Carbono e Resiliente (2015);
- Contribuição Intencional Nacionalmente Determinada (sigla inglesa INDC, 2015) para o horizonte 2015/2030;
- Procedeu à assinatura e ratificação do Acordo de Paris, através da Assembleia Nacional, com a aprovação da Resolução nº35/IX/2017, de 12 de maio. Aceitação da ratificação do Acordo de Paris, pelo secretariado da CQNUMC, a 22 de abril 2016, que entrou em vigor a 21 de outubro 2017.



Cabo Verde pertence ao grupo de países mais vulneráveis às mudanças climáticas. Tal como o evidenciado pelo índice ND-Gain5, é o 65º país mais vulnerável e o 79º mais resiliente, situando-se no quadrante superior direito da matriz do referido índice. Isto significa que já deu passos importantes no sentido de aumentar a resiliência, mas subsistem ainda grandes desafios para a redução das vulnerabilidades e necessidades urgentes de reforço de medidas de adaptação e de aumento da resiliência (PEDS 2017-2021).

As ilhas do arquipélago de Cabo Verde, devido à sua localização geográfica (integram o grupo dos países do Sahel), apresentam um clima árido e semiárido, quente e seco, com temperatura média anual a rondar os 25º C, com fraca pluviosidade, podendo ser identificadas duas estações que definem o clima das ilhas: o tempo das brisas (estação seca - dezembro a junho) e o tempo “das águas” (estação das chuvas, que, normalmente, decorre entre agosto e outubro, sendo o mês de julho de transição).

Tabela 157 – Temperatura média anual do ar em Cabo Verde (2013 – 2017)

Estações Meteorológicas	2013	2014	2015	2016	2017
Porto Novo	24,8	24,5	24,6	25	25,2
Mindelo	24,4	23,8	23,9	24,4	24,6
Aeroporto de S. Pedro	24,6	24,5	24,4	24,8	24,7
Aeroporto do Sal	24	23,2	23,3	24,1	24,0
Aeroporto de Rabil	24,4	23,8	24,2	24,2	24,6
Aeroporto da Praia	24,5	24,2	24,4	25,1	25,4
Aeródromo de S. Filipe	25,3	24	23,9	26,5	25,4
Mosteiros	24,8	23,9	24	24,6	24,9

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

Tabela 158 – Precipitação total anual em Cabo Verde (2014 – 2018)

Estações Meteorológicas	2014	2015	2016	2017	2018
milímetros (mm)					
Mindelo	78,9	73,6	233,6	44,0	44,9
Aeroporto do Sal	96,1	119,5	114,4	39,6	35,8
Aeroporto da Praia	139,4	336,9	232,2	69,6	134,9
Mosteiros	133,1	633,8	449,6	114,4	213,0

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

O conjunto das ilhas ocupa uma superfície emersa total de 4.033 km² e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) que se estende por cerca de 734.000 km². A linha da costa é relativamente grande, com cerca de 1.020 kms, preenchida por praias de areia branca e negra alternadas com escarpas. Porque a geomorfologia de Cabo Verde constitui uma vulnerabilidade partilhada pela maior parte dos pequenos Estados insulares, a zona costeira carece de uma atenção especial face aos potenciais impactos negativos resultantes das mudanças climáticas globais.

Com efeito, uma possível subida do nível do mar, associada a outros eventos extremos como tempestades, furacões e inundações, afetaria as zonas costeiras e a sua população residente (cerca de 80% dos habitantes), bem como todo o *habitat*, a biodiversidade e as atividades



industriais ligadas à pesca artesanal e ao turismo (Terceira Comunicação Nacional de Cabo Verde para mudanças climáticas, 2017).

Modelos climáticos, publicados durante a avaliação do Programa de Ação Nacional de Adaptação (NAPA), para o período 2008-2012, mostraram que as vulnerabilidades naturais do país, juntamente com suas implicações sociais e económicas, serão muito provavelmente exacerbadas pelas perturbações climáticas nas próximas décadas. Estas incluem eventos extremos mais frequentes, como tempestades, inundações e secas, bem como temporadas de chuvas mais curtas, escassez hídrica com impactos imediatos nos meios de subsistência, infraestruturas, condições sanitárias, recarga de reservatórios e produtividade agrícola (PEDS 2017-2021).

Emissões e Remoções de Gases com Efeito de Estufa (GEE)

Como signatário da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (CQNUMC/UNFCCC) ou da Convenção do Clima, Cabo Verde elegeu como uma das suas principais obrigações a elaboração de Comunicações Nacionais e a subsequente atualização periódica do Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases com Efeito de Estufa (GEE) não controladas pelo protocolo de Montreal. Cabo Verde já apresentou o primeiro e o segundo inventários, tomando como base o ano de 1995 e o de 2000, respetivamente. Em 2017, apresenta o terceiro inventário, seguindo as Diretrizes para Elaboração das Comunicações Nacionais dos Países não Listados no Anexo I da Convenção (países em desenvolvimento), de acordo com Decisão 17/CP.8 da Convenção e as diretrizes metodológicas do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC).

A tabela 159 apresenta a evolução das emissões e remoções de GEE em Cabo Verde entre 1995 e 2010, por setores inventariados. As emissões de GEE em Cabo Verde somaram 452,54 Gg de dióxido de carbono, equivalente (CO₂eq) em 2005 e 485,26 Gg CO₂eq em 2010. O subsetor de Energia foi responsável pela maior parte das emissões nesses anos.

Em 2005, foram emitidos 548,60 CO₂eq e, em 2010, 542,16 Gg CO₂eq. O setor da Agricultura, Floresta e Outros Usos da Terra (AFOLU) é responsável pela remoção líquida de CO₂ (-129,77 Gg CO₂eq em 2005 e -117,81 Gg CO₂eq em 2010), essencialmente por causa do subsector das florestas. Estas absovem CO₂, contribuindo assim para a redução das emissões totais de GEE do país.

Tabela 159 – Emissões e Remoções de CO₂eq por setor, 1995-2010

Sectores	1995	2000	2005	2010	Variação %	
	Gg CO ₂ eq				2000-2005	2005-2010
Energia	233,74	300,29	548,6	542,16	82,69	-1,17
Processos Industriais e Usos de Outros Produtos (IPPU)	0,35	0,51	1,35	3,37	168,21	148,48
Agricultura, Floresta e outros usos da terra (AFOLU)	-96,27	-123,47	-129,77	-117,81	5,11	-9,22
Resíduos	27,87	25,67	32,35	57,54	26,03	77,85
Total Emissões e Remoções	165,7	203	452,54	485,26	122,93	7,23
Total Emissões e Remoções sem floresta	261,97	326,46	582,31	603,07	78,37	3,56

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica



As emissões por habitante em 2010, em Cabo Verde, foram cerca de 0,99 tCO₂eq. Isto representa um incremento de 1,02% das emissões por habitante de 2005 com 0,98 tCO₂ eq.

De qualquer forma, apesar de o país não estar sujeito a nenhuma restrição em termos de aumento das emissões, algumas medidas que podem aliviar a sua evolução estão em curso, nomeadamente as de mitigação definidas na INDC e apresentadas pelo país como medidas essenciais na produção de energia.

Capacidade de Redução das Emissões de Gases com Efeitos de Estufa e Medidas de Mitigação

O Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER), Resolução nº 100/2015 de 15 de outubro 2015, tem sido um documento de referência para a transição energética de Cabo Verde, o qual integra uma compilação de documentos de política pública, que inclui adicionalmente o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) e a Agenda de Ação para a Energia Sustentável para Todos (SE4ALL). Está indicado que o plano energético do país até 2030 prevê algumas medidas que impliquem a mitigação dos efeitos de GEE. O ponto de partida para a definição de medidas a implementar foram as principais metas de mitigação que o país optou por definir na INDC 2015 e que incluem:

- 30% de eletricidade de origem renovável em 2025;
- Redução da procura de energia em 20% até 2030;
- Aumento da eficiência no setor dos transportes;
- Florestação e reflorestação de 10 000 ha até 2030.

De acordo com o terceiro inventário de GEE, o setor da Energia é o que mais tem contribuído para a totalidade das emissões em Cabo Verde. Assim sendo, as energias renováveis apresentam-se como a oportunidade para Cabo Verde reduzir as emissões de Gases com Efeitos de Estufa (GEE) e ainda resolver, de forma estrutural, os problemas do setor energético, reduzindo os custos e preços da energia, minimizando a incerteza e exposição aos preços internacionais dos combustíveis. Cabo Verde está a implementar uma estratégia energética pró-ativa que fomenta a transição do país para as energias renováveis e generaliza a eficiência energética, através dos principais setores que consomem energia na economia (residencial, transporte, indústria e turismo). Em 2010, o país começou a apostar fortemente na produção de energia elétrica com recurso às fontes renováveis, mais concretamente, às energias solar e eólica. Em 2018, essas duas fontes contribuíram para cerca de 20,3% de penetração de ER na rede elétrica.

As previsões das emissões e remoções de GEE, caso sejam implementadas as medidas de mitigação apresentadas no INDC, indicam que o total das emissões e remoções aumenta 17,63% em 2030 em relação a 2010. Este aumento é devido essencialmente da contribuição das emissões do setor dos transportes, pois prevê-se que haja aumento do volume de atividade nos portos e aeroportos de Cabo Verde, bem como no aumento do parque de automóveis.



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2018



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14) visa a conservação dos recursos marinhos.



ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA

Este tema compreende indicadores ligados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14), produzidos no país, atendendo ao fato de que a pesca sempre foi uma actividade de extrema relevância para a economia, constituindo, assim, uma via que permite a população rural, na sua maioria, ter oportunidade de emprego e de rendimento.

O objetivo de desenvolvimento sustentável 14 (ODS 14) visa a conservação dos recursos, pois, apesar da pesca ser uma fonte importante de rendimento e fonte de alimento, se feita de forma desregulada, desequilibra o ciclo biológico de seres marinhos e terrestres e pode ser nociva, aumentando, em consequência, o risco de extinção de várias espécies. Além disso, há o despejo de esgoto, produtos químicos, lixo e petróleo, que também comprometem o desenvolvimento saudável da vida marinha. Esse objetivo tem como alvo a preservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos.

Indicador 14.4.1 Percentagem de unidades populacionais de gestão pesqueira dentro dos limites biológicos sustentáveis.

Tabela 160 – Potencial haliéutico (Toneladas) (2010)

Indicador	Valor	2010
Potencial haliéutico (Toneladas)	Mínimo	36 000
	Máximo	44 000

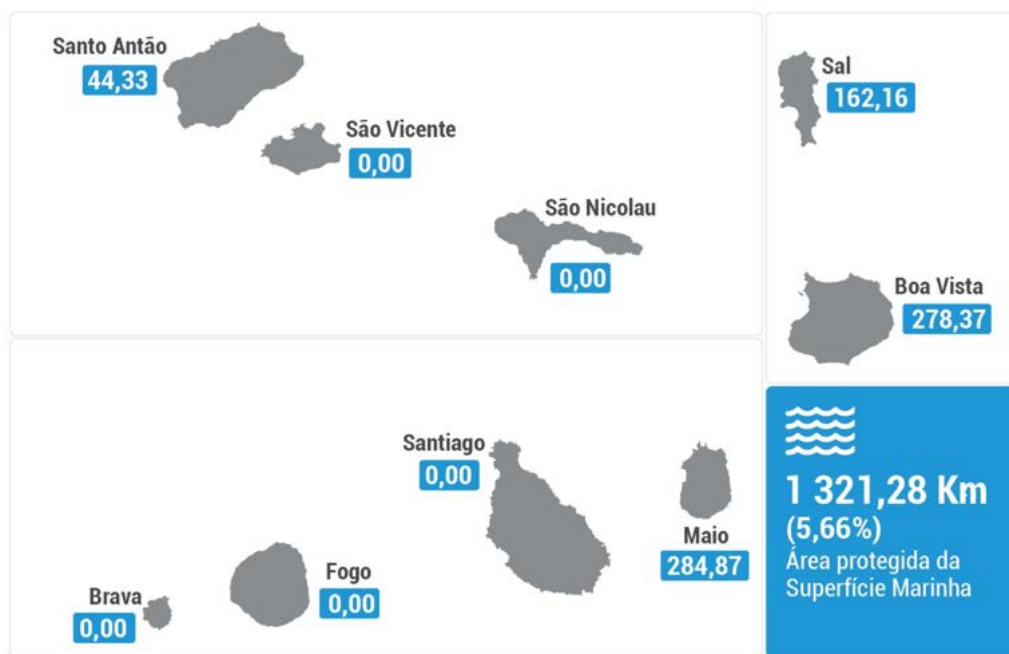
Fonte: Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas



Indicador 14.5.1 Cobertura de áreas protegidas em relação a áreas marinhas

Quanto às áreas protegidas da superfície marinha, as informações da Figura 20 apontam para um total de 1.321,28 km², o que corresponde a 5,66% da superfície marinha total.

Figura 21 – Área protegida da superfície marinha (2015)



Fonte: Direção Nacional do Ambiente

Tabela 161 – Cobertura de áreas marinhas protegidas relativamente às áreas marinhas

	Marinha	
	Superfície (km²)	%
Cabo Verde	1 321,28	5,66
Santa Luzia	273,18	-
Ilhéus Branco e Raso	278,37	-

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

Indicador 14.7.1 Percentagem do PIB atribuída à pesca sustentável nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, nos países menos desenvolvidos e em todos os países.

Tabela 162 – Proporção (%) da Pesca no PIB

Indicador	2014	2015	2016	2017	2018
Proporção da Pesca no PIB)	0,9	1,2	0,7	0,7 ^P	0,9 ⁷

Fonte: Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas e INE- Contas Nacionais

⁷ Valor provisório



OUTROS INDICADORES

Em 2017, a pesca artesanal contava com 1.588 embarcações de boca aberta e 5.078 pescadores. Essa frota dedica-se, maioritariamente, à pesca à linha de mão dirigida a espécies demersais e grandes pelágicos e inclui também unidades que se dedicam ao mergulho, dirigido a espécies demersais, lagostas costeiras, outros crustáceos e moluscos, tais como búzio, polvo e choco.

Tabela 163 – Número de embarcações (botes), número de pescadores e número médio de pescadores, por embarcação de pesca artesanal, por ilha (2017)

	Número de Botes	Número de Pescadores	Nº médio de pescadores por embarcação
Cabo Verde	1 588	5 078	3,2
Santo Antão	156	640	4,1
S. Vicente	113	514	4,5
S. Nicolau	94	267	2,8
Sal	151	482	3,2
Boa Vista	140	318	2,3
Maio	103	229	2,2
Santiago	571	1.863	3,3
Fogo	157	514	3,3
Brava	103	251	2,4

Fonte: Direção Nacional de Economia Marítima e Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

Quanto à pesca industrial, em 2018, registaram-se 119 embarcações que empregavam 1.209 pescadores. Do total das embarcações, 37,8% encontravam-se registadas na ilha de São Vicente e 37,8% na de Santiago.

Tabela 164 – Número de embarcações, número de pescadores e número médio de pescadores, por embarcação de pesca industrial/semi-industrial, por ilha (2018)

	Número de Embarcação	Número de Pescadores	N.º Médio de pescadores por embarcação
Cabo Verde	119	1 209	10,2
Santo Antão	6	72	12,0
S. Vicente (1)	45	491	10,9
S. Nicolau	5	58	11,6
Sal	7	63	9,0
Boa Vista	6	25	4,2
Maio	0	0	0,0
Santiago	45	456	10,1
Fogo	4	35	8,8
Brava	1	9	9,0

Fonte: Direção Nacional de Economia Marítima e Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

De um modo geral, as capturas aumentaram 43,3% entre 2017 e 2018, tendo as capturas das pescas artesanal e semi e industrial aumentado em 10,6% e 63,5%, respectivamente.

O aumento das capturas provenientes dos desembarques da pesca semi-industrial e industrial, realizadas em águas marítimas nacionais, concentra-se nos grupos de espécies de tunídeos (63,1%) e pequenos pelágicos (34,2%).

Tabela 165 – Capturas nominais de pescado (em toneladas), segundo o tipo de pesca, por principais espécies (2014-2018)

	Artesanal	Semi e Industrial	Aquacultura	Total
2014	4 553,00	10 746,00		15 299,00
2015	4 286,00	9 694,00		13 980,00
2016	4 155,87	5 338,57		9 494,44
2017	3 772,60	6 101,46		9 874,06
2018				
Total	4 173,81	9 973,46	3,00	14 150,27
Tunídeos	1 765,39	6 291,55		8 056,94
Pequenos Pelágicos	653,87	3 410,19		4 064,06
Demersais	1 256,78	261,54		1 518,33
Diversos	470,86	9,41		480,27
Crustáceos e Moluscos	23,20	0,76	3,00	26,96
Tubarões	3,71	0,00		3,71

Fonte: Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas



Os indicadores relativos à importação de pescado indicam uma taxa de crescimento médio anual positiva, tanto em termos de peso (10,3%), como de valores monetários (18,8%).

De realçar que, em 2018, a grande maioria do pescado importado corresponde, basicamente, à importação de filetes de peixe e a outra de carne de peixe (picada), frescos, refrigerados ou congelados, representando cerca de 32,4% do total importado em termos de peso e 32,8% em valores.

Tabela 166 – Importação de pescado - peso e valor (2014-2018)

	Peso (Toneladas)	Valor (Milhões ECV)
2014	662,43	322,50
2015	668,25	319,41
2016	821,05	469,96
2017	1 079,14	567,70
2018		
Total	981,75	641,57
Peixes vivos	0,70	1,37
Peixes frescos ou refrigerados, exceto filetes de peixes e outra carne	3,00	1,92
Peixes congelados, exceto os filetes de peixes e outra carne de peixe	135,18	68,76
Filetes de peixe e outra carne de peixes (picada), frescos, refrigerados ou congelados	318,57	210,37
Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes fumados, mesmo cozidos...	90,27	83,28
Crustáceos, mesmo sem casca, vivos frescos, refrigerados, congelados, secos	169,43	142,04
Moluscos, com ou sem concha, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados...	264,60	133,82

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Para o indicador da exportação dos produtos do pescado, constata-se que, de 2014 a 2018, houve uma taxa de variação média anual negativa de 19,1% e de 16,2%, tanto em valor monetário como em termos de peso (toneladas). Contudo, entre 2017 e 2018, registou-se um aumento em peso (58,7%) como em valor monetário (31,1%) do pescado exportado.



De referir ainda que, em 2018, o pescado exportado (em toneladas) era constituído quase exclusivamente (97,9%) por peixes congelados, exceto filetes de peixes e outra carne de peixe.

Tabela 167 – Exportação de pescado - peso e valor (2014-2018)

	Peso (Toneladas)	Valor (Milhões ECV)
2014	24 001,80	2 977,89
2015	24 975,90	2 945,60
2016	17 141,80	2 280,01
2017	7 461,20	973,49
2018		
Total	11 837,73	1 275,83
Peixes frescos ou refrigerados, exceto filetes de peixes e outra carne	0,00	0,00
Peixes congelados, exceto os filetes de peixes e outra carne de peixe	11 588,80	1 199,14
Filetes de peixe e outra carne de peixes (picada), frescos, refrigerados ou congelados	21,29	1,50
Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes fumados, mesmo cozidos...	0,00	0,00
Crustáceos, mesmo sem casca, vivos frescos, refrigerados, congelados, secos	0,92	3,94
Moluscos, com ou sem concha, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados...	226,72	71,25

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Apesar de as exportações dos produtos de pescado apresentarem uma tendência decrescente e as importações um crescimento, as exportações são de longe superiores às importações, sendo a pesca um excelente gerador de divisas para o país.

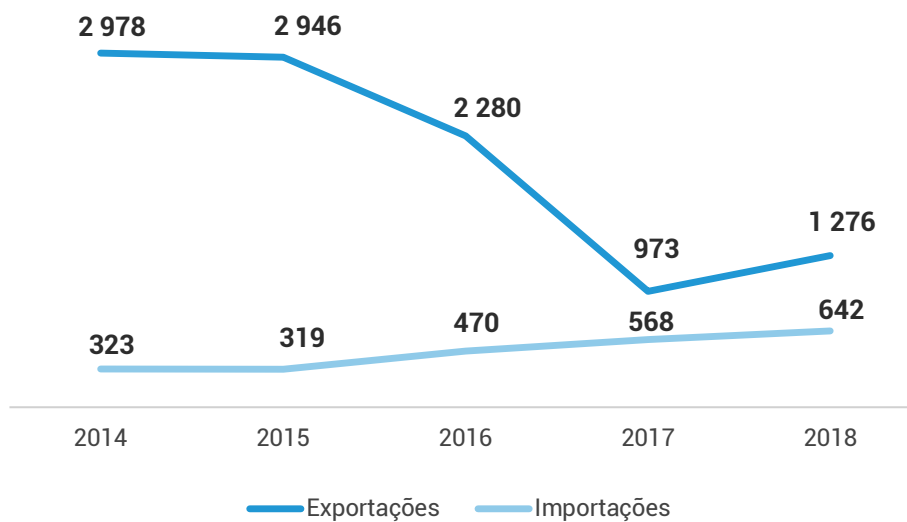
Tabela 168 – Saldo da balança comercial de produtos do pescado (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Balança Comercial	2 655,4	2 626,2	1 810,1	405,8	634,3
Importação	322,5	319,4	470,0	567,7	641,6
Exportação	2 977,9	2 945,6	2 280,0	973,5	1 275,8

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo



Gráfico 51 – Valor (em milhões de ECV) das importações e exportações de pescado (2014-2018)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Nota: Fazer correcção no AECV_2017, no gráfico 29 (valor da importação)



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2018



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 (ODS 15) tem como foco a preservação dos ecossistemas terrestres, das florestas e da biodiversidade. A preocupação não se dá só com a preservação e/ou conservação do que já existe, mas também com a reversão de danos já causados ao ambiente.



ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE

Este tema compreende os indicadores ligados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 (ODS 15) produzidos no país. De um modo geral, o ODS 15 volta-se para a proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 (ODS 15) tem como foco a preservação dos ecossistemas terrestres, das florestas e da biodiversidade. A preocupação não se dá só com a preservação e/ou conservação do que já existe, mas também com a reversão de danos já causados ao ambiente.

Indicador 15.1.1 Proporção do território que é área florestal

A florestação em Cabo Verde, levada a cabo de forma intensiva, desde os primórdios da independência nacional, pelos sucessivos governos, mas com o forte apoio da cooperação internacional, tem exercido, num primeiro plano, um papel crucial na luta contra a desertificação e, num segundo, tem permitido a satisfação das necessidades de uma boa parte da população.

O país dispõe, atualmente, de um património em vegetação lenhosa avaliado em 89.903 ha, dos quais 54.919,4 são classificados como floresta, de acordo com os padrões da FAO⁸.

Tabela 169 – Área coberta, por vegetação lenhosa e por floresta e respetivas proporções, por ilha (2012)

	Área florestal (ha)	% área florestal/ ilha	% Área florestal nacional
Cabo Verde	54 919,4		13,60
Santo Antão	2 177,8	3	0,51
S. Vicente	2 163,1	10	0,53
S. Nicolau	2 464,1	7	0,61
Sal	356,0	2	0,08
Boa Vista	1 822,6	3	0,45
Maio	5 446,9	20	1,35
Santiago	37 328,3	38	9,25
Fogo	2 347,4	5	0,58
Brava	813,2	13	0,20

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

⁸ Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)



Indicador 15.1.2 Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema.

Os dados da tabela 171 mostram que a superfície terrestre das áreas protegidas foi de 733,57Km², em 2015, representando 18,19% da totalidade da superfície terrestre em Cabo Verde. Com exceção de Santa Luzia e ilhéus Branco e Raso, que são considerados áreas protegidas na sua globalidade, as ilhas da Boa Vista (37,29%), Maio (28,24%) e Santo Antão (25,38%) são as que têm mais áreas protegidas, sendo Brava a única sem área protegida.

Quanto às áreas protegidas da superfície marinha, as informações constantes da tabela 196 apontam para um total de 1.321,28 km², o que corresponde a 5,66% da superfície marinha total.

Tabela 170 – Superfície e proporção das áreas protegidas (terrestre e marinha), por ilha (2015)

	Terrestre		Marinha	
	Superfície (km ²)	%	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	733,57	18,19	1 321,28	5,66
Santo Antão	197,67	25,38	44,33	-
S. Vicente	3,12	1,37	0,00	-
Santa Luzia	34,27	100,00	273,18	-
Ilhéu Branco e Raso	8,54	100,00	278,37	-
S. Nicolau	22,77	6,64	0,00	-
Sal	38,27	17,72	162,16	-
Boa Vista	231,17	37,29	278,37	-
Maio	75,98	28,24	284,87	-
Santiago	36,47	3,68	0,00	-
Fogo	84,69	17,79	0,00	-
Brava	0,00	0,00	0,00	-

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

As áreas terrestres protegidas, com instrumentos de gestão aprovados, passaram de 1.726 hectares, em 2008, para 38.844,86 hectares, em 2015, tendo sido registados 17.792,19 hectares, em 2014. Em relação às áreas marinhas protegidas com instrumentos de gestão aprovados, o valor registado foi de 120.672,47 hectares, em 2015, e 28.847,19 hectares, em 2014.

Tabela 171 – Superfície e proporção das Áreas Protegidas (terrestre e marinha) com Instrumento(s) de Gestão aprovado(s) (2008-2015)

	Terrestre		Marinha	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
2008	1 726,00	0,43	0,00	0,00
2010	10 194,50	2,53	0,00	0,00
2014	17 792,19	4,41	28 487,19	1,26
2015	38 844,86	9,63	120 672,47	5,32

Nota: Percentagens calculadas em função das superfícies (áreas) terrestre e mar territorial de Cabo Verde

Fonte: Direção Nacional de Ambiente



ANUÁRIO ESTATÍSTICO **CABO VERDE 2018**



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16) aborda temas relacionados com o acesso à Justiça, à segurança pública e à promoção de uma sociedade mais pacífica. Por isso, neste objetivo, entram metas associadas à redução de mortes por violência, tráfico e tortura contra crianças e à promoção de um Estado de Direito em que todos tenham direito a se defender. Também são abordados crimes internacionais, como o tráfico de armas, o fenómeno global da corrupção e a participação social nas instituições de poder, amparada por acesso público à informação.



ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Neste tema, apresentam-se os resultados sobre os indicadores do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16), provenientes do Ministério da Administração Interna e do Inquérito sobre Governança Paz e Segurança, realizado pelo INE.

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16) aborda temas relacionados com o acesso à justiça, à segurança pública e à promoção de uma sociedade mais pacífica. Por isso, neste objetivo, entram metas associadas à redução de mortes por violência, tráfico e tortura contra crianças e à promoção de um Estado de direito em que todos tenham o direito a defender-se. Também são abordados crimes internacionais, como o tráfico de armas e o fenómeno global da corrupção, bem como a participação social nas instituições do poder, amparada pelo acesso público à informação.

Indicador 16.1.1. Número de vítimas de homicídio voluntário, por 100.000 habitantes por grupo etário

Entre os anos de 2017 e de 2018, Cabo Verde registou uma ligeira diminuição no número de homicídios, por 100 000 habitantes passando de 7,1 para 6,6.

Tabela 172 – Vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes por sexo e grupo etário (2017/2018)

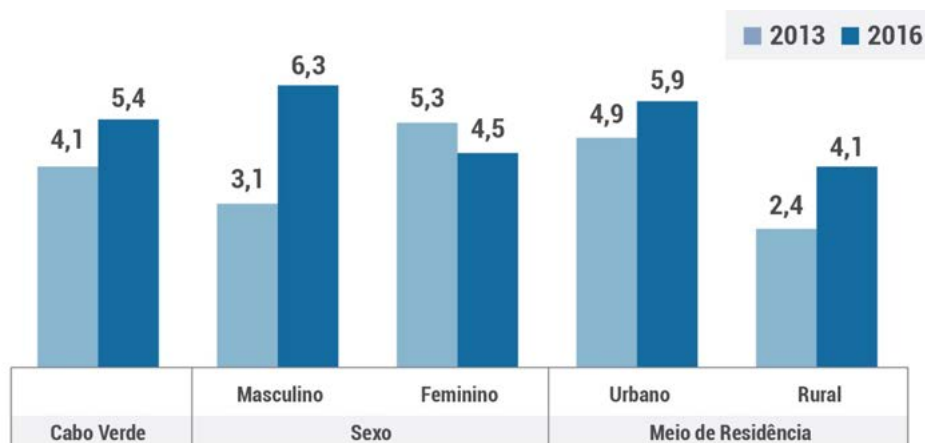
	Vítimas de Homicídio por 100.000 habitantes					
	2017			2018		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
CABO VERDE	6,0	1,1	7,1	4,8	1,8	6,6
IDADE						
Menor 12			0,0			0,2
[12-16]			0,0			0,0
[17-21]			0,9			1,1
[22-30]			2,4			1,8
[31-45]			2,6			1,8
Maior 45			1,1			1,8

Fonte: Ministério da Administração Interna



Indicador 16.1.3. Proporção (em %) da população objeto de violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses

No plano nacional, Cabo Verde registou um aumento de 1,3 p.p. relativamente às vítimas de violência física entre os anos de 2013 e de 2016. No seio das mulheres, a incidência diminuiu, entre os dois anos, na ordem de 0,8 p.p., contrariamente ao verificado entre os homens que aumentou em 3,2 p.p. Quanto ao meio de residência, o número de vítimas de violência física aumentou tanto no meio urbano (1,0 p.p.), como no meio rural (1,7 p.p.).



Fonte: INE, Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.1.4. Proporção (em %) de pessoas que se sentem seguras quando caminham sozinhas na área onde vivem

Este indicador dispõe de dados desagregados por período: dia e noite. A insegurança é maior no período da noite, nos dois anos em referência, ou seja, as pessoas sentem-se mais seguras caminhando sozinhas durante o dia, tanto em 2013, como em 2016. Entretanto, comparando os dados dos dois anos, verifica-se uma diminuição no nível de segurança quando se trata de caminhar sozinho de dia (em 3,0 p.p.) e um aumento no que se refere a caminhar sozinho durante a noite (7,7 p.p.).

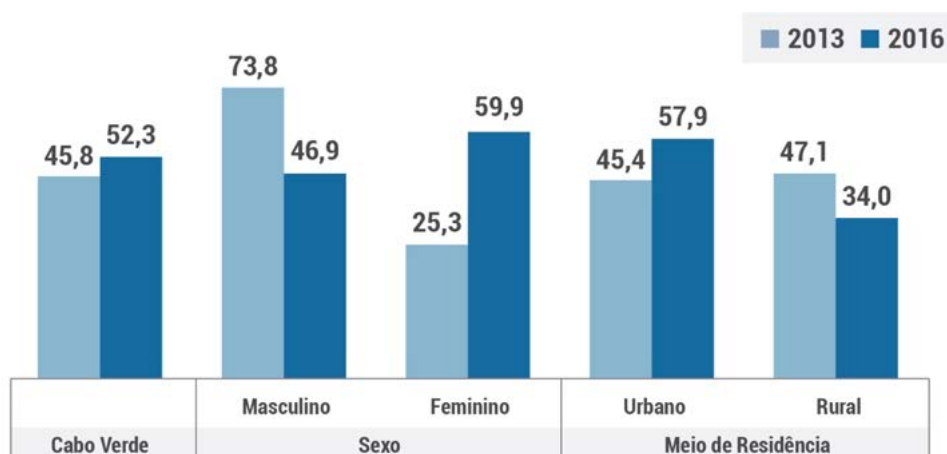
	2013	2016
Durante o dia	84,4	81,4
Durante a noite	44,0	51,7

Fonte: INE, Inquérito sobre Governança Paz e Segurança



Indicador 16.3.1. Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos

Ao nível nacional, o número de vítimas de violência física diminuiu em 6,5 p.p. Desagregando os dados por sexo e meio de residência, verifica-se que, nos anos em análise, o número de vítimas aumentou, especificamente, no seio das mulheres (em 34,6 p.p.) e da população urbana (em 12,5 p.p.).

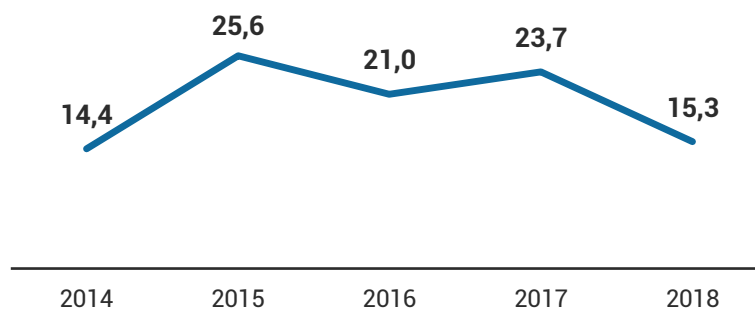


Fonte: INE, Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.3.2 Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos

Da leitura do gráfico a seguir, verifica-se que o período em análise (2013 – 2018) é marcado por flutuações constantes. Ressalta-se uma diminuição significativa de 8,4 p.p. entre 2017 e 2018.

Gráfico 52 – Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos. (2014-2018)



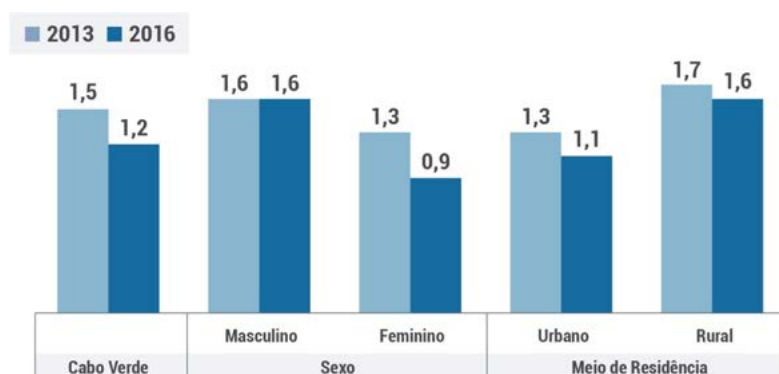
Fonte: Ministério da Justiça e Trabalho(2013-2017) e INE (Recenseamento Prisional 2018)

Indicador 16.5.1. Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos nos últimos 12 meses.

Cerca de 1,2% dos inquiridos declararam que, nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito, se sentiram, pelo menos uma vez, obrigados a oferecer dinheiro, presente ou favor a um funcionário público em troca de um benefício, representando uma diminuição de 0,3 p.p. quando comparado com o ano de 2013.



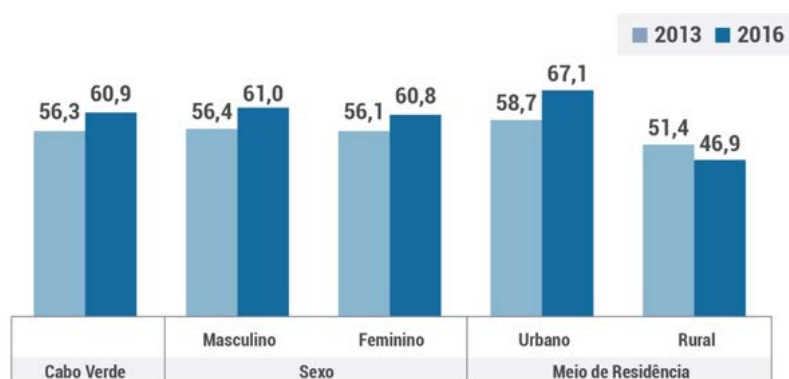
De acordo com os dados presentes, a incidência da corrupção diminuiu para a população feminina, urbana e rural e manteve-se constante no seio dos homens.



Fonte: INE, Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.6.2 Proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos.

Globalmente, o nível de satisfação das pessoas com os serviços públicos aumentou de 2013 para 2016, com excepção apenas no meio rural, onde se pode concluir que a meta foi alcançada, pois o aumento da satisfação das pessoas com os serviços públicos reflete o aumento da eficácia das mesmas.



Fonte: INE, Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.7.2. Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, grupo etário, incapacidade e grupo populacional.

Os dados mostram que a proporção da população que acredita que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados diminuiu de 2013 para 2016 na ordem dos 1,7 p.p. Este facto verifica-se em ambos os sexos e faixas etárias, com excepção das pessoas com idade entre os 35 e 44 anos, das quais 19,3% acreditam que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, um aumento de 2 p.p. face ao ano 2013.



Proporção da população de 18 anos ou mais que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo e grupo etário

	2013	2016
CABO VERDE	17,4	15,7
SEXO		
Masculino	16,7	15,6
Feminino	18,0	15,7
IDADE		
[18-24 anos]	9,1	5,6
[25-34 anos]	16,2	12,7
[35-44 anos]	17,3	19,3
[45-54 anos]	18,1	17,4
>= 55 anos	31,8	22,3

Fonte: INE, Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.9.1. Proporção de crianças com menos de 5 anos com registo de nascimento numa autoridade de registo civil, por idade.

Com a obrigatoriedade do registo à nascença nos serviços de saúde, a proporção de crianças registadas tem vindo a ser quase que universal. Com base nas projecções demográficas, pode aferir-se que mais de 93% das crianças menores de 5 anos estão registadas.

Tabela 173 – Proporção de crianças registadas com idade inferior a 5 anos por sexo e idade, Cabo Verde (2014-2018)

Sexo	2014	2015	2016	2017	2018
CABO VERDE	101,3	98,4	95,6	94,5	93,0
Sexo					
Masculino	101,6	98,0	94,7	93,5	91,5
Feminino	100,9	98,7	96,5	95,6	94,6
Grupo Etário					
0 anos	95,5	93,0	94,1	93,6	88,2
1 anos	95,7	95,4	92,9	94,1	93,6
2 anos	99,2	95,8	95,5	93,0	94,2
3 anos	108,4	99,3	96,0	95,5	93,1
4 anos	108,0	108,8	99,6	96,3	96,0

Nota: A proporção, por vezes, é superior a 100 porque, nesses anos, temos uma subestimação na projecção, tendo assim mais crianças registadas do que na projecção.

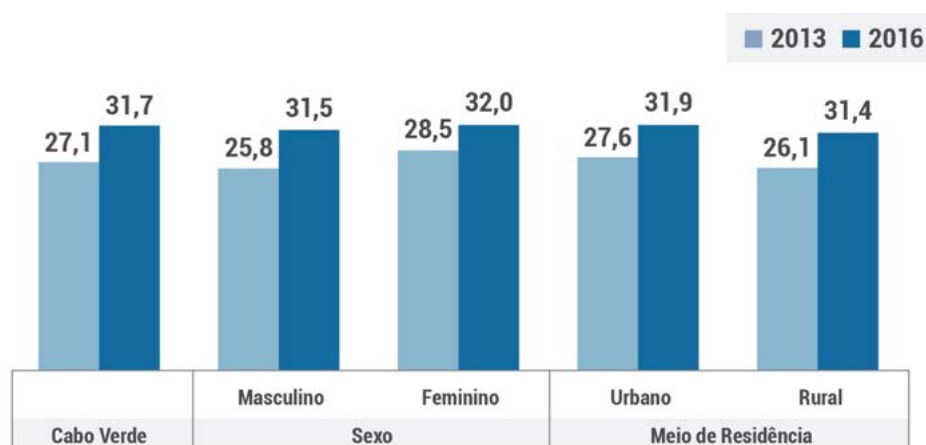
Fonte: INE, 2013 – 2018



Indicador 16.b.1. Proporção da população que reportou ter sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.

Conforme os dados do gráfico abaixo, 27,1% dos cabo-verdianos, em 2013, afirmaram ter sido vítimas de discriminação, pelo menos uma vez, nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito, devido a uma determinada característica que possuem. Esta proporção aumentou em 2016 para 31,7%.

Observa-se, ainda, que as vítimas de discriminação aumentaram, entre os dois anos, para todas as categorias de análise (sexo e meio de residência).



Fonte: INE, Inquérito sobre Governança Paz e Segurança



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2018



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17) é o que tem mais metas e aborda diferentes frentes associadas ao desenvolvimento sustentável. Aborda temas ligados às finanças, tecnologia, capacitação, comércio, coerência de políticas e de instituições, parcerias multissetoriais, dados, monitoramento e prestação de contas.



ODS 17 – PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

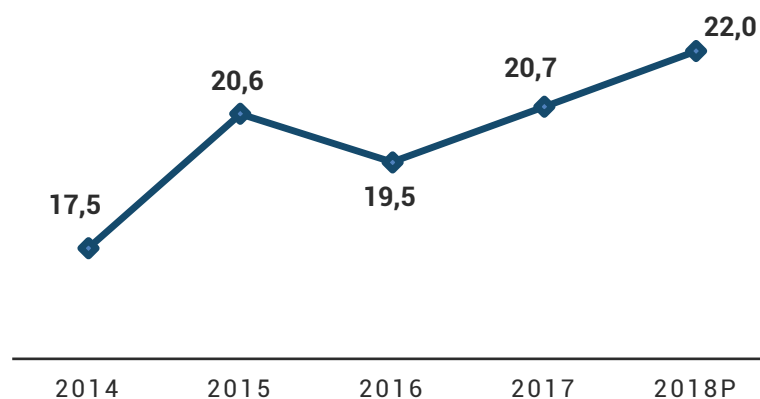
Este tema visa apresentar os indicadores disponíveis do ODS 17, tendo como principais fontes de informação o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Cabo Verde e a Agência Nacional de Comunicações. São apresentados ainda os dados do Comércio Externo.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17) é o que tem mais metas e aborda diferentes fontes associadas ao desenvolvimento sustentável. Há objetivos relacionados às finanças, tecnologia, capacitação, comércio, coerência de políticas e de instituições, parcerias multissetoriais, dados, monitoramento e prestações de contas.

Indicador 17.1.1. Total das receitas fiscais em percentagem do PIB, por fonte.

A receita fiscal, em 2018, foi de 22% do Produto Interno Bruto, tendo sido, em 2017, de cerca de 21%. Constata-se que, entre 2014 e 2018, as receitas fiscais em percentagem do PIB têm oscilado ligeiramente entre alta e baixa.

Gráfico 53 – Total das receitas fiscais em percentagem do PIB (2014-2018)



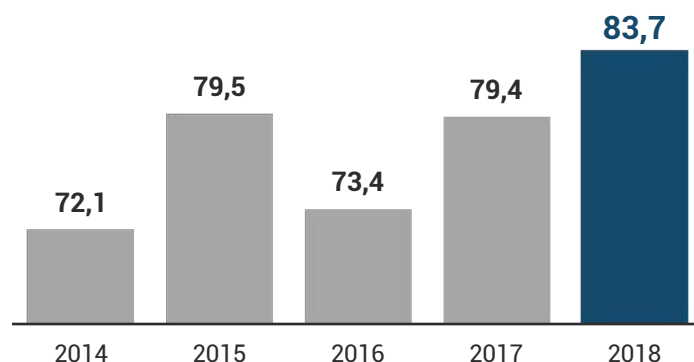
Fonte: INE e Ministério de Finanças



Indicador 17.1.2. Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente.

De acordo com os dados do gráfico 54, a percentagem do orçamento do Estado, financiada por impostos cobrados internamente, foi de 83,7%, em 2018, representando um aumento de 4,3 pp relativamente a 2017, situada em 79,4%.

Gráfico 54 – Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente

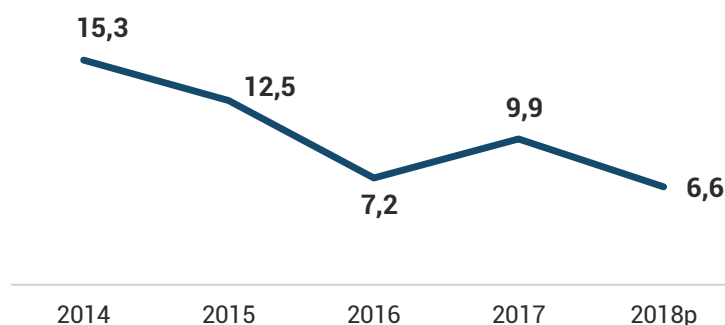


Fonte: Ministério de Finanças

Indicador 17.3.1. Investimento direto estrangeiro (IDE), ajuda pública ao desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul, como proporção do orçamento nacional total.

A ajuda pública ao desenvolvimento, medida em função do PIB, foi de 6,6% em 2018, face aos 9,9% registada em 2017.

Gráfico 55 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento em % do PIB (2014-2018)

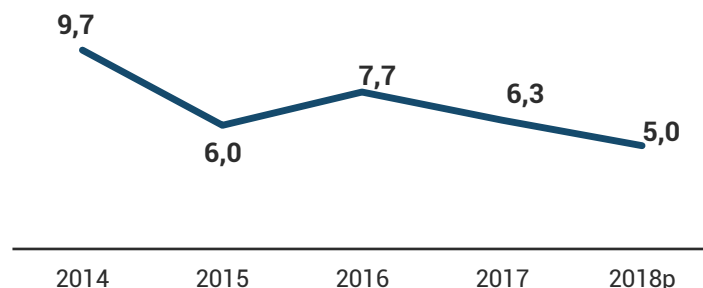


Fonte: Banco de Cabo Verde



Por sua vez, o rácio do Investimento Direto do Estrangeiro, em função do PIB, foi de 5,0%, valor inferior ao registado em 2017 (6,3%).

Gráfico 56 – Investimento Direto do Estrangeiro em % do PIB (2014-2018)

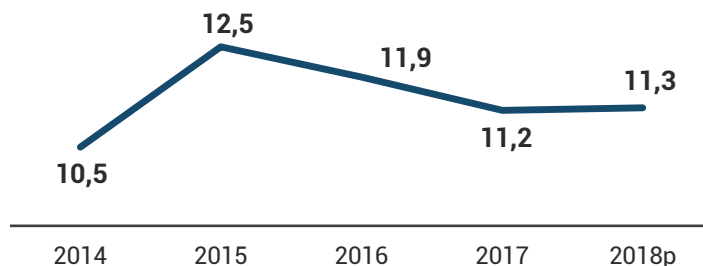


Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 17.3.2. Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total.

As remessas de emigrantes estabilizaram-se em torno de 11% do PIB nos últimos dois anos.

Gráfico 57 – Remessas de Emigrantes em % do PIB

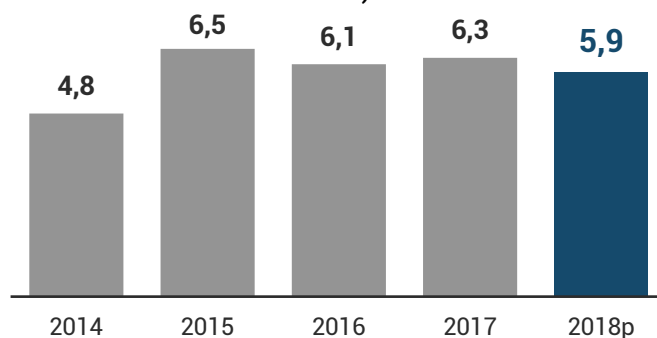


Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 17.4.1. Serviço da dívida em proporção das exportações de bens e serviços

O serviço da dívida externa de Cabo Verde, medido em função das exportações de bens e serviços, foi de 5,9%, em 2018, valor inferior ao registado em 2017 (6,3%).

Gráfico 58 – Serviço da Dívida Externa Pública em proporção das exportações de bens e serviços (2014-2018)

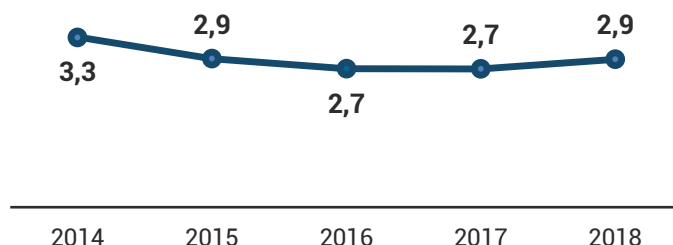


Fonte: Banco de Cabo Verde



Indicador 17.6.2. Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (%).

Gráfico 59 – Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (2014-2018)



Fonte: Agência Nacional de Comunicações

Indicador 17.8.1 Proporção de indivíduos que utilizam a Internet

Mais de metade da população de 10 anos ou mais declarou, em 2018, ter utilizado a internet nos últimos três meses precedentes à entrevista.

Tabela 174 – Proporção de indivíduos de 10 anos ou mais que utilizaram a Internet nos últimos três meses (2018)

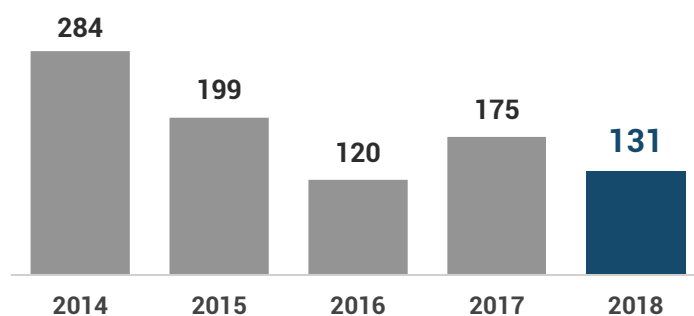
	Grupo etário em análise (em anos)						
	Total	10-14	15-24	25-34	35-64	65-74	75 ou mais
Cabo Verde	58,2	35,6	80,0	77,0	49,1	18,8	4,4
Sexo							
Masculino	62,2	35,1	77,2	75,3	51,9	26,4	5,9
Feminino	56,9	36,2	82,7	79	46,5	13,1	3,6

Fonte: INE, Inquérito Multi-objetivo Contínuo

Indicador 17.9.1. Valor, em dólares, da assistência técnica e financeira (incluindo cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular) destinada a países em desenvolvimento.

A ajuda pública ao desenvolvimento registou uma diminuição significativa, em 2018, passando de 175 milhões de dólares, em 2017, para 131 milhões de dólares.

Gráfico 60 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento em USD (milhões) (2014-2018)

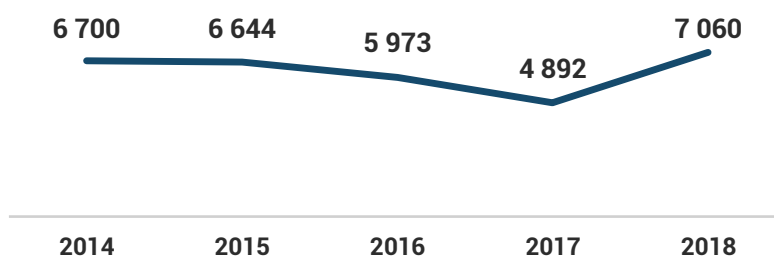


Fonte: Banco de Cabo Verde (BCV)



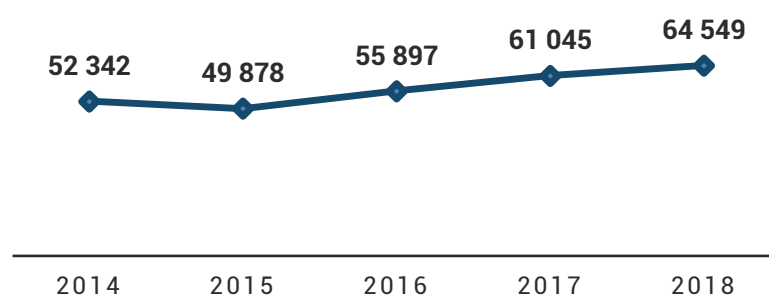
Indicador 17.11.1. Quota-parte das exportações globais provenientes dos países em vias de desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos.

Gráfico 61 – Exportação de mercadorias (em milhões de EVC) (2014-2018)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Gráfico 62 – Exportação de serviços (em milhões de ECV) (2014-2018)



Fonte: Banco de Cabo Verde



Indicador 17.13.1 Painel de indicadores macroeconómicos

Principais Indicadores Macroeconómicos	Unidades	2014	2015	2016	2017	2018
Setor Monetário e Financeiro						
Massa Monetária	taxa variação em %	7,8	5,9	8,4	6,6	1,7
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	22,2	13,4	18,6	2,3	-6,6
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	2,8	2,2	3,7	6,3	2,9
Crédito à Economia ²	em % do PIB	61,1	61,1	60,6	62,3	64,1
Depósitos de Particulares e Sociedades Não Financeiras ³	em % do PIB	85,6	88,6	92,9	95,6	97,3
Depósitos a Prazo e de Poupança de Emigrantes	em % do PIB	30,4	31,4	31,5	29,9	29,5
Taxas de Câmbio						
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	valores médios	104,5	102,4	102,7	103,0	103,5
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	valores médios	114,0	131,8	129,7	128,7	128,7
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	83,1	99,4	99,7	97,9	93,4
Setor Externo						
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-8,6	-2,2	-3,1	-6,8	-4,6
Balança Corrente	em % do PIB	-9,0	-3,4	-3,8	-7,8	-5,3
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	10,5	12,5	11,9	11,2	11,3
Receitas Brutas de Turismo	em % do PIB	20,8	20,6	20,8	22,8	22,1
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	9,7	6,0	7,7	6,3	5,0
Reservas/Importações	meses	5,4	6,7	7,2	5,9	5,5
Finanças Públicas						
Saldo Global ⁴	em % do PIB	-7,4	-3,8	-3,5	-3,1	-2,6
Saldo Global Primário	em % do PIB	-5,1	-1,2	-1,0	-0,5	-0,1
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	89,0	97,0	95,7	94,1	90,5
Stock da Dívida Interna ⁵	em % do PIB	26,9	29,0	32,0	32,7	33,5

Fontes: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças.

Notas:

¹ O valor do PIB para 2018 corresponde a estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatísticas.

² Não inclui dívida titulada das Sociedades Não Financeiras.

³ Inclui todos os depósitos de sociedades não financeiras e particulares, incluindo emigrantes.

⁴ Resultado Global, incluindo Donativos

⁵ Exclui os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).



OUTROS INDICADORES

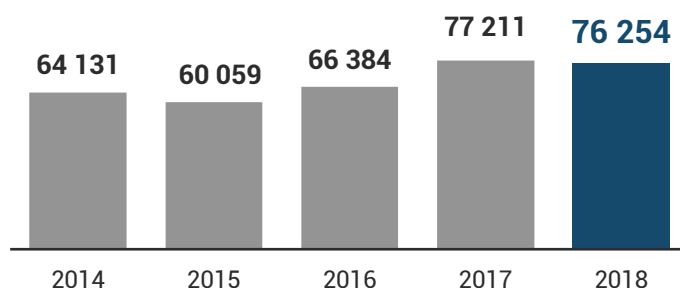
Importações

Importação de bens

De um modo geral, as importações aumentaram 18,9%, de 2014 a 2018, em termos de valor, e apresentaram um aumento de 15,2%, no mesmo período, em termos de peso.

Em 2018, as importações de bens totalizaram 76.254 milhões de escudos cabo-verdianos, correspondendo a uma diminuição de 1,2%, face a 2017. Esta diminuição vem contrariar a dinâmica de crescimento registada nos dois anos anteriores.

Gráfico 63 – Importação de bens em milhões de ECV (2014-2018)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Tendo em conta a Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE), observou-se que, em 2018, as importações de bens de consumo representaram 43,1% do valor total importado e dos Bens Intermedíais (30,0%). Estas categorias acumularam cerca de 73% do valor total das importações de bens, no mesmo ano.

Em 2018, o continente europeu foi o principal fornecedor de Cabo Verde, com 78,0% do valor total importado e 76,2% do peso total importado. O continente africano é a zona económica com menor contribuição (2,6%) no valor total das importações.

Os principais países fornecedores de bens a Cabo Verde continuaram a ser Portugal (40,6%), Espanha (13,9%) e Países Baixos (6,3%) que, juntos, representaram 56,7% dos valores das importações, em 2018. Nota-se ainda que Portugal representa 48,7% do peso total importado. Destes dados, pode afirmar-se que Portugal continua a ser o maior fornecedor de bens a Cabo Verde.

Tabela 175 – Proporção das importações, por categoria de fornecedores (2014-2018)

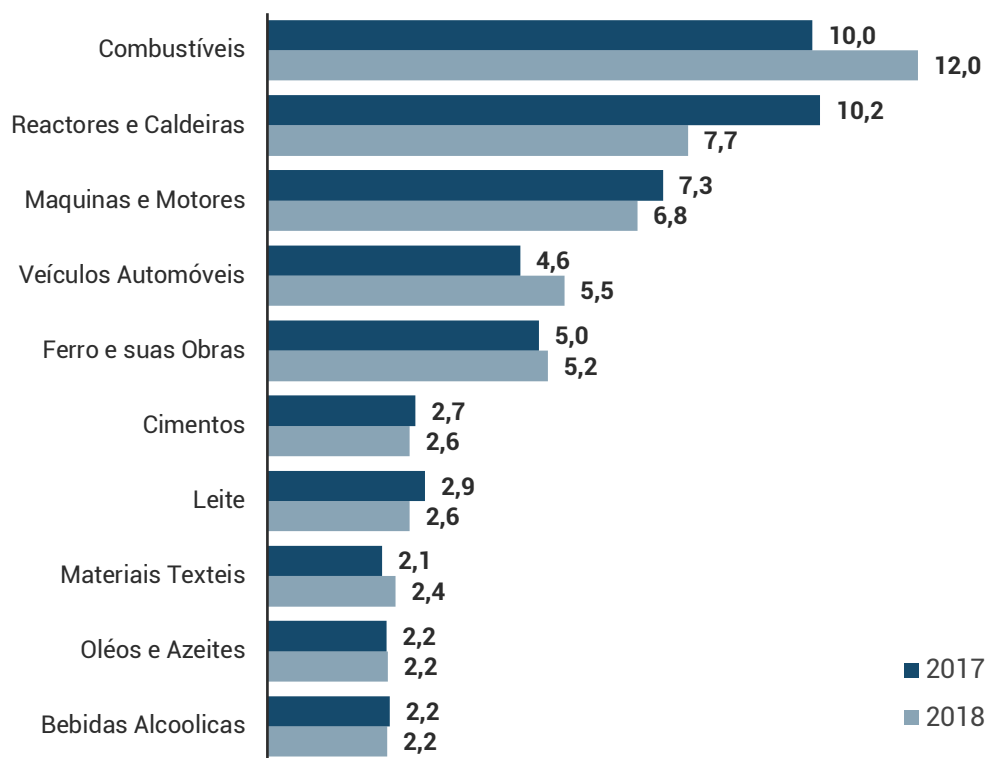
	Proporção das Importações			
	10 Principais Fornecedores	Principal país de origem	Países do Continente Africano	Intra CEDEAO
2014	83,60	39,02	1,79	0,67
2015	83,23	43,52	1,05	2,22
2016	83,69	46,51	3,24	1,85
2017	85,11	42,93	3,99	2,62
2018	83,51	40,60	2,59	1,68

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo



A contribuição dos dez maiores produtos importados, em 2018, representa 49,1% do montante total das importações desse ano. A contribuição de cada um desses produtos no total das importações, de 2017 a 2018, está ilustrada no gráfico 12.

Gráfico 64 – Proporção dos 10 principais produtos importados em Cabo Verde (2017-2018)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo



Importação de Serviços

As importações de serviços mantiveram a tendência de crescimento em 2018 (8,1%). Os serviços que mais contribuíram para o seu crescimento foram os de transportes, *royalties* e licenças e de viagens.

Os principais serviços importados do país, nos últimos anos, foram: transporte, viagens e outros serviços empresariais.

Tabela 176 – Importação (milhões de ECV), por tipo de serviços (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Serviços	30 639	27 478	30 953	33 200	35 884
Transportes	7 842	6 783	8 425	10 105	13 378
Viagens	9 099	10 022	7 067	7 552	7 982
Serviços de comunicações	1 005	327	906	542	386
Serviços de construção e obras públicas	129	205	352	446	443
Serviços de seguros	1 036	1 201	221	315	262
Serviços financeiros (excluindo seguros)	1 062	192	519	676	518
Serviços de informática e de informação	880	1 256	1 862	1 202	1 317
Royalties e licenças	398	802	243	556	1 053
Outros serviços empresariais	7 174	5 822	9 608	9 601	8 247
Serviços pessoais, culturais e de lazer	24	21	66	82	82
Serviços governamentais, n.i. o. p.	581	583	1 235	1 144	1 370
Outros serviços	1 409	264	448	978	847

Fonte: Banco de Cabo Verde

Nota: Estatísticas da Balança de Pagamentos, de 2016 a 2017, compiladas de acordo com a metodologia da 6ª edição do Manual de Balança de Pagamentos e da posição de Investimento Internacional do Fundo Monetário Internacional

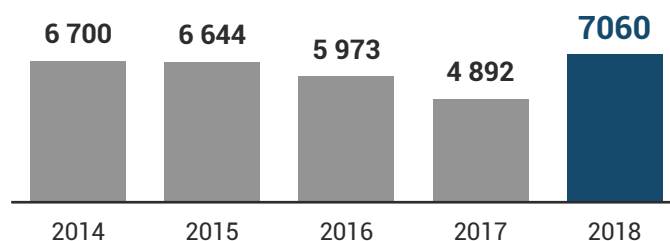
Exportações

Exportações de Bens

No período de 2014 a 2018, as exportações de bens aumentaram 5,4% em valor e diminuíram 18,7% em termos de peso.

Em 2018, as exportações de bens para os mercados externos atingiram 7.060 milhões de escudos, o que representa um crescimento de 44,3%, face a 2017 (+ 2.168 milhões de escudos).

Gráfico 65 – Exportação de bens (milhões de ECV) (2014-2018)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo



As exportações de Cabo Verde estão concentradas nos Bens de Consumo, com um peso de 95,1% do valor exportado, e nos Bens Intermédios (peso de 4,9%). Estas categorias, conjuntamente, representaram as categorias de bens exportados em 2018.

O continente europeu continua a ser o principal cliente de Cabo Verde, com 95,8% do valor total exportado e 66,0%, em termos de peso total exportado. O continente africano, à semelhança das importações, é a zona económica com menor peso na estrutura das exportações.

Em 2018, os principais destinos externos dos bens nacionais continuaram a ser Espanha e Portugal, tendo, no seu conjunto, concentrado 95,0% das exportações. Espanha reforçou a sua posição como principal cliente (peso de 78,4%). As exportações para Espanha aumentaram 59,9% (+2074,3 milhões de escudos, com maior aumento na globalidade dos países).

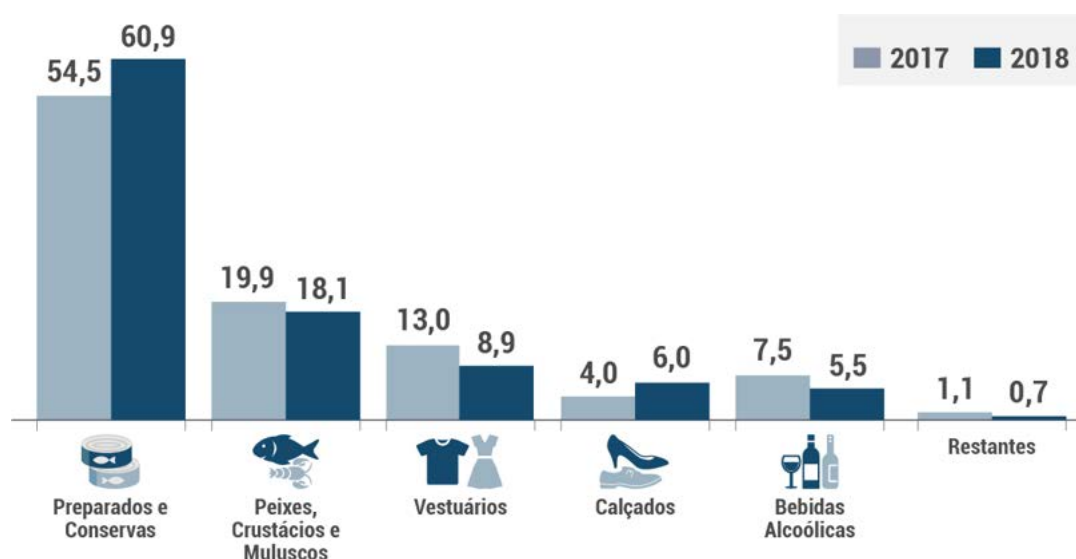
Tabela 177 – Proporção das exportações para os principais tipos/classificação de clientes no total das exportações (2014-2018)

	Proporção das Exportações			
	5 Principais clientes	Principal país de destino	Países do Continente Africano	Intra CEDEAO
2014	89,76	63,74	6,74	0,03
2015	92,07	68,99	3,95	0,31
2016	98,12	72,44	0,61	0,18
2017	98,73	70,79	0,63	0,08
2018	99,03	78,43	0,06	0,01

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Em 2018, os preparados e conservas, peixes, crustáceos e moluscos, bem como vestuários, constituem os principais grupos de produtos exportados. Estes grupos representaram, em conjunto, 87,9% do valor total das exportações de bens. Os preparados e conservas permaneceram como o principal grupo de produtos vendidos ao exterior (60,9%), tendo registado um acréscimo (61,2%), em termos de valor, em relação a 2017.

Gráfico 66 – Estrutura das exportações (em %), por principais bens (2017-2018)





Exportação de Serviços

As exportações de serviços têm oscilado consideravelmente nos últimos cinco anos, tendo crescido 9,2% em 2018. Os serviços que mais contribuíram para esse aumento foram os de transportes e os de viagens.

Os principais serviços exportados do país, nos últimos anos, foram: transportes, viagens e outros serviços empresariais.

Tabela 178 – Exportação (milhões de ECV), por tipo de Serviços (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Serviços	52 342	49 878	55 854	60 180	65 778
Transportes	9 526	8 518	9 503	9 024	11 074
Viagens	33 619	34 498	36 393	41 469	45 945
Serviços de comunicações	4 389	2 276	2 690	1 185	973
Serviços de construção e obras públicas	90	46	76	148	288
Serviços de seguros	665	372	200	239	199
Serviços financeiros (excluindo seguros)	48	208	341	160	107
Serviços de informática e de informação	33	95	176	241	236
Royalties e licenças	0	0	3	4	4
Outros serviços empresariais	1 685	1 456	4 239	5 039	3 886
Serviços pessoais, culturais e de lazer	17	27	35	6	87
Serviços governamentais, n.i. o. p.	2 051	2 054	1 966	2 348	2 703
Outros serviços	219	328	235	317	275

Fonte: Banco de Cabo Verde

Saldo da balança comercial

Em 2018, o déficit das transações comerciais de bens com o exterior fixou-se em 69.194,6 milhões de escudos, evidenciando um desagravamento face ao ano anterior (72.319,0 milhões de escudos).

A taxa de cobertura das importações pela exportação de bens sofreu uma diminuição de 4,1 pontos percentuais, de 2014 a 2017, que melhorou em 2018 (+3,0 p.p., face a 2017). De um modo global, de 2014 a 2018, a taxa de cobertura teve uma diminuição de 1,1 pontos percentuais, passando de 10,4%, em 2014, para 9,3%, em 2018.

As exportações são de longe superiores às importações nos serviços, ainda assim insuficientes para cobrir o déficit verificado na parte dos bens.

Tabela 179 – Saldo da balança comercial de bens e taxa de cobertura das importações pelas exportações (2014-2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
Importação	64 131,0	60 059,0	66 384,2	77 211,2	76 254,4
Exportação	6 699,5	6 644,3	5 973,1	4 892,2	7 059,8
Reexportação	22 977,8	14 657,7	11 960,5	20 906,7	23 767,5
Balança Comercial	-57 431,5	-53 414,7	-60 410,8	-72 319,0	-69 194,6
Taxa de Cobertura	10,4	11,1	9,0	6,3	9,3

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo



Tabela 180 – Saldo da balança comercial de serviços (2014-2018)

	2014^P	2015^P	2016^P	2017^P	2018^P
Balança Comercial	21 703	22 400	24 901	26 980	29 894
Importação	30 639	27 478	31 199	33 948	36 233
Exportação	52 342	49 878	55 897	61 045	64 549

Apresentação normalizada de acordo com o 6º Manual do FMI